



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo nº 2001002/2026/SEPLAGE

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 08 de abril a 08 de junho de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado à **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCOLARES, ARTÍSTICOS E BRINQUEDOS EDUCATIVOS E RECREATIVOS**, para atendimento das demandas dos Fundos Municipais de Castanhal.

1. ÓRGÃO GERENCIADOR

1.1. Órgão/Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO DE CASTANHAL/PA, responsável pela condução do procedimento licitatório e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das atribuições dos órgãos participantes quanto à solicitação, acompanhamento, fiscalização, recebimento e controle da execução das futuras contratações decorrentes.

1.2. Órgãos Participantes:

- a) Secretaria Municipal de Educação – **SEMED**.
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social – **SEMAS**.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NATUREZA DO OBJETO

2.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se no Decreto Municipal nº 017/2024, na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006, com suas alterações posteriores. Este documento busca centralizar, justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão, abordando, ao longo do estudo, os pontos pertinentes à tramitação, à necessidade da contratação e à vantajosidade da solução pretendida.

Nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)

Dessa forma, a presente fundamentação legal reforça a obrigatoriedade de que o Estudo Técnico Preliminar seja elaborado de maneira clara, objetiva e tecnicamente motivada, demonstrando a necessidade administrativa, a adequação da solução proposta e a compatibilidade da contratação com o interesse público, servindo como instrumento essencial para subsidiar a tomada de decisão e garantir a regularidade da fase preparatória do processo licitatório.

2.2. NATUREZA DOS BENS:

No presente caso, o objeto consistente na aquisição de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos enquadra-se, em regra, como fornecimento de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, mediante especificações usuais de mercado.

Os itens que compõem a contratação podem ser descritos de forma clara e objetiva por critérios como tipo de material, dimensões, composição, gramatura, quantidade por embalagem, finalidade pedagógica, escolar, artística, lúdica ou recreativa, faixa etária recomendada, acabamento, resistência, condições de uso e requisitos de segurança, inclusive certificações e normas técnicas aplicáveis, quando exigíveis. Dessa forma, a Administração dispõe de condições suficientes para estabelecer parâmetros objetivos de comparação entre as propostas, sem necessidade de avaliação subjetiva ou de solução técnica singular.

2.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação caracteriza-se como fornecimento continuado, nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021, não em razão da natureza física dos bens a serem adquiridos, os quais permanecem classificados como bens comuns, mas em razão da finalidade pública a ser atendida e da forma de execução pretendida pela Administração.

No caso concreto, a contratação destina-se ao atendimento de necessidades recorrentes, permanentes e prolongadas da Administração Municipal, voltadas à manutenção regular das atividades desenvolvidas pelas unidades escolares da SEMED, bem como das atividades de atendimento, proteção, acolhimento e acompanhamento realizadas pela SEMAS. Trata-se de fornecimento necessário ao suporte contínuo das ações pedagógicas, socioassistenciais e lúdicas, cuja demanda não se exaure em uma aquisição pontual, mas se projeta ao longo do tempo, conforme a necessidade das unidades atendidas.

Assim, o caráter continuado não decorre do fato de os materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos possuírem natureza especial, mas do objetivo da contratação e de sua vinculação à continuidade das atividades finalísticas da Administração. A execução parcelada e regular do fornecimento permite o abastecimento das unidades conforme a demanda, evitando descontinuidade das ações públicas e assegurando suporte material adequado à prestação dos serviços educacionais e socioassistenciais.

Esse enquadramento harmoniza-se com os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, os quais admitem, para os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, vigência compatível com a permanência da necessidade administrativa, desde que demonstrada a vantagem para a Administração, a existência de previsão no edital e que as condições e os preços permaneçam vantajosos durante a execução contratual.

A eventual interrupção do fornecimento comprometeria diretamente a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas nas unidades escolares, com prejuízo ao planejamento pedagógico, às ações lúdicas,

educativas e de desenvolvimento infantil, bem como às atividades de atendimento, proteção, acolhimento e acompanhamento realizadas no CadÚnico, CRAS, CREAS, CEAMCA e Casa de Passagem.

2.4. DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em razão da natureza essencial e continuada do objeto em análise cuja execução impacta diretamente a eficiência administrativa e a prestação regular de serviços públicos, impõe-se à Administração Pública o dever de adotar todas as medidas legais e gerenciais que assegurem sua adequada continuidade. Nesse cenário, destaca-se a possibilidade jurídica de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, como instrumento legítimo de racionalização das contratações públicas e de preservação do interesse público.

Tal possibilidade encontra fundamento legal no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina a prorrogação da vigência das atas, e está respaldada por entendimento uniformizado da Advocacia-Geral da União, por meio do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

- ✓ Nos termos do referido parecer, a renovação dos quantitativos da ata é juridicamente admissível, desde que observados os seguintes requisitos que iremos ter de realizar ao aditivar a ata de registro de preço:
- ✓ Demonstração da vantajosidade da contratação para a Administração, mediante comprovação da manutenção das condições iniciais de preços e de fornecimento;
- ✓ Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços, permitindo a ampliação dos quantitativos dentro do limite legal e contratual, em proporção ao período aditivado;
- ✓ Análise prévia da demanda na fase de planejamento da contratação, incluindo menção no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos preparatórios;
- ✓ Formalização por meio de termo aditivo firmado durante o prazo de vigência da ata, em consonância com a legislação vigente.

Portanto, a eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços observará estritamente o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, ficando condicionada à comprovação da vantajosidade, à existência de previsão expressa no edital e na própria ata, à análise formal da demanda remanescente ou futura e à manifestação técnica e jurídica cabível. A eventual recomposição ou renovação de quantitativos, caso adotada, não terá caráter automático e somente poderá ocorrer se houver amparo expresso no instrumento convocatório, na ata, no regulamento aplicável e na legislação vigente, com demonstração objetiva de interesse público, vantajosidade e compatibilidade com o planejamento da contratação.

2.5. CONSOLIDAÇÃO SOBRE VIGÊNCIA DE ATA E SERVIÇOS CONTÍNUOS:

Ressalte-se que, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração. Tal disposição se aplica sempre que se adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP),

independentemente da natureza do objeto, sendo possível sua utilização tanto para bens e serviços eventuais quanto para serviços contínuos, desde que atendidos os requisitos legais.

Importante destacar que essa regra não se confunde com a prorrogação contratual prevista no art. 107 da mesma Lei, a qual trata especificamente da vigência dos contratos de prestação de serviços contínuos, permitindo sua prorrogação sucessiva, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, quando adotado o Sistema de Registro de Preços, deve-se distinguir a vigência da ata, disciplinada pelo art. 84 da Lei nº 14.133/2021, da vigência dos contratos eventualmente decorrentes da ata. A ata terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade. Já eventual contrato decorrente deverá observar a natureza do objeto, a previsão editalícia, a disponibilidade orçamentária e as regras próprias da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando caracterizado fornecimento contínuo.

3. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A elaboração do Plano de Contratação Anual tem como objetivo alinhar as propostas de aquisições das secretarias e ordenadores de despesas as reais necessidades, além de identificar oportunidades de economia e melhoria nos processos de trabalho. O plano de contratações fortalece a governança e a gestão das aplicações dos recursos públicos, atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas, permitindo mitigar riscos relativos ao processo de compras.

No que se refere ao presente processo, informa-se que a demanda se encontra devidamente prevista no Plano de Contratação Anual – PCA 2026, o qual pode ser acessado por meio do Portal de Transparência do Município ou pelo Portal do TCM/PA. A previsão consta no Anexo I do referido documento, página 12, processo nº 48 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E BRINQUEDOS, demonstrando que a contratação está alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes estabelecidas pela Administração Municipal.

4. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO

A presente contratação tem por motivação a necessidade de assegurar o fornecimento regular de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos indispensáveis à execução das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Conforme consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD da SEMED, os itens são necessários para apoiar o processo de ensino-aprendizagem, complementar as práticas pedagógicas, estimular o desenvolvimento cognitivo, motor, social e criativo dos alunos, bem como oferecer melhores condições para

a realização de atividades escolares, lúdicas, inclusivas e de desenvolvimento integral, com destaque para a educação infantil e para o atendimento das unidades escolares da rede municipal.

No âmbito da SEMAS, a necessidade está relacionada à realização de oficinas, atividades lúdicas, socioeducativas, artísticas, recreativas e de convivência, além de ações de acolhimento, acompanhamento e fortalecimento de vínculos dos usuários atendidos pelos serviços, programas e equipamentos da assistência social.

A motivação da contratação também decorre do fato de que tais materiais não possuem caráter meramente acessório, mas constituem suporte concreto e necessário para o funcionamento adequado das ações públicas desenvolvidas pelas duas secretarias. Na SEMED, a ausência desses itens compromete a qualidade das práticas educativas, reduz a atratividade das atividades em sala de aula, limita a execução de metodologias lúdicas, criativas e inclusivas e prejudica o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos. Na SEMAS, a falta desses materiais compromete a execução de oficinas, ações socioeducativas, atividades de convivência, práticas de acolhimento, ações preventivas e protetivas, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a oferta de atendimento humanizado nas unidades socioassistenciais, incluindo CadÚnico, CRAS, CREAS, CEAMCA e Casa de Passagem, conforme demonstrado nos documentos e memorandos anexos ao DFD.

O objetivo da contratação é garantir o abastecimento de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos em quantitativos adequados e com especificações compatíveis com as necessidades das unidades atendidas, de forma a assegurar suporte material suficiente para o desenvolvimento contínuo, eficiente e qualificado das atividades educacionais e socioassistenciais do Município.

Busca-se, com isso, proporcionar melhores condições para a aprendizagem, a ludicidade, a criatividade, a inclusão, a socialização e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, bem como viabilizar oficinas, atividades coletivas e individuais, práticas de acolhimento e ações de proteção social voltadas ao público atendido pela rede socioassistencial. O resultado pretendido é ampliar a efetividade das ações executadas, melhorar a qualidade do atendimento prestado, reduzir prejuízos decorrentes da falta de insumos e assegurar a continuidade das atividades institucionais vinculadas à educação e à assistência social.

Dessa forma, a contratação se justifica por atender diretamente ao interesse público, uma vez que viabiliza a manutenção das atividades finalísticas da Administração e confere condições materiais adequadas para a execução dos serviços ofertados à população. A medida também se harmoniza com a fase preparatória prevista no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de demonstrar a demanda administrativa, os resultados pretendidos e a solução mais adequada para o atendimento do interesse público.

5. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

No caso concreto, os Documentos de Formalização de Demanda – DFDs demonstram que a insuficiência de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos compromete diretamente à execução das atividades finalísticas da Administração Municipal.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a carência desses itens afeta o processo de ensino-aprendizagem, a execução de práticas pedagógicas, o desenvolvimento de atividades lúdicas, criativas e inclusivas, bem como o estímulo ao desenvolvimento cognitivo, motor, social e criativo dos alunos. Soma-se a isso o registro de saldo zerado em estoque no almoxarifado e a existência de demanda voltada ao atendimento da rede municipal de ensino, que totaliza 25.120 alunos, dos quais 5.414 estão matriculados na educação infantil, público especialmente dependente de recursos lúdicos e materiais de apoio pedagógico.

No âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, a carência desses materiais compromete a realização de oficinas, atividades socioeducativas, lúdicas, artísticas e recreativas, ações de acolhimento, convivência e acompanhamento de usuários atendidos no CadÚnico, CRAS, CREAS, CEAMCA e Casa de Passagem. Tal insuficiência afeta diretamente as ações preventivas, protetivas e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O DFD da SEMAS também registra a existência de 44.380 famílias inscritas no Cadastro Único no Município, além de atendimento diário expressivo, o que demonstra a dimensão concreta da demanda pública a ser atendida.

Assim, sob a ótica do interesse público, a problemática central consiste na falta ou irregularidade no fornecimento de materiais indispensáveis ao suporte das atividades educacionais e socioassistenciais, o que gera prejuízo direto à continuidade, à qualidade e à efetividade dos serviços públicos ofertados à população. Essa situação reduz a capacidade institucional do Município de promover aprendizagem, inclusão, ludicidade, criatividade, proteção social, desenvolvimento infantil, atendimento humanizado e prevenção de vulnerabilidades.

Em outras palavras, busca-se solucionar uma situação de inadequação material da estrutura de atendimento, que limita a execução das políticas públicas desenvolvidas pela SEMED e pela SEMAS e prejudica diretamente o público usuário. Por essa razão, a contratação se apresenta como medida necessária para restabelecer condições adequadas de funcionamento das unidades atendidas, assegurando que os serviços educacionais e socioassistenciais sejam prestados de forma contínua, eficiente, qualificada e compatível com as necessidades da coletividade, em consonância com a exigência de demonstração da necessidade da contratação prevista no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

6. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a presente contratação consistem em assegurar condições materiais adequadas para a execução contínua, eficiente e qualificada das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED e pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, garantindo que as unidades atendidas disponham de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos compatíveis com suas necessidades institucionais.

No âmbito da educação, pretende-se fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, apoiar a execução das práticas pedagógicas, tornar as atividades escolares mais atrativas, lúdicas, criativas e inclusivas, bem

como favorecer o desenvolvimento cognitivo, motor, social e criativo dos alunos. Busca-se, especialmente, ampliar as possibilidades metodológicas dos profissionais da educação por meio de recursos que complementem o currículo escolar e contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes, com atenção especial às demandas da educação infantil e das unidades escolares da rede municipal.

No âmbito da assistência social, busca-se qualificar a execução de oficinas, atividades socioeducativas, artísticas, lúdicas, recreativas, ações de convivência, acolhimento e acompanhamento, proporcionando melhores condições para o atendimento de crianças, adolescentes, famílias e demais usuários dos serviços socioassistenciais do Município. A contratação deverá contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, para a prevenção de vulnerabilidades, para a ampliação da participação dos usuários nas atividades ofertadas e para a promoção de atendimento mais humanizado nas unidades assistenciais.

Pretende-se, ainda, que a contratação produza reflexos concretos na qualidade dos serviços públicos prestados à população, mediante a redução de limitações causadas pela insuficiência de materiais, a melhoria do suporte às atividades planejadas, o estímulo à inclusão, à socialização, à aprendizagem, à criatividade e à ludicidade, bem como a criação de ambientes mais adequados, organizados e acolhedores nas unidades atendidas.

No caso da SEMED, os resultados esperados incluem a melhoria das condições de realização das atividades pedagógicas em sala de aula e nos demais espaços escolares, a ampliação do uso de metodologias lúdicas e inclusivas e a oferta de melhores condições para o desenvolvimento integral dos estudantes da rede municipal. No caso da SEMAS, os resultados pretendidos abrangem a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, a ampliação do alcance das ações socioassistenciais e o fortalecimento das estratégias de acolhimento, convivência, acompanhamento, prevenção de vulnerabilidades e proteção social desenvolvidas nos equipamentos da rede.

Sob o ponto de vista administrativo, os resultados pretendidos envolvem maior regularidade no abastecimento das unidades, melhor aproveitamento das atividades planejadas, redução de prejuízos decorrentes da falta ou insuficiência de materiais e maior eficiência na execução das ações finalísticas da Administração. Assim, espera-se que a contratação contribua para a continuidade das políticas públicas de educação e assistência social, elevando a efetividade das ações pedagógicas, escolares, artísticas, lúdicas, socioeducativas, recreativas e de acolhimento, com impacto positivo direto sobre o público atendido e com aderência aos objetivos institucionais das secretarias demandantes.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento consolidado das necessidades da SEMED e da SEMAS, conforme quadro de quantidades da contratação, no qual a quantidade total por item corresponde à soma das demandas de cada secretaria.

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SEMED	SEMAS	QTD TOTAL
			QTD	QTD	
1	ALMOFADAS PEQUENAS DE ALGODÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30X30, CORES DIVERSAS	UND.	300	6	306
2	APONTADOR DE PLÁSTICO COM DEPÓSITO, RETANGULAR, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 24 UNIDADES	CX.	1000	8	1008
3	ARGILA ESCOLAR ARTESANATO E ESCULTURA	KG	100	17	117
4	AVENTAL INFANTIL ESCOLAR, IMPERMEÁVEL, TAMANHO APROXIMADO 48X39CM	UND.	5000	7	5007
5	BARBANTE ESCOLAR, ESPESSURA 4X6, 100G, APROXIMADAMENTE 101 M	UND.	200	13	213
6	BASTÃO DE COLA QUENTE APROXIMADAMENTE 12MM DE DIÂMETRO (FINA)	UND.	1000	85	1085
7	BORRACHA ESCOLAR MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,2 X 2,9 X 1 CM, PESANDO 20,7 G, CAIXA COM 20 UNIDADES	CX.	440	26	466
8	CAIXA DE ARQUIVO PASSIVO (MORTO) EM polipropileno, MEDINDO APROXIMADAMENTE 83X62X2CM, CORES VARIADAS	UND.	2000	415	2415
9	CARTOLINA CORES VARIADAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 48X66CM, EMBALAGEM COM 20 UNIDADES	PC.	3100	30	3130
10	COLA DE ISOPOR 90G, CAIXA COM 12 UNIDADES	CX.	150	9	159
11	COLA DE SILICONE LÍQUIDO, 250G, COM 12 UNIDADES	CX.	105	9	114
12	COLA ESCOLAR BRANCA 90G, COM 12 UNIDADES	CX.	456	8	464
13	COLA GLÍTER MULTICOLORIDA 23G CADA, COM 6 UNIDADES	CX.	2600	19	2619
14	E.V.A COM GLÍTER APROXIMADAMENTE 40X60CM CORES VARIADAS, EMBALAGEM COM 5	PC.	500	32	532
15	E.V.A LISO APROXIMADAMENTE 40X60 NAS CORES VARIADOS EMBALAGEM COM 10	PC.	1000	18	1018
16	ESTILETE RETRÁTIL ESTREITO APROXIMADAMENTE 13CM, CORPO INJETADO, LÂMINA EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO, DISPOSITIVO PARA TRAVAR A LÂMINA.	UND.	100	24	124
17	FITA ADESIVA APROXIMADAMENTE 12MMX10M, TRANSPARENTE	UND.	280	44	324
18	FITA ADESIVA APROXIMADAMENTE 48MMX45M, TRANSPARENTE	UND.	500	64	564
19	FITA CETIM APROXIMADAMENTE 7MMX10M, CORES VARIADAS	ROLO	200	50	250
20	FOLHAS DE FELTRO ARTESANAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25cm de comprimento, 15 cm de largura e 2cm de espessura, CORES VARIADAS	UND.	500	29	529
21	GIZ DE CERA JUMBO, PONTA LARGA, MULTICOLORIDO, EMBALAGEM COM 12 CORES/UNIDADES	UND.	5450	23	5473
22	GRAMPEADOR (GRAMPEIA ATÉ 30 FOLHAS CM GRAMPO 24X6 OU 26X6, MECANISMO DE CARREGAMENTO RÁPIDO, REMOVEDOR DE GRAMPO EMBUTIDO	UND.	200	55	255
23	GRAMPOS GALVENIZADOS 24X6, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO COM ZINCO QUE NÃO ENFERRUJA, CAIXA COM 5000	UND.	300	49	349
24	LÁPIS DE COR, CAIXA COM DOZE MULTICOLORIDOS, EM RESINA TERMOPLÁSTICA, MADEIRA, PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGAS INERTES E CERA	UND.	200	63	263
25	LÁPIS DE GRAFITE, EM RESINA, PONTA RESISTENTE, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 144 UNIDADES	CX.	1000	3	1003
26	PAPEL 40KG INDUSTRIAL, APROXIMADAMENTE 66x96, IDEAL PARA TRABALHOS ESCOLARES, UNIDADE	UND.	6750	300	7050
27	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 VERMELHO, UNIDADE	UND.	560	430	990
28	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 AZUL, UNIDADE	UND.	560	20	580
29	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 BRANCO, UNIDADE	UND.	560	20	580
30	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 VERDE, UNIDADE	UND.	560	30	590
31	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 AMARELO, UNIDADE	UND.	560	20	580
32	PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO 130G, A4, PACOTE COM 50 FOLHAS	PC.	200	9	209
33	PAPEL A4, 500 FOLHAS, COM 75G, TAMANHO (210MM X 297MM), CAIXA COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS	CX.	50	82	132

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

34	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS, EM METAL CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO 40 FOLHAS	UND.	150	11	161
35	PINCEL ACHATADO ESCOLAR Nº 20, CABO CURTO DE MADEIRA, CERDAS DE PELO ANIMAL, COM 12 UNIDADES	CX.	50	4	54
36	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, 616, AZUL, RECARREGÁVEL, CAIXA COM 12	CX.	15	10	25
37	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, 616, PRETO, RECARREGÁVEL, CAIXA COM 12	CX.	15	10	25
38	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, 616, VERMELHO, RECARREGÁVEL, CAIXA COM 12	CX.	15	10	25
39	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL, AZUL, CAIXA COM 12	CX.	15	13	28
40	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL, PRETO, CAIXA COM 12	CX.	15	13	28
41	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL, VERMELHO, CAIXA COM 12	CX.	15	12	27
42	PINTURA FACIAL LÍQUIDA, EMBALAGEM COM 6 CORES, 15ML	CX.	200	31	231
43	PISTOLA DE COLA QUENTE DE USO PROFISSIONAL, COM 13W DE POTÊNCIA, FREQUÊNCIA 50/60HZ, BIVOLT, PARA BASTÃO DE 12MM	UND.	250	10	260
44	PLACAS DE ISOPOR APROXIMADAMENTE 10MMX50CM	UND.	200	15	215
45	REFIL COLA QUENTE GROSSA, SUPER TRANSPARENTE	KG	50	5	55
46	ROLO DE TNT 40G, 50 METROS, APROXIMADAMENTE 1,40M DE LARGURA, CORES VARIADAS	ROLO	200	46	246
47	TEMPERA GUACHE 500ML, CORES VARIADAS	UND.	8522	21	8543
48	TESOURA AÇO INOX, APROXIMADAMENTE 25CM, CABO EMBORRACHADO, LÂMINA EM AÇO INOX INOXIDÁVEL	UND.	200	56	256
49	TESOURA ESCOLAR, CORES SORTIDAS, APROXIMADAMENTE 13CM, CAIXA COM 12 UNIDADES	CX.	590	9	599
50	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, PONTA FINA, MATERIAL PLÁSTICO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	CX.	60	12	72
51	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, PONTA FINA, MATERIAL PLÁSTICO, 50 UNIDADES	CX.	60	12	72
52	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, PONTA FINA, MATERIAL PLÁSTICO, 50 UNIDADES	CX.	60	8	68
53	CANETA HIDROCOR MULTICOLORIDA, MATERIAL PLÁSTICO, PONTA LARGA, 12 CORES	CX.	3150	5	3155
54	LÁPIS PRETO 6B, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX.	50	6	56
55	MASSA PARA MODELAR, CONJUNTO COM 6 CORES, MATERIAL NÃO TÓXICO	UND.	5500	27	5527
BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS					
56	ALFABETO MÓVEL CONFECCIONADO EM MDF, 130 PEÇAS, JOGO COM 1 EXPOSITOR, SERIGRAFADO COM TINTA VINÍLICA ATÓXICA, ACOMPANHA 05 JOGOS DE ALFABETO COMPLETO, LETRA DE FORMA, SERIGRAFADO COM TINTA ULTRAVIOLETA ATÓXICA	UND.	60	6	66
57	JOGO BINGO LETRAS, EM PAPEL CARTÃO, 48 PEÇAS	UND.	60	8	68
58	JOGO DA MEMÓRIA SÍLABAS, CONTEM 40 CARTELAS COM SÍLABAS, 5 TABULEIROS, PRODUZIDO COM PAPEL CARTÃO	UND.	60	8	68
59	JOGO DE CARTAS UNO, COM 56 CARTAS	UND.	60	14	74
60	JOGO DE TABULEIRO SOLETRANDO, EM PAPEL CARTÃO	UND.	60	6	66
61	FANTOCHE DE MÃO EM ALGODÃO MACIO, TAMANHO PP, ANIMAIS: PATO, CACHORRO, GALINHA, GATO, VACA, CAVALO, PORCO, OVELHA, COELHO, BOI.	UND.	60	2	62
62	JOGO IMOBILIÁRIO JÚNIOR EM PAPEL CARTÃO	UND.	60	4	64
63	BLOCOS LÓGICOS 48 PEÇAS EM MADEIRA BASE 7CM APROXIMADAMENTE, CAIXA EM MADEIRA	UND.	60	4	64
64	BRINQUEDO ALINHAVO - JOGO DIDÁTICO PEDAGÓGICO MONTESSORIANO FEITO MADEIRA OU MDF	UND.	60	3	63
65	CAIU PERDEU - JOGO DE EQUILÍBRIO E ESTRATÉGIA COM 54 PEÇAS	UND.	60	4	64

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

66	DOMINÓ NÚMEROS - BRINQUEDO PEDAGÓGICO EDUCATIVO DE MADEIRA	UND.	60	11	71
67	FORMAS GEOMÉTRICAS: TABULEIRO DAS FORMAS CONFECCIONADO EM TECIDO TRATADO EM FORMATO DE TABULEIRO COM FORMAS GEOMÉTRICAS DIVERSAS, DIMENSÃO APROXIMADA 20X28CM	UND.	60	3	63
68	TANGRAM (QUEBRA-CABEÇA CHINÊS): 7 PEÇAS GEOMÉTRICAS DE MADEIRA MDF, DIMENSÕES APROXIMADAMENTE 18CMX18CM	UND.	60	3	63
69	TORRE DE HANÓI: EM MADEIRA DIVERTIDO EDUCATIVO DE E.V.A, MADEIRA COM 8 PEÇAS, APROXIMADAMENTE 26CM X 8CM X 9CM	UND.	60	5	65
70	TUBO SENSORIAL FLEXIVO EM POLÍMETRO (POP TUBE), CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CORES VARIADAS E VIBRANTES, PACOTE COM 6 UNIDADES	UND.	60	4	64
71	TABULEIRO 5 JOGOS EM 1, BRINQUEDO PEDAGÓGICO EM MDF, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DAMA, TRILHA, XADREZ, LUDO E JOGO DA VELHA	UND.	60	6	66
72	MESA DE FERRAMENTAS, COM BANCADA DE FERRAMENTAS COM NO MÍNIMO 41 PEÇAS, PARA CRIANÇAS DE 03 ANOS, COMPOSIÇÃO DE TODAS AS PEÇAS DE MADEIRA, FEITO DE MATERIAL ATÓXICO COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND.	60	3	63
73	ANDADOR SENSORIAL E EQUILÍBRIO, COM TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 34CM X COMPRIMENTO 50CM X COMPRIMENTO 50CM, QUE SUPORTE NO MÍNIMO 2,0KG, COM RODAS, BARRA PARA APOIAR E EMPURRAR, FEITO DE PLÁSTICO COM PLACAS GIRATÓRIAS COM FIGURAS ILUSTRATIVAS, FEITO DE MATERIAL ATÓXICO COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND.	20	4	24
74	TORRE INTELIGENTE DE MADEIRA COM BLOCOS DE ENCAIXE COM NO MÍNIMO 25 PEÇAS FEITO DE MATERIAL ATÓXICO COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND.	60	0	60
75	BRINQUEDO ESCORREGADOR INFANTIL 2 DEGRAUS DE PLÁSTICO DESMONTÁVEL	UND.	60	5	65
76	CUBO DE ATIVIDADES MONTESSORI, FEITO DE MADEIRA DO TIPO PINUS, DEVE CONTER NO MÍNIMO 21 ATIVIDADES INTERATIVAS, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 30CM X LARGURA 30CM X COMPRIMENTO 30CM, PESO APROXIMADO DE 2,5KG, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	60	2	62
77	BINÓCULO INFANTIL, COM FOCO DE PEQUENO E LONGO ALCANCE, TAMANHO APROXIMADO DE ALTURA 5CM X LARGURA 10CM X COMPRIMENTO 9CM, PESANDO APROXIMADAMENTE 170G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	4	104
78	BOLA DE BORRACHA, ESTIMULA COORDENAÇÃO AUDIÇÃO E TATO, DEVE SER PERFURADA, COM MULTI TEXTURAS, FEITA DE MATERIAL EMBORRACHADO, ATÓXICO, COM MINI BOLA DE CHOCALHO DENTRO, TAMANHO APROXIMADO DE ALTURA 16CM X LARGURA 16CM X COMPRIMENTO 16CM, PESANDO APROXIMADAMENTE 145G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	200	19	219
79	BICHINHOS DE BORRACHA, KIT CONTENDO NO MÍNIMO 10 BICHINHOS DE BORRACHA PARA BANHO, EM FORMATOS DE ANIMAIS, DEVEM SER SUPERMACIOS, TAMANHO APROXIMADO DE CADA ANIMAL DE 3 A 4CM DE DIÂMETRO, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	10	110
80	TATAME - TAPETE DE ATIVIDADES DE E.V.A APROXIMADAMENTE 50X50X2CM 20MM, DUPLA FACE, CORES VARIADAS	UND.	100	18	118
81	TORRE DE ENCAIXE COM NUMERAÇÃO, DEVE SER EMPILHÁVEL FEITO DE MATERIAL PLÁSTICO, CADA TORRE DEVERÁ TER UMA NUMERAÇÃO SEQUENCIAL COM CORES DIVERSAS, MEDIDAS	UND.	60	4	64

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

	APROXIMADAS: ALTURA DA TORRE COMPLETA 38CM X LARGURA DA BASE DA TORRE 7,4CM, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO				
82	DOMINÓ EDUCATIVO DE ASSOCIAÇÃO, DEVE SER FEITO DE MADEIRA, COM IMAGENS COLORIDAS E DIVERSAS, NO MÍNIMO 28 PEÇAS, MEDINDO 7CMX3,5CM, CONDICIONADAS EM CAIXA DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA 5CM X LARGURA 19,5CM X COMPRIMENTO 12,5CM, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	60	5	65
83	DOMINÓ EDUCATIVO DO A AO Z, DEVE SER FEITO DE MADEIRA, COM IMAGENS COLORIDAS E DIVERSAS, NO MÍNIMO 28 PEÇAS, MEDINDO 7CMX3,5CM, CONDICIONADAS EM CAIXA DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA 5CM X LARGURA 19,5CM X COMPRIMENTO 12,5CM, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	60	4	64
84	CUBO EDUCATIVO, GRANDE, DE PLÁSTICO, CADA FACE DEVERÁ CONTER UMA ATIVIDADE COM 5 FORMAS GEOMÉTRICAS E PORTINHA ABRE E FECHA, TELEFONE COM AGENDA PARA ESCREVER E APRENDER OS NÚMEROS DE TELEFONE DA FAMÍLIA, ENGRENAGEM COM ANIMAIS E SUA COMIDA E ROLINHO GIRATÓRIO, PUZZLES DE ANIMAIS VARIADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE COM CUBO FECHADO 25CMX25CM E COM O CUBO ABERTO 48X71, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	60	4	64
BRINQUEDOS					
85	BONECA DE BUSTO DE VINIL E CORPO DE PLÁSTICO, SUPER FOFINHA E MUITO DIVERTIDA, DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 22,7 X 10 X 41 CM; 350 G, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	5	105
86	KIT CAMINHÕES, FEITO DE PLÁSTICO COM 6 CAMINHÕES COM CORES DIVERSAS, CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	26	126
87	BONECA PRINCESA SORTIDA, BONECA EM PLÁSTICO, COM ROUPA COM POSSIBILIDADE DE POR E TIRAR, COM MEMBROS ARTICULADOS E O CABELO DEVERÁ SER IMPLANTADO EM NYLON. DIMENSÃO MÍNIMA: 15 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO	UND.	100	6	106
88	CAMINHÃO CARROCERIA DE PLÁSTICO, TIPO CARRINHO, CORES VARIADAS, NÃO USA PILHA, NÃO EMITE SONS E LUZES, SEM FRICÇÃO DIMENSÕES MÍNIMAS DO CARRINHO EM CM: A 7,5 CM X L 8,0 CM X 18 CM, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO	UND.	100	6	106
89	PANELINHA INFANTIL, KIT CONTENDO NO MÍNIMO 8 PEÇAS (2 PANEIS COM CABO E TAMPA, 1 PORTA UTENSÍLIOS E 4 TALHERES DE PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 15CM X LARGURA 22CM X COMPRIMENTO 25CM, PESO APROXIMADO DE 800G, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	10	110
90	BONECA DE PANO, CORPO DEVE SER MACIO E FLEXÍVEL, CABELO CORES DIVERSAS, BRAÇOS, PERNAS E ROSTO FEITOS DE PANO, DEVE EXPRESSAR NO ROSTO FELICIDADE, CORES VIVAS, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 45CM X LARGURA 7CM X COMPRIMENTO 26CM, PESO APROXIMADO DE 220 G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	4	104
91	BONECA DE FELCRO, NA COR DE PELE CLARA, COM CABELO, VESTIDO NA COR ROSA OU AZUL, LACINHO NA CABEÇA, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 20CM X LARGURA 40CM X COMPRIMENTO 23CM, PESO APROXIMADO DE 800G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	100	4	104
92	BONECA DE FELCRO, NA COR DE PELE ESCURA, COM CABELO, VESTIDO NA COR ROSA OU AZUL, LACINHO NA CABEÇA, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 20CM X LARGURA 40CM X	UND.	100	4	104

	COMPRIMENTO 23CM, PESO APROXIMADO DE 800G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO				
93	PANDEIRO - MINI PANDEIRO INFANTIL TAMBORINE DE BRINQUEDO EM PLÁSTICO, MEDIDA APROXIMADA 12CM X 30G	UND.	100	10	110
94	VIOLÃO DE BRINQUEDO EM PLÁSTICO, TAMANHO APROXIMADO 38CM	UND.	100	34	134
95	FLAUTA DE BRINQUEDO, EM PLÁSTICO, TAMANHO APROXIMADO 30CM X 40G	UND.	100	15	115
96	KIT DE BOLICHE COM 10 PINOS E 2 BOLAS DE PLÁSTICO, TAMANHO APROXIMADO 15CM	UND.	100	4	104

Pelo quadro, a contratação contempla 96 itens, com estimativa global de 61.687 unidades, sendo 59.023 unidades destinadas à SEMED e 2.664 unidades destinadas à SEMAS. Do total estimado, 58.226 unidades correspondem a materiais pedagógicos, 2.133 unidades a brinquedos pedagógicos e 1.328 unidades a brinquedos, o que demonstra que a maior concentração quantitativa recai sobre os itens de consumo frequente e de uso contínuo nas atividades educacionais e socioassistenciais.

Essa metodologia evidencia que a estimativa não foi fixada de forma aleatória, mas resulta da consolidação da demanda administrativa por item, observando-se a destinação específica de cada material e a realidade operacional dos órgãos atendidos.

A justificativa das quantidades decorre da própria natureza do objeto e da forma de utilização dos itens nas unidades atendidas. Os materiais pedagógicos apresentam quantitativos mais elevados porque são bens de consumo recorrente, empregados de maneira contínua em práticas escolares, atividades lúdicas, oficinas e ações socioeducativas, além de sofrerem desgaste, reposição constante e, em muitos casos, uso individualizado ou intensivo.

Isso explica, por exemplo, os volumes mais expressivos de itens como têmpera guache (8.543 unidades), papel 40 kg (7.050 unidades), massa para modelar (5.527 unidades), giz de cera (5.473 unidades), avental infantil (5.007 unidades) e caneta hidrocor (3.155 unidades).

Já os brinquedos pedagógicos e os brinquedos, embora igualmente necessários, possuem quantitativos menores porque, em regra, são utilizados de forma coletiva, compartilhada e por maior tempo, não exigindo reposição na mesma intensidade dos materiais consumíveis. Assim, o quadro revela coerência entre o tipo de item e a quantidade estimada, distinguindo corretamente o que demanda reposição frequente daquilo que possui uso mais duradouro.

Observa-se, ainda, que a maior parcela quantitativa está concentrada na SEMED, o que se justifica pela amplitude da rede municipal de ensino, pela necessidade de atendimento contínuo das unidades escolares e pela utilização diária desses insumos no processo de ensino-aprendizagem.

A SEMAS, embora apresente quantitativo inferior, possui demanda própria e relevante, vinculada às atividades desenvolvidas no CadÚnico, CRAS, CREAS, CEAMCA, Casa de Passagem e demais unidades

socioassistenciais, onde os materiais pedagógicos e brinquedos são utilizados em oficinas, ações de convivência, acolhimento e acompanhamento de usuários.

Desse modo, a estimativa quantitativa mostra-se compatível com a finalidade pública da contratação, pois busca assegurar abastecimento suficiente para atender, de forma regular e eficiente, as necessidades concretas das secretarias demandantes, evitando desabastecimento, descontinuidade das atividades e prejuízo à execução das ações institucionais.

7.1. LEVANTAMENTO DOS QUANTITATIVOS POR DEMANDANTES

SEMED: O quantitativo destinado à SEMED justifica-se pela necessidade de atendimento simultâneo das unidades escolares da rede municipal, com utilização dos materiais pedagógicos e brinquedos como instrumentos de apoio direto às práticas educacionais desenvolvidas ao longo do ano letivo. Nessa secretaria, os itens não têm função meramente acessória, mas integram a rotina das atividades de ensino, recreação orientada, desenvolvimento psicomotor, estímulo à criatividade e socialização, especialmente no atendimento da educação infantil e das ações pedagógicas que demandam recursos concretos e lúdicos. Por essa razão, a quantidade atribuída à SEMED é superior, pois precisa absorver a capilaridade da rede, a frequência de uso dos materiais nas unidades escolares e a necessidade de manter disponibilidade compatível com o planejamento pedagógico, evitando prejuízo à execução das atividades e à continuidade do atendimento educacional.

Atualmente, a rede municipal de ensino atende no total de 25.120 alunos, sendo estes 5414 estudantes público-alvo da Educação Infantil, como demonstrado na tabela de matrículas para o ano letivo de 2026

Nº	Escola	Infantil	Fund. A. Iniciais	Fund. A. Finais	EJA	Total Geral de alunos
1	CMEI Maria de Lourdes Marques Melo	200	-	-	-	200
2	CEI Aquarela	117	-	-	-	117
3	Centro de Educação Infantil Prof. Jane Meyre Neris Lameira	361	-	-	-	361
4	Centro Municipal de Educação Infantil Menino Jesus	293	-	-	-	293
5	CMEI Carrossel	74	-	-	-	74
6	CMEI Cleu Maxson Silva Freitas	174	-	-	-	174
7	CMEI Santa Rita de Cássia	421	-	-	-	421
8	Creche Benedito Rufino da Silva	242	-	-	-	242
9	Creche Francisco Bahia de Aguiar	179	-	-	-	179
10	Creche Municipal Maria Ruth das Chagas Cravo	266	-	-	-	266
11	Creche Prof. Antônio Martins de Araújo	108	-	-	-	108
12	Creche Sara de Souza Araújo	284	-	-	-	284
13	EMEF Alfredo Henrique da Luz	9	18	-	-	27
14	EMEF Ana Paula dos Santos e Santos	-	640	581	51	1272
15	EMEF Anita Garibaldi	37	-	-	-	37
16	EMEF Antônio Marques de Moraes	6	18	-	-	24

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

Nº	Escola	Infantil	Fund. A. Iniciais	Fund. A. Finais	EJA	Total Geral de alunos
17	EMEF Dr. José João de Melo	-	181	359	49	589
18	EMEF Francisco Elias das Chagas	6	-	-	-	6
19	EMEF Francisco Ferreira de Matos	-	10	-	-	10
20	EMEF Irene Rodrigues Titan	-	428	446	-	874
21	EMEF Izabel Maria da Conceição	140	-	-	-	140
22	EMEF Joaquim Angelo	-	9	-	-	9
23	EMEF José Alves de Moraes	-	6	-	-	6
24	EMEF José Monteiro Maia	-	322	-	77	399
25	EMEF Luiza Carneiro de Lima	-	7	-	-	7
26	EMEF Manoel de Oliveira Pastana	-	146	-	-	146
27	EMEF Manoel Pinto de Souza	57	180	-	-	237
28	EMEF Maria Ferreira Nobre	7	17	-	-	24
29	EMEF Pedro Dias Teixeira	16	20	-	-	36
30	EMEF Prof. Raimunda Amaral da Silva	306	-	-	-	306
31	EMEF Santo Agostinho	-	9	-	-	9
32	EMEI Centro Educacional Castelo do Saber	91	-	-	-	91
33	EMEI Comunitária Criança Esperança	229	-	-	-	229
34	EMEI Cristo Redentor	70	-	-	-	70
35	EMEIEF Domingos Barros da Silva	22	50	-	-	72
36	EMEIEF Emilia Gimenez	25	320	604	-	949
37	EMEIEF Ernestina Martins das Neves	44	143	148	26	361
38	EMEIEF Francisco Espinheiro Gomes	146	498	368	56	1068
39	EMEIEF José Henrique de Araújo	45	112	250	16	423
40	EMEIEF José Isaías	11	39	-	-	50
41	EMEIEF José Pedro de Araújo	18	55	-	-	73
42	EMEIEF Latif Ronald de Oliveira Jatene	80	341	209	55	685
43	EMEIEF Luiza do Nascimento Viana	20	54	36	-	110
44	EMEIEF Maria de Nazaré Gomes Torres	104	570	-	65	739
45	EMEIEF Maria Perpétua Lisboa	76	174	118	-	368
46	EMEIEF Monsenhor José Maria do Lago	62	282	-	-	344
47	EMEIEF Nossa Senhora das Vitórias	7	18	-	-	25
48	EMEIEF Nossa Senhora de Nazaré	45	64	32	27	168
49	EMEIEF Pedro Coelho da Mota	106	352	298	-	756
50	EMEIEF Prof. Georgina Rocha do Nascimento	-	300	315	-	615
51	EMEIEF Prof. Maria da Encarnação Campos de Araújo	65	368	272	-	705
52	EMEIEF Quilombola Fernando Nunes Rodrigues	5	21	37	-	63
53	EMEIEF Quilombola Prof. Maria Bandeira Braga	47	65	11	-	123
54	EMEIEF Raimunda Maia de Carvalho	161	720	-	-	881
55	EMEIEF Roberto Remigi	10	43	61	-	114
56	EMEIEF Santa Terezinha	6	11	-	-	17

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

Nº	Escola	Infantil	Fund. A. Iniciais	Fund. A. Finais	EJA	Total Geral de alunos
57	EMEIF Ana Joaquina da Silva	30	69	-	-	99
58	EMEIF Paulo Freire	27	85	82	36	230
59	ERC EIEF Cristiana Rossi	37	93	-	-	130
60	EMEF Cacilda Possidonio Nascimento	-	480	124	9	613
61	EMEF Eng. Alessandra Bono	-	335	312	-	647
62	EMEF Madre Maria Vigano	-	204	415	-	619
63	EMEF Marco Liva	-	474	-	-	474
64	EMEF Maria Inês Costa	-	-	735	58	793
65	EMEF Maria José dos Santos	-	398	409	-	807
66	EMEF Raimunda Izabel de Matos Souza	-	13	-	-	13
67	EMEF São João Bosco	-	-	355	-	355
68	EMEIEF América Joana da Silva	-	98	-	-	98
69	EMEIEF Francisco Gomes Sampaio	17	66	36	-	119
70	EMEIEF Leandro Paulino Correa	34	95	60	-	189
71	EMEIEF Manoel Deodoro Alfaia de Araújo	6	23	-	-	29
72	EMEIEF Maria das Dores Siqueira Freitas	48	94	-	-	142
73	EMEIEF Prof. Graziela Gabriel	119	579	-	63	761
74	EMEIEF Sonho de Criança	145	536	-	-	681
75	EMEIEF Tiago Guedes de Oliveira	49	299	-	-	348
76	EMEIF Eronildes Farias de Carvalho	104	552	-	-	656
77	EMEIF Luiz Augusto Paiva de Oliveira	-	525	214	25	764
78	EMEIF Terezinha Nascimento Silva	-	88	59	-	147
79	Escola SESI Castanhal	-	430	-	-	430
	Total Geral	5414	12147	6946	613	25120

O quantitativo estipulado no presente Processo foi delimitado considerando as demandas para a distribuição dos materiais nas unidades de ensino de educação infantil e ensino fundamental anos iniciais, de acordo com os recursos financeiros previstos. Além disso, a quantidade a ser adquirida leva em consideração não apenas as necessidades atuais, mas também as limitações das atividades realizadas em sala de aula. Com isso, as crianças terão a oportunidade de aprender em um ambiente mais atraente e prazeroso, visando manter um ambiente apropriado, com itens adequados à faixa etária, promovendo atividades lúdicas e educativas que favorecem o desenvolvimento integral das crianças.

SEMAS: As quantidades da SEMAS está diretamente vinculada à necessidade de atendimento regular e contínuo dos serviços, programas e unidades da rede socioassistencial. No caso da SEMAS, os quantitativos não decorrem de previsão genérica, mas do levantamento das necessidades dos setores que utilizam os materiais pedagógicos e brinquedos como instrumentos de apoio às atividades de atendimento, acolhimento, convivência e proteção social, ao longo de 12 meses.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



No âmbito do Cadastro Único/Bolsa Família, a necessidade quantitativa se fundamenta no elevado volume de atendimento prestado no Município, que registra 44.380 famílias inscritas no Cadastro Único e 22.268 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, além de rotina intensa de atendimento ao público, cadastramento, averiguação cadastral, visitas domiciliares, organização documental e acompanhamento de condicionalidades de saúde e educação. O DFD da SEMAS registra média diária expressiva de atendimentos presenciais e remotos, o que demonstra que a quantidade destinada à SEMAS precisa ser suficiente para sustentar, com regularidade, as atividades administrativas e socioassistenciais vinculadas a esse atendimento, evitando insuficiência de materiais e prejuízo à eficiência dos serviços ofertados às famílias usuárias.

No âmbito da Proteção Social Básica, especialmente nos CRAS e nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, evidencia que os materiais pedagógicos e brinquedos são essenciais para a execução qualificada de atividades socioeducativas, lúdicas, culturais, esportivas e de estímulo à convivência coletiva. Nessa perspectiva, a estimativa quantitativa deve ser compatível com a necessidade de prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover o desenvolvimento das potencialidades dos usuários, organizados por ciclos de vida. A insuficiência desses recursos comprometeria a efetividade das ações planejadas, limitaria o alcance dos objetivos do serviço e reduziria a qualidade e a diversidade das atividades ofertadas, razão pela qual o quantitativo precisa assegurar participação, permanência dos usuários e atendimento digno e humanizado.

De igual modo, os quantitativos destinados à Casa de Passagem, ao CEAMCA e ao CRAS, destacando que tais materiais são indispensáveis ao atendimento de mulheres vítimas de violência, meninas acolhidas, crianças e demais usuários em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos. Segundo o documento, os materiais pedagógicos e brinquedos são necessários para garantir atendimento humanizado, ambiente acolhedor, redução dos impactos emocionais decorrentes do acolhimento e do rompimento de vínculos, além de viabilizar brincadeiras educativas, oficinas, rodas de conversa, atividades em grupo e ações voltadas à convivência, expressão, autoestima e autonomia. Assim, a quantidade prevista para a SEMAS mostra-se proporcional às demandas concretas de seus equipamentos e à necessidade de assegurar suporte material suficiente para a execução contínua das ações de proteção social, acolhimento e acompanhamento especializado.

Desse modo, a quantidade estimada para a SEMAS encontra justificativa técnica e administrativa na soma das necessidades específicas de seus equipamentos e serviços, consideradas a intensidade dos atendimentos, a diversidade do público assistido, a natureza continuada das ações desenvolvidas e a indispensabilidade dos materiais para a manutenção da qualidade do atendimento. Não se trata, portanto, de mera previsão abstrata, mas de quantitativo construído a partir da realidade operacional da assistência social municipal, com foco na continuidade do serviço público, na proteção dos usuários e na efetivação do interesse público.

8. CONTRATAÇÕES SIMILARES

8.1. Elaboradas pelo Próprio Órgão:

No âmbito da Administração Pública do Município de Castanhal/PA, identificam-se registros de contratações anteriores relacionadas à aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos e itens correlatos. Contudo, até o presente momento, não se verificou processo licitatório de caráter geral que reunisse, de forma conjunta e planejada, as demandas de mais de uma secretaria municipal para atendimento continuado desse tipo de objeto.

Nesse contexto, destaca-se o Pregão Eletrônico nº 012/2026, cujo objeto consistiu na aquisição de material pedagógico, didático, brinquedos, jogos esportivos e lúdicos e suprimentos de informática destinados às escolas de tempo integral e à manutenção das atividades educacionais do Município de Castanhal. Embora referido certame possua alguns itens semelhantes aos constantes da presente contratação, trata-se de procedimento com escopo distinto, vinculado a demanda específica da área educacional, com destinação própria de recursos e voltado exclusivamente ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

No âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, registra-se o Pregão Eletrônico nº 032/2025, cujo objeto consistiu na aquisição de brinquedos destinados à doação. Tal contratação também não se confunde com o presente processo, uma vez que possuía finalidade diversa, voltada à distribuição direta de bens a terceiros, enquanto a contratação ora planejada tem por finalidade o fornecimento de materiais e brinquedos para utilização nas atividades rotineiras das unidades socioassistenciais do Município, como oficinas, ações lúdicas, atividades de convivência, acolhimento, acompanhamento e proteção social.

O presente processo, por sua vez, possui finalidade administrativa própria e planejamento específico, voltado ao registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos, destinados ao atendimento conjunto das necessidades da SEMED e da SEMAS. Dessa forma, ainda que existam itens pontualmente coincidentes com contratações anteriores, não há identidade plena de objeto, finalidade, abrangência institucional ou público atendido.

Assim, a presente contratação distingue-se dos certames anteriores por consolidar demandas de secretarias distintas, ampliar a abrangência institucional do atendimento, permitir maior racionalidade no planejamento das aquisições e assegurar fornecimento compatível com a continuidade das atividades educacionais e socioassistenciais. Por essa razão, não se trata de repetição indevida de objeto anteriormente licitado, mas de nova contratação planejada, com escopo próprio e voltada ao atendimento de necessidades permanentes e complementares da Administração Municipal.

8.2. ELABORADAS POR OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES:

ANÁLISE DE VIABILIDADE DO VALOR DE REFERÊNCIA PARA CASTANHAL/PA

Para aferição da viabilidade do valor de referência da presente contratação, foi realizada análise comparativa com contratações promovidas por outros municípios do Estado do Pará, envolvendo objetos

correlatos ao da presente licitação. O objetivo dessa comparação foi verificar se o valor estimado para Castanhhal/PA, fixado em R\$ 1.281.939,99, mantém compatibilidade com o mercado regional e com parâmetros praticados por outros entes públicos em contratações semelhantes.

Todavia, a comparação deve ser interpretada com cautela, uma vez que nenhum dos processos utilizados como paradigma reproduz integralmente o mesmo escopo da presente contratação. Isso porque, nos municípios analisados, os certames contemplam apenas uma parte do objeto atualmente pretendido por Castanhhal, ou seja, em alguns casos abrangem somente brinquedos, em outros apenas material pedagógico, e, em uma das referências, o material pedagógico aparece combinado com outro objeto diverso. Assim, os processos externos não espelham exatamente a composição adotada por Castanhhal, servindo, portanto, como parâmetro comparativo de mercado, e não como espelho absoluto da presente contratação.

Ressalte-se, ainda, que todos os processos utilizados como parâmetro foram estruturados para atendimento de apenas uma secretaria ou de uma única área administrativa, seja ela vinculada à educação ou à assistência social. Em contrapartida, o presente processo de Castanhhal/PA possui maior amplitude institucional, pois foi planejado para atender duas secretarias distintas, quais sejam, a SEMED e a SEMAS, reunindo em um único procedimento demandas administrativas de naturezas complementares, porém provenientes de estruturas finalísticas diversas. Essa circunstância amplia a complexidade do planejamento, da consolidação dos quantitativos, da logística de distribuição e da futura gestão da ata de registro de preços, constituindo fator relevante para a análise comparativa dos valores.

MUNICIPIO	POPUL AÇÃO	OBJETO	NUMERO DO PROCESSO	VALOR ORÇADO	PORCENTAGEM DE ECONOMIA	VALOR ADJUDICADO
ALTAMIRA	138.749	AQUISIÇÃO BRINQUEDOS	045/2024	1.659.005,00	23,82%	1.263.760,00
BENEVIDES	68.962	AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E ACESSÓRIOS DIDÁTICOS INFANTIS	031/2025	1.244.064,05	35,57%	801.569,00
ANANINDEUA	509.227	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO,	PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N° 9/2024- 014.SEMED/PMA	1.371.171,00	0,28%	1.367.400,00
PARAUPEBAS	267.836	MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E MATERIAL PEDAGÓGICO	8/2022-068PMP	1.318.153,60	35,23%	853.723,00
Castanhhal/PA	209.126	R\$ 1.281.939,99				

No município de Altamira, com população de 138.749 habitantes, foi identificado processo com objeto de aquisição de brinquedos, com valor orçado de R\$ 1.659.005,00 e valor adjudicado de R\$ 1.263.760,00. Trata-se de contratação que contempla apenas brinquedos, ou seja, somente uma parcela do objeto de Castanhhal. Em Benevides, com 68.962 habitantes, foi localizado processo para aquisição de brinquedos e

acessórios didáticos infantis, com valor orçado de R\$ 1.244.064,05 e adjudicado de R\$ 801.569,00, também sem abranger toda a composição do objeto aqui pretendido. Em Ananindeua, com 509.227 habitantes, o processo analisado refere-se à aquisição de material pedagógico, com valor orçado de R\$ 1.371.171,00 e adjudicado de R\$ 1.367.400,00, ou seja, novamente uma contratação parcial em relação ao que se pretende em Castanhal. Já em Parauapebas, com 267.836 habitantes, identificou-se processo para aquisição de materiais de higiene pessoal e material pedagógico, com valor orçado de R\$ 1.318.153,60 e adjudicado de R\$ 853.723,00, sem contemplar brinquedos e, portanto, também não coincidente com o objeto integral da presente contratação.

Também sob a perspectiva do valor per capita, obtido pela divisão do valor orçado pela população estimada de cada município, verifica-se que Castanhal/PA apresenta valor de R\$ 6,13 por habitante, situando-se em patamar intermediário quando comparado aos demais referenciais analisados. O índice é inferior ao verificado em Altamira (R\$ 11,96/hab) e Benevides (R\$ 18,04/hab), superior ao de Ananindeua (R\$ 2,69/hab) e Parauapebas (R\$ 4,92/hab), o que reforça a conclusão de que o valor de referência adotado para Castanhal se mostra compatível e razoável dentro do cenário comparativo utilizado. Ressalte-se, ademais, que essa comparação deve ser analisada com cautela, pois o presente processo de Castanhal contempla duas secretarias, ao passo que os processos paradigmas atendem apenas uma secretaria ou uma única área administrativa.

Sob a ótica comparativa, o valor de referência de Castanhal/PA situa-se em faixa compatível com o mercado regional, pois permanece próximo dos valores observados em contratações de outros municípios, mesmo quando esses certames contemplam apenas uma parte do objeto ou atendem apenas uma secretaria. Em outras palavras, o valor de Castanhal não destoia dos referenciais utilizados, apesar de o presente processo possuir escopo mais amplo, por reunir em um único certame demandas de material pedagógico e brinquedos voltadas simultaneamente à educação e à assistência social.

Dessa forma, conclui-se que o valor de referência adotado para Castanhal/PA mostra-se viável e razoável, pois está inserido em patamar coerente com contratações correlatas realizadas por outros entes públicos, sem prejuízo de que a fase competitiva do certame possa gerar redução adicional dos preços. A análise comparativa reforça, portanto, que não há indício de incompatibilidade econômica do orçamento estimado, especialmente quando se considera que a presente contratação possui maior abrangência administrativa do que os processos utilizados como parâmetro.

9. DA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Considerando o valor estimado da contratação, a possibilidade de fornecimento parcelado, a necessidade de assegurar a regularidade do abastecimento das unidades atendidas e os riscos administrativos decorrentes de eventual inadimplemento, mostra-se necessária a definição de critérios objetivos de qualificação econômico-financeira.

A exigência tem por finalidade verificar se a licitante possui condições mínimas para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação, suportar os custos iniciais do fornecimento, manter a

regularidade das entregas e responder por eventuais substituições, correções ou obrigações contratuais, sem comprometer a continuidade do atendimento à SEMED e à SEMAS.

Para tanto, reputa-se adequada a exigência de apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis na forma da lei, acompanhados da comprovação dos índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral – SG, todos iguais ou superiores a 1,0, por se tratarem de indicadores usualmente adotados pela Administração Pública para aferição da situação econômico-financeira da licitante.

Além dos índices contábeis, admite-se a exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado do lote para o qual a licitante for classificada em primeiro lugar e convocada para habilitação. Caso a mesma licitante seja convocada para habilitação em mais de um lote, o percentual incidirá sobre o somatório dos valores estimados dos lotes em que for provisoriamente vencedora.

A exigência não possui caráter restritivo indevido, pois está vinculada ao porte da obrigação a ser assumida, à entrega futura e parcelada dos bens e à necessidade de mitigar riscos de descontinuidade do fornecimento. Trata-se de medida proporcional e compatível com a complexidade operacional da contratação, especialmente considerando a diversidade de itens, a necessidade de atendimento simultâneo de duas secretarias e a importância dos bens para a execução das atividades educacionais e socioassistenciais.

Diante disso, justifica-se que o edital preveja, para fins de habilitação econômico-financeira: I – apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis na forma da lei; II – comprovação dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, todos iguais ou superiores a 1,0; e III – comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado do lote em que a licitante for convocada para habilitação, ou do somatório dos lotes em que for provisoriamente vencedora, quando houver mais de um lote.

A adoção conjunta dessas exigências encontra reforço na orientação mais recente do Tribunal de Contas da União. Na pesquisa textual do TCU referente ao Acórdão 2724/2025-Plenário, consta que a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimos prevista no art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 não está condicionada apenas aos casos em que o licitante apresente índices contábeis inferiores a 1, bem como se registra a necessidade de que exigências dessa natureza sejam devidamente motivadas nos atos preparatórios da contratação, inclusive com menção à possibilidade de exigências cumulativas de índices contábeis e patrimônio líquido mínimo. Assim, a exigência simultânea de índices contábeis e de patrimônio líquido mínimo encontra respaldo, desde que adequadamente justificada à luz das peculiaridades do objeto e dos riscos da contratação.

Registre-se, ainda, que a presente motivação não tem por finalidade restringir indevidamente a competitividade, mas assegurar, em observância ao princípio da proporcionalidade, que a futura contratada disponha de condições mínimas para executar o objeto com segurança, continuidade e confiabilidade. Também

devem ser observadas, no que couber, as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, aplicáveis às licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, sem afastar os requisitos de habilitação econômico-financeira legalmente cabíveis.

10. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

Obs. 01: A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado do lote ao qual o licitante concorrer, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Castanhal. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. Banco Banpará: 037 Agência: 002 Conta: 115620-9
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Castanhal, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 02: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

Obs. 03: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Obs. 04: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos lotes que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada lote constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um lote, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse lote específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais lotes, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 05: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em uma das modalidades previstas, deverá ser anexada na própria plataforma em que ocorrerá o certame, no momento do cadastramento da proposta, em campo específico destinado a essa finalidade, possibilitando ao agente de contratação, no início do procedimento, analisar e verificar o atendimento da exigência. Recomenda-se que, nessa etapa, seja anexado exclusivamente o documento referente à garantia da proposta, não sendo este o momento adequado para apresentação dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados apenas na fase própria do certame.

Obs. 06: A data da garantia da proposta deve ser anterior à abertura do certame, visto que esse instrumento tem por finalidade assegurar a seriedade da proposta apresentada e a manutenção das condições ofertadas pelo licitante, inclusive quanto ao preço inicialmente registrado. Assim, fica vedada a apresentação de garantia da proposta emitida após a abertura do certame, bem como a emissão/alteração do documento em momento posterior com o objetivo de adequação ao resultado da sessão, por se tratar de conduta incompatível com a finalidade da garantia e com os princípios da isonomia, da transparência e do julgamento objetivo. Nessas hipóteses, a garantia apresentada em data posterior à abertura do certame será considerada inidônea para fins de comprovação, sujeitando o licitante às consequências previstas no edital, sem prejuízo de diligências quando cabíveis e da aplicação das sanções pertinentes.

Obs. 07: A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 dias úteis, contado da assinatura do contrato, da assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, conforme

disciplinado no edital, ou da data em que for declarada fracassada a licitação, observadas as disposições do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

Obs.: 08: A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, ou a não apresentação dos documentos necessários à contratação, poderá ensejar a execução integral da garantia de proposta, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no edital e na legislação aplicável.

11. DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE:

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática.

Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

No presente caso, após algumas análises, a Administração entendeu pertinente adotar, como diretriz da fase de julgamento, a exigência de composição de custos e, quando necessário, documentação complementar comprobatória, a serem apresentadas pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, logo após a fase de lances e antes do prosseguimento para a habilitação. A medida não ficará vinculada a um percentual específico de desconto, mas será aplicada de forma uniforme às propostas que se colocarem em condição de classificação inicial, justamente para ampliar a segurança da análise e evitar que a aferição da viabilidade econômica fique restrita apenas a faixas pré-definidas de redução.

Tal providência se justifica pela experiência administrativa já verificada em processos anteriores, especialmente diante de situações em que licitantes apresentaram preços agressivos para sagrarem-se vencedores, mas, posteriormente, passaram a alegar impossibilidade de fornecimento pelos valores ofertados, formulando pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro poucos meses após a homologação, ou mesmo ocasionando desistências, rescisões e comprometimento da execução contratual.

Nesse contexto, a exigência de comprovação da exequibilidade mostra-se adequada para resguardar o interesse público, prevenir inadimplimentos, reduzir o risco de descontinuidade da contratação e reforçar a seleção de proposta efetivamente vantajosa e executável. Assim, a Administração passa a adotar, desde a fase de planejamento, a premissa de que a análise de exequibilidade deverá ser realizada de forma mais robusta e preventiva, com base na composição detalhada dos custos da proposta classificada em primeiro lugar, inclusive quanto aos encargos tributários e demais elementos que influenciem a formação do preço. Os critérios objetivos, documentos exigíveis e procedimentos de análise deverão ser detalhados no edital, especialmente na fase de julgamento, em consonância com as diretrizes fixadas neste Estudo Técnico Preliminar.

11.1. COMPROVAÇÃO ENCARGOS TRIBUTÁRIOS

Na exigência de comprovação de exequibilidade, é necessário comprovação de veracidade dos índices tributários que deverão ser inclusos na planilha de composição de custos, dentre os elementos que podem ser considerados para essa análise, está:

A verificação da carga tributária efetivamente suportada pela empresa, com o objetivo de confirmar se os encargos fiscais informados na proposta são compatíveis com o regime tributário adotado e com a realidade econômico-operacional da atividade desempenhada.

Tal providência será incorporada como medida preventiva de propostas com descontos excessivos que culminaram em inadimplência, bem como ocorrido em processos anteriores de objetos diversos, acarretando desistência ou inexecução contratual, especialmente quando os custos operacionais e tributários foram subestimados. Desta forma, juntamente com os documentos supracitados, será cobrado que a empresa anexe comprovação de Encargos Tributários. Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no Edital.

12. DA SOLUÇÃO

12.1. OS ITENS SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO:

MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Esse grupo reúne os itens de uso contínuo nas atividades de sala de aula, oficinas, trabalhos manuais, organização de materiais, produção de recursos pedagógicos e apoio administrativo.

Materiais de escrita, desenho e correção

Compreendem os itens destinados ao registro, à escrita, ao desenho, à pintura e ao desenvolvimento da coordenação motora fina:

- apontador com depósito;
- borracha escolar;
- lápis de cor;
- lápis de grafite;
- lápis preto 6B;
- giz de cera jumbo;
- caneta esferográfica azul;
- caneta esferográfica preta;
- caneta esferográfica vermelha;
- caneta hidrocor multicolorida;
- pincel marcador permanente azul;

- pincel marcador permanente preto;
- pincel marcador permanente vermelho;
- pincel para quadro branco azul;
- pincel para quadro branco preto;
- pincel para quadro branco vermelho.

Aplicabilidade: utilizados em atividades pedagógicas regulares, registros escolares, produção de exercícios, desenhos, atividades de alfabetização, marcações em materiais didáticos e apoio às rotinas administrativas e socioassistenciais.

Papéis, suportes e materiais para confecção

Reúnem os itens voltados à elaboração de cartazes, murais, painéis, atividades impressas, decoração pedagógica e recursos visuais:

- cartolina;
- papel 40 kg;
- papel cartão fosco vermelho;
- papel cartão fosco azul;
- papel cartão fosco branco;
- papel cartão fosco verde;
- papel cartão fosco amarelo;
- papel fotográfico adesivo;
- papel A4;
- placas de isopor.

Aplicabilidade: servem para produção de materiais pedagógicos, atividades escolares, sinalização de espaços, exposição de trabalhos, oficinas temáticas, projetos interdisciplinares e apoio à comunicação visual das unidades.

Materiais para artes, pintura e expressão criativa

Englobam os itens destinados a atividades artísticas, lúdicas, expressivas e sensoriais:

- argila escolar;
- tinta têmpera guache;
- pintura facial líquida;
- massa para modelar;
- E.V.A. com glitter;
- E.V.A. liso;
- folhas de feltro artesanal;
- rolo de TNT;

- fita cetim;
- barbante escolar;
- pincel achatado escolar nº 20.

Aplicabilidade: possibilitam pintura, modelagem, colagem, composição de painéis, confecção de lembranças, atividades comemorativas, desenvolvimento da criatividade, expressão artística e coordenação motora.

Materiais de colagem, montagem e acabamento

Incluem os itens voltados à montagem de atividades, fixação, acabamento e confecção de materiais:

- bastão de cola quente fina;
- cola de isopor;
- cola de silicone líquido;
- cola escolar branca;
- cola glitter multicolorida;
- pistola de cola quente;
- refil de cola quente grossa;
- fita adesiva 12 mm;
- fita adesiva 48 mm.

Aplicabilidade: usados na montagem de cartazes, jogos artesanais, painéis, recursos pedagógicos, oficinas manuais e organização de materiais utilizados pela educação e assistência social.

Materiais de corte, perfuração e apoio operacional

Abrangem os itens necessários à preparação dos materiais e à execução prática das atividades:

- estilete retrátil;
- tesoura de aço inox;
- tesoura escolar;
- perfurador de papel;
- grampeador;
- grampos galvanizados.

Aplicabilidade: auxiliam na produção e finalização de atividades pedagógicas, organização de documentos, preparação de materiais de oficina e apoio às rotinas das unidades.

Materiais de organização e apoio institucional

Compreendem os itens voltados à proteção, acondicionamento e organização do trabalho:

- avental infantil escolar impermeável;
- caixa de arquivo passivo.

Aplicabilidade: o avental é utilizado para proteção das crianças durante atividades com tinta, cola e modelagem; a caixa de arquivo apoia a organização documental, especialmente em setores administrativos e socioassistenciais.

BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS

Esse grupo reúne os itens com finalidade educativa mais estruturada, voltados à alfabetização, raciocínio lógico, percepção visual, coordenação motora, atenção, memória, socialização e estímulos sensoriais.

Itens voltados à alfabetização e linguagem

Compreendem os brinquedos pedagógicos que favorecem reconhecimento de letras, sílabas, palavras e associação:

- alfabeto móvel;
- bingo de letras;
- jogo da memória de sílabas;
- jogo de tabuleiro soletrando;
- dominó educativo do A ao Z;
- fantoche de mão.

Aplicabilidade: contribuem para alfabetização, ampliação do vocabulário, leitura inicial, associação simbólica, oralidade, contação de histórias e desenvolvimento da linguagem.

Itens de matemática, lógica e raciocínio

Reúnem materiais que estimulam contagem, sequência, estratégia, classificação e resolução de problemas:

- dominó de números;
- blocos lógicos;
- tangram;
- torre de Hanói;
- caiu perdeu;
- jogo imobiliário júnior;
- tabuleiro 5 jogos em 1.

Aplicabilidade: trabalham raciocínio lógico, noção de quantidade, estratégia, atenção, concentração, percepção espacial e tomada de decisão.

Itens de coordenação motora, encaixe e manipulação

Abrangem brinquedos que desenvolvem habilidades motoras, coordenação, precisão de movimentos e percepção tátil:

- brinquedo alinhavo;
- formas geométricas;
- torre inteligente com blocos de encaixe;

- torre de encaixe com numeração;
- cubo educativo;
- mesa de ferramentas.

Aplicabilidade: estimulam coordenação motora fina, organização espacial, percepção visual, associação entre formas e números e desenvolvimento da autonomia infantil.

Itens sensoriais e de desenvolvimento integral

Reúnem recursos voltados ao estímulo sensorial, ao equilíbrio, à exploração do ambiente e à interação:

- tubo sensorial flexível;
- andador sensorial e equilíbrio;
- bola de borracha sensorial;
- bichinhos de borracha;
- cubo de atividades Montessori;
- tatame;
- binóculo infantil.

Aplicabilidade: auxiliam no desenvolvimento sensorial, psicomotor e perceptivo, sendo úteis em atividades com crianças pequenas, em processos de adaptação, acolhimento e estímulo à interação.

Itens lúdicos de apoio à interação e ao brincar orientado

Compreendem brinquedos com função educativa indireta, mas que apoiam convivência, imaginação e aprendizagem lúdica:

- jogo de cartas UNO;
- escorregador infantil.

Aplicabilidade: favorecem interação em grupo, respeito a regras, convivência, recreação orientada e desenvolvimento social.

BRINQUEDOS RECREATIVOS

Esse grupo reúne itens voltados ao brincar simbólico, à musicalização, à recreação e à expressão afetiva e social.

Brinquedos de faz-de-conta e representação simbólica

Compreendem os itens que estimulam imaginação, criação de papéis sociais e expressão emocional:

- boneca de busto;
- boneca princesa;
- boneca de pano;
- boneca de feltro de pele clara;
- boneca de feltro de pele escura;
- panelinha infantil.

Aplicabilidade: favorecem brincadeiras de imitação, desenvolvimento da linguagem, expressão afetiva, socialização, noção de cuidado, identidade e inclusão.

Brinquedos de veículos e movimentação

Reúnem os itens ligados à imaginação, coordenação e recreação:

- kit caminhões;
- caminhão carroceria.

Aplicabilidade: estimulam coordenação motora, criatividade, atenção e brincadeiras livres ou dirigidas, especialmente em atividades com crianças pequenas.

Brinquedos de musicalização

Abrangem os itens destinados ao ritmo, percepção sonora e expressão corporal:

- pandeiro infantil;
- violão de brinquedo;
- flauta de brinquedo.

Aplicabilidade: contribuem para musicalização, coordenação, ritmo, percepção auditiva, expressão corporal e participação em atividades coletivas.

Brinquedos de recreação e coordenação ampla

Incluem os itens com foco em movimento e interação:

- kit de boliche.

Aplicabilidade: desenvolve coordenação motora ampla, noção de força, mira, equilíbrio, socialização e participação em jogos coletivos.

12.2. NORMAS TÉCNICAS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO

Considerando a natureza dos itens que compõem a presente contratação, procedeu-se à verificação da existência de exigências compulsórias de certificação, conformidade ou registro previstas em normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente no âmbito do INMETRO, com a finalidade de assegurar que os produtos a serem adquiridos atendam aos requisitos mínimos de segurança, qualidade e adequação ao uso, notadamente por se tratarem, em parte, de materiais destinados ao público infantil e ao desenvolvimento de atividades pedagógicas e socioassistenciais.

Nesse contexto, a tabela a seguir apresenta a relação dos itens para os quais foi identificada exigência obrigatória de certificação, com a indicação do respectivo fundamento e da portaria aplicável. Tal medida busca resguardar o interesse público, mitigar riscos relacionados ao fornecimento de produtos em desconformidade e garantir maior segurança jurídica e técnica à contratação.

Item	Descrição resumida	Fundamento	Portaria
2	Apontador com depósito	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

Item	Descrição resumida	Fundamento	Portaria
7	Borracha escolar	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
12	Cola escolar branca	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
21	Giz de cera jumbo	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
24	Lápis de cor	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
25	Lápis de grafite	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
43	Pistola elétrica de cola quente	Equipamento enquadrado no RAC de aparelhos eletrodomésticos e similares	Portaria Inmetro nº 148/2022
47	Têmpera guache	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
50	Caneta esferográfica azul	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
51	Caneta esferográfica preta	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
52	Caneta esferográfica vermelha	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
53	Caneta hidrocor multicolorida	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
55	Massa para modelar	Artigo escolar abrangido pelo regulamento compulsório do Inmetro	Portaria Inmetro nº 423/2021
56	Alfabeto móvel em MDF	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
57	Jogo bingo letras	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
58	Jogo da memória sílabas	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
59	Jogo de cartas UNO	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
60	Jogo de tabuleiro soletrando	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
61	Fantoches de mão	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
62	Jogo imobiliário júnior	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
63	Blocos lógicos em madeira	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
64	Brinquedo alinhavo	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
65	Caiu perdeu	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
66	Dominó números	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

Item	Descrição resumida	Fundamento	Portaria
67	Formas geométricas/tabuleiro	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
68	Tangram	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
69	Torre de Hanói	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
70	Tubo sensorial flexível	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
71	Tabuleiro 5 jogos em 1	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
72	Mesa de ferramentas	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
73	Andador sensorial e equilíbrio	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
74	Torre inteligente de encaixe	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
75	Escorregador infantil	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
76	Cubo de atividades Montessori	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
77	Binóculo infantil	Brinquedo sujeito à certificação compulsória e registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
78	Bola de borracha sensorial	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
79	Bichinhos de borracha	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
81	Torre de encaixe com numeração	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
82	Dominó educativo de associação	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
83	Dominó educativo do A ao Z	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
84	Cubo educativo	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
85	Boneca de busto	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
86	Kit caminhões	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
87	Boneca princesa	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
88	Caminhão carroceria	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
89	Panelinha infantil	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
90	Boneca de pano	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021

Item	Descrição resumida	Fundamento	Portaria
91	Boneca de feltro pele clara	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
92	Boneca de feltro pele escura	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
93	Pandeiro infantil de brinquedo	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
94	Violão de brinquedo	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
95	Flauta de brinquedo	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021
96	Kit de boliche	Brinquedo sujeito à certificação compulsória ou registro ativo no Inmetro	Portaria Inmetro nº 302/2021

Quando aplicável, os brinquedos e materiais destinados ao uso infantil deverão atender às normas de segurança vigentes e possuir certificação compulsória do INMETRO ou órgão competente, conforme a natureza do produto e a regulamentação aplicável. Para itens não sujeitos à certificação compulsória, poderá ser exigida comprovação de conformidade, qualidade, segurança, rotulagem adequada e indicação de faixa etária, conforme especificações do Termo de Referência.

12.3. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA

Planejamento e especificação

Nesta fase, devem ser definidos os requisitos técnicos dos materiais, observando-se critérios de qualidade, segurança, durabilidade, adequação à faixa etária e conformidade com as normas aplicáveis. A correta especificação é essencial para garantir que os itens atendam satisfatoriamente às necessidades da SEMED e da SEMAS, considerando a vantajosidade da contratação sob a perspectiva de todo o ciclo de vida do objeto.

Fornecimento e entrega

Os itens devem ser fornecidos em conformidade com as especificações do edital, em condições adequadas de uso e com regularidade suficiente para evitar desabastecimento nas unidades atendidas. Essa fase é relevante para assegurar a continuidade das atividades pedagógicas e socioassistenciais e preservar a integridade dos materiais até sua efetiva utilização.

Vida útil dos grupos de itens

- **Materiais pedagógicos:** apresentam, em regra, vida útil curta, pois a maior parte dos itens é de uso consumível, com desgaste rápido ou perda de identidade física pelo uso ordinário, como lápis, tintas, colas, papéis, massa de modelar e materiais de confecção. Assim, sob a ótica contábil e operacional, esse grupo tende a se enquadrar predominantemente como material de consumo, ou seja, bens que normalmente perdem sua identidade física e/ou têm utilização limitada a até dois anos. Como

estimativa gerencial para o ETP, sua utilização costuma se concentrar no curto prazo, em geral dentro do exercício ou em até 12 meses, a depender da rotatividade do estoque.

- **Brinquedos pedagógicos:** apresentam vida útil média, pois, embora sujeitos a desgaste pelo uso coletivo e contínuo, em regra não se exaurem imediatamente e podem ser reutilizados em diversas atividades sucessivas. Em condições normais de conservação, esse grupo tende a possuir durabilidade superior a dois anos, aproximando-se da lógica de material permanente, ressalvados os itens frágeis, deformáveis ou de menor resistência. Para fins de planejamento, pode-se adotar como referência uma vida útil estimada de 2 a 5 anos, conforme o material, a intensidade de uso e as condições de armazenamento.
- **Brinquedos recreativos:** apresentam vida útil média a mais prolongada, especialmente quando fabricados em plástico rígido, madeira ou tecido reforçado e utilizados de forma supervisionada. Em regra, esses itens podem ser compartilhados e reutilizados por período superior a dois anos, embora sujeitos a substituição antecipada em caso de quebra, desgaste, perda de componentes ou comprometimento das condições de higiene e segurança. Para o planejamento da contratação, recomenda-se considerar vida útil estimada entre 2 e 5 anos, sem prejuízo de reposições pontuais antes desse prazo, quando necessário.

Utilização: Os materiais pedagógicos são empregados de forma contínua nas atividades de escrita, pintura, recorte, colagem, modelagem, confecção de recursos didáticos e oficinas. Já os brinquedos pedagógicos e brinquedos apoiam atividades lúdicas, cognitivas, motoras, sensoriais e de convivência. A interrupção do fornecimento ou a perda prematura da utilidade desses itens impacta diretamente a execução das ações educacionais e socioassistenciais.

Reposição e substituição: Os materiais pedagógicos exigem reposição contínua, em razão do consumo ordinário e do esgotamento natural de sua utilidade. Os brinquedos pedagógicos e brinquedos, por sua vez, demandam substituição periódica, conforme desgaste, quebra ou perda das condições adequadas de segurança e funcionalidade. Essa etapa é necessária para manter a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas.

Descarte e destinação final: Após o uso, deve-se observar o descarte ou a destinação final adequada dos itens inservíveis, com atenção à redução de desperdícios, ao reaproveitamento do que ainda for útil e à correta separação dos resíduos gerados. A legislação de resíduos sólidos define o ciclo de vida do produto como abrangendo o desenvolvimento, o consumo e a disposição final, o que reforça a necessidade de tratar essa etapa no planejamento da contratação.

12.4. ORIENTAÇÕES DE USO E CONSERVAÇÃO DO ITENS

Uso conforme a finalidade: Os itens deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades pedagógicas, lúdicas, socioeducativas, recreativas e institucionais para as quais foram adquiridos, observando-se sua

natureza, especificação e público destinatário. Os materiais pedagógicos devem ser empregados no desenvolvimento das atividades escolares, oficinas e ações de apoio educacional e socioassistencial, enquanto os brinquedos e brinquedos pedagógicos devem ser utilizados como instrumentos de ludicidade, aprendizagem, socialização, acolhimento e desenvolvimento infantil.

Observância da faixa etária e da segurança: Os brinquedos e brinquedos pedagógicos deverão ser utilizados em conformidade com a faixa etária recomendada pelo fabricante e com supervisão de responsável ou servidor, especialmente quando destinados a crianças pequenas. Deve-se evitar o uso de itens por público incompatível com suas características, bem como verificar previamente se o produto apresenta partes soltas, arestas, fissuras ou qualquer condição que possa comprometer a segurança dos usuários.

Uso racional e controle de consumo: Os materiais de consumo deverão ser distribuídos e utilizados de forma racional, de acordo com a necessidade efetiva das atividades planejadas, evitando desperdícios, extravios e uso inadequado. Recomenda-se que cada unidade adote controle interno mínimo para entrada, saída e utilização dos itens, de modo a assegurar melhor gestão do estoque e reposição adequada dos materiais.

Acondicionamento e armazenamento: Os itens deverão ser armazenados em local limpo, seco, ventilado e protegido da umidade, do calor excessivo e da incidência direta de luz solar. Os materiais pedagógicos mais sensíveis, como tintas, colas, papéis, massa de modelar e itens de desenho, deverão ser mantidos em condições que preservem sua integridade e funcionalidade, evitando ressecamento, vazamento, deformação ou deterioração prematura.

Conservação dos itens duráveis: Os brinquedos e brinquedos pedagógicos, por apresentarem maior vida útil, deverão ser guardados de forma organizada e protegida após o uso, evitando-se quedas, empilhamento inadequado, exposição prolongada a intempéries e contato com agentes que possam comprometer sua estrutura. O uso coletivo desses itens deve ocorrer de forma supervisionada, a fim de reduzir danos prematuros e ampliar sua durabilidade.

Higienização e limpeza: Os itens reutilizáveis, especialmente brinquedos, brinquedos pedagógicos e materiais de uso compartilhado, deverão ser submetidos a limpeza e higienização periódica, conforme sua composição e forma de uso. Essa medida é especialmente importante nos ambientes escolares e socioassistenciais, a fim de preservar condições adequadas de uso, salubridade e segurança para os usuários.

Inspeção e verificação periódica: Recomenda-se que os responsáveis pelas unidades realizem verificação periódica das condições de uso dos itens, especialmente dos brinquedos e materiais reutilizáveis, para identificar sinais de desgaste, quebra, perda de componentes, deformações ou qualquer dano que comprometa sua funcionalidade ou segurança. Itens inadequados devem ser retirados de uso imediatamente.

Substituição e descarte: Os materiais consumíveis deverão ser repostos conforme o consumo e a necessidade das atividades. Os itens duráveis, quando apresentarem desgaste irreversível, quebra ou perda das condições

adequadas de uso e segurança, deverão ser substituídos. O descarte deverá observar critérios de organização e, sempre que possível, medidas de reaproveitamento e destinação adequada dos resíduos gerados.

Responsabilidade pela guarda e utilização: Cada unidade beneficiada deverá zelar pela guarda, conservação e correta utilização dos itens recebidos, cabendo aos responsáveis locais orientar os usuários, organizar a distribuição interna e adotar medidas para evitar perdas, danos desnecessários e uso indevido. Essa providência contribui para maior vida útil dos materiais e melhor aproveitamento da contratação.

Resultado esperado com as orientações: A adoção dessas orientações busca assegurar melhor uso dos materiais, maior durabilidade dos itens reutilizáveis, redução de desperdícios, preservação da segurança dos usuários e maior eficiência na execução das atividades da SEMED e da SEMAS, contribuindo para que a contratação produza os resultados pretendidos ao longo de sua execução.

12.5. PESQUISA MERCADOLÓGICA

A pesquisa mercadológica constitui etapa essencial da fase preparatória da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo utilizada para comprovar a existência do objeto no mercado e atestar a vantajosidade da futura aquisição.

12.5.1. PESQUISA MERCADOLÓGICA LOCAL (CASTANHAL/PA)

Com a finalidade de comprovar a existência e a robustez do mercado fornecedor no âmbito deste certame, procedeu-se à realização de pesquisa mercadológica especificamente no município de Castanhal/PA, polo econômico e logístico da região. O levantamento buscou identificar empresas locais aptas a fornecer o objeto desta licitação, de modo a assegurar que a Administração dispõe de alternativas reais de contratação junto a fornecedores estabelecidos no território municipal.

A pesquisa teve como objetivo principal verificar a presença de micro e pequenas empresas regularmente constituídas, que atuam no segmento pertinente, possibilitando não apenas a estimativa adequada de preços, mas também a avaliação da capacidade operacional e da competitividade do mercado local. Essa comprovação reforça a fundamentação técnica do processo e justifica, de forma consistente, a adoção de políticas de fomento ao desenvolvimento econômico do município, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

RAZÃO SOCIAL	PORTE	ENDEREÇO	CNAE PRINCIPAL
PAPEL E PILOTO COMERCIO E SERVIÇO LTDA	ME	RUA R EUSEBIO FORELIZA	4647-8/01-Comercio atacadista de artigos de escritorio e de papelaria
A A DE MIRANDA NETO LTDA	EPP	AVENIDA PEDRO PORPINO DA SILVA	4647-8/01-Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
CASAS ROLIM MOVEIS E ELETRO EIRELI	ME	ALAMEDA SAO JOAO	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
JOSÉ ERLON ARAÚJO	ME	AVENIDA GENERAL GURJAO	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria

S. MONTEIRO PAPELARIA LTDA	ME	ALAMEDA CAICARA	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
J. F. MONTEIRO LTDA	ME	ALAMEDA CAICARA	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
DIONE DARDIN	ME	AVENIDA H	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
E DE J RIBEIRO DA SILVA LTDA	ME	RUA R DOUTOR BRAGANCA	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
M A G DE SOUSA COMERCIO E SERVIÇOS	EPP	TRAVESSA LIRIOS	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
L A DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR	EPP	COMÉRCIO LOCAL L-25	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
LAZULI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	ME	TRAVESSA PRIMEIRO MAIO DE	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
M C COMERCIO E SERVICO LTDA	ME	TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
M & M COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS LTDA	EPP	RUA PAES DE CARVALHO	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
M S COMERCIAL LTDA	DEMAIS	AVENIDA HELIO LEITE	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
SALLES OLIVEIRA E CIA LTDA	EPP	TRAVESSA IRMA ADELAIDE	4761-0/03-Comercio varejista de artigos de papelaria
B M BAPTISTA & CIA. LTDA	ME	TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA	4763-6/01-Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos
PAMELLA P PAIVA	ME	TRAVESSA 1º DE MAIO	4763-6/01-Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos
VETTORIZE DRONES LTDA	DEMAIS	AVENIDA PRESIDENTE GETULIO VARGAS	4763-6/01-Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos
CASTANHAL PRESENTES E VARIEDADES LTDA	EPP	AVENIDA BARAO DO RIO BRANCO	4763-6/01-Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos

12.5.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO LOCAL

Cumpra registrar que, ainda que nem todos os fornecedores estejam formalmente listados neste levantamento, o Município de Castanhal possui um comércio local forte, dinâmico e diversificado. Essa característica reflete-se na presença de empresas que atuam em diferentes segmentos, incluindo a comercialização de materiais pedagógicos, didáticos, esportivos e lúdicos, bem como artigos correlatos destinados ao uso escolar.

Tal diversidade amplia a probabilidade de identificação de estabelecimentos com condições técnicas e operacionais de fornecer os itens que compõem o objeto desta licitação, reforçando, assim, a viabilidade e a competitividade da contratação.

Dessa forma, evidencia-se que o município dispõe de um mercado ativo, plural e economicamente sustentável, apto a atender às demandas públicas educacionais de maneira eficiente e vantajosa, contribuindo para o fortalecimento do comércio regional e para o desenvolvimento socioeconômico local.

12.6. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

DA PESQUISA DE PREÇOS: A pesquisa de preços realizada tem como objetivo atender às exigências da Instrução Normativa do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão nº 65, de 07 de julho de 2021, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Esta pesquisa embasa a aquisição de bens necessários ao pleno funcionamento da Administração Pública, garantindo a transparência e a economicidade na utilização dos recursos.

Equipe Responsável pela Pesquisa: Representado pelo Sra. Irlana Yasmim Rodrigues da Vera Cruz (responsável pela pesquisa de preços), Matrícula nº 309199-6, Fone: (91) 98579-0559.

Esse servidor foi designado devido sua expertise na área de cotação de preço, o que contribuiu para a avaliação adequada das informações coletadas e para a seleção das fontes mais relevantes na pesquisa.

METODOLOGIA DE PESQUISA: Adotamos uma metodologia criteriosa para a pesquisa de preços, que consistiu na aplicação do parâmetro previsto no art. 5º da Instrução Normativa citada acima, que tem como base contratações similares feitas pela Administração Pública, a fim de obter informações abrangentes e representativas. Levando em consideração a Instrução Normativa citada, que estabelece diretrizes específicas para aquisições no âmbito público, sendo utilizado como instrumento para a pesquisa o BANCO DE PREÇOS (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) o qual conta com uma base de dados com milhões de preços de todos os tipos de objetos e serviços. Além de preços de licitações, é possível consultar preços de tabelas de referência, preços de sites de domínio amplo, preços de notas fiscais eletrônicas e de cotações diretas com fornecedores, proporcionando assim a formação de uma ampla cesta de preços diversificada e atendendo as orientações do TCU e demais normas vigentes, proporcionar segurança e celeridade nas cotações de preços públicos.

Nesse contexto, a utilização da referida plataforma apresenta as seguintes vantagens:

- Permite a obtenção de preços fundamentados em contratações públicas concretas, formalmente registradas e juridicamente válidas, refletindo valores que foram objeto de disputa competitiva, homologação administrativa e efetiva execução contratual, o que confere maior fidedignidade, precisão e aderência ao mercado público.
- Garante padronização metodológica, transparência e rastreabilidade, uma vez que todos os dados coletados permanecem sistematizados, documentados e passíveis de auditoria por meio dos relatórios emitidos pela própria plataforma;
- Atende às dos órgãos boas práticas de governança e às orientações de controle, que reconhecem o uso de bases de dados oficiais e consolidadas como fonte idônea para a formação do valor de referência.

Considerando o objeto e a urgência operacional formalmente requerida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, a utilização exclusiva da plataforma Banco de Preços não compromete a competitividade, a economicidade ou a legalidade do procedimento, mas, ao contrário, reforça a segurança jurídica, a transparência e a confiabilidade da pesquisa, uma vez que os valores adotados decorrem de contratações públicas reais, recentes e verificáveis, em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública.

Dessa forma, o valor estimado deve ser compreendido como resultado da consolidação das pesquisas realizadas, da análise crítica das referências disponíveis e da compatibilidade dos preços com o objeto pretendido, sem prejuízo de eventual redução de valores na fase competitiva do certame.

Valores Praticados em Licitações Anteriores por este órgão público: para este processo fizemos comparações com valores já praticados em processos semelhantes a este, pois o processo que encontramos foi o nº 068/2025 e 087/2025, contratação direta.

Valores Praticados em Licitações Anteriores de outros órgãos públicos: Usamos como parâmetro, valores praticados em licitações realizadas por outros órgãos para o mesmo objeto em questão.

- 1º: **BANCO DE PREÇOS**, <https://www.bancodeprecos.com.br>, pesquisa realizada em 05/03/2026 a 08/04/2026. Relatório gerado no dia 08/04/2026

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA PREÇO ESTIMADO

Método Matemático Aplicado: Neste processo, de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa Nº 65/2021, utilizamos o método da **média saneada dos preços obtidos (TCU)** para calcular o preço estimado por item. Isso foi aplicado a um conjunto de no mínimo 03 preços, garantindo robustez à estimativa e considerando uma variabilidade representativa das informações.

VALORES DE REFERÊNCIA ENCONTRADOS

Com base na pesquisa realizada e nas metodologias aplicadas, foram obtidos os valores de referência estimados para os itens em questão. Os valores estimados obtidos na pesquisa de preços constituem referência para a formação do orçamento da contratação e para a análise de aceitabilidade das propostas, nos termos definidos no edital. Caso o edital estabeleça preço máximo aceitável por item ou por lote, propostas acima desse limite deverão observar o tratamento previsto no instrumento convocatório, inclusive quanto à possibilidade de negociação, quando cabível, e à preservação da vantajosidade para a Administração.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Após pesquisa de preço, foi constatado que o valor estimado para a futura aquisição é de **RS 1.281.939,99 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos)**.

As comprovações das pesquisas de preços que resultaram nos valores unitários referenciais estimados de cada item se encontram inseridas nos autos do processo, junto ao mapa de preço e relatório onde constam mais detalhes. Os comprovantes das pesquisas de preços coletadas integram este processo como documento anexo, em formato PDF.

DIVISÃO DO VALOR GLOBAL POR DEMANDANTE

SECRETARIA	VALOR
SEMED	R\$ 1.202.422,79
SEMAS	R\$ 79.517,20

12.7. MODALIDADE E SOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A escolha da modalidade adotada justifica-se pela busca de maior eficiência na execução, bem como pela possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Ressalta-se, ainda, a vantagem de permitir que os licitantes possam oferecer lances sucessivos e reduzir os preços durante o próprio processo, favorecendo a economicidade e a competitividade, uma vez que o objeto em questão possui ampla oferta no mercado, sendo regularmente contratado por diversos órgãos e entidades públicas, o que demonstra que não se trata de uma demanda exclusiva ou de difícil acesso comercial.

Considerando os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado.

Obs.: O objeto demandado possui contratações similares por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado, conforme item 8 deste Estudo Técnico;

Solução 01: Contratar no mercado local, preferencialmente, através de dispensa de licitação para entrega parcelada conforme empenhos expedidos pela Secretaria demandante

Análise:

A adoção da dispensa de licitação não se mostra a solução mais adequada para a presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de material pedagógico e brinquedos para atendimento das demandas da SEMED e da SEMAS, em quantitativos expressivos e com abrangência ampliada. Embora a entrega parcelada conforme a necessidade da Administração seja juridicamente compatível com a natureza da compra, nos termos do art. 6º, X, da Lei nº 14.133/2021, isso, por si só, não autoriza a contratação direta. A dispensa somente é admitida nas hipóteses taxativamente previstas em lei, especialmente no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o que exige enquadramento objetivo e motivado, não bastando a conveniência administrativa de adquirir no mercado local.

No caso concreto, a contratação envolve objeto padronizável, com especificações usuais de mercado, caracterizando-se como fornecimento de bens comuns, o que recomenda a realização de procedimento licitatório formal, preferencialmente por pregão, em observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa e da ampliação da competitividade. Além disso, embora o art. 40, § 2º, II, da Lei nº 14.133/2021 permita considerar as peculiaridades do mercado local quando tecnicamente pertinente, essa diretriz deve ser aplicada no contexto do parcelamento da compra e da busca por economicidade, e não como fundamento autônomo para afastar a licitação. Assim, diante da necessidade de assegurar isonomia, transparência, ampla concorrência e adequada disputa entre fornecedores, conclui-se que a solução de contratar diretamente no mercado local por dispensa de licitação é inviável para o presente caso.

Solução 02: Realizar Licitação Própria através de Pregão Eletrônico.

Análise:

A realização de licitação própria na modalidade Pregão Eletrônico mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para a presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição de material pedagógico e brinquedos destinados ao atendimento das demandas da SEMED e da SEMAS. Isso porque se trata de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021. Nessa hipótese, a própria lei determina a adoção do pregão sempre que o objeto puder ser assim caracterizado, conforme dispõe o art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do Pregão Eletrônico favorece a ampla concorrência, amplia o universo de fornecedores participantes e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, especialmente em contratações que envolvem itens padronizados, de oferta comum no mercado e com possibilidade de disputa objetiva por preço. Além disso, essa modalidade assegura maior transparência, isonomia, celeridade e eficiência procedimental, permitindo que a Administração conduza a seleção da proposta mais vantajosa com observância ao regime jurídico da Lei nº 14.133/2021. No caso concreto, a solução também se mostra adequada porque o fornecimento pretendido possui caráter contínuo, com possibilidade de entregas parceladas conforme a necessidade das secretarias demandantes, sem descaracterizar a natureza de compra prevista no art. 6º, X, da Lei nº 14.133/2021.

Desse modo, conclui-se que a realização de licitação própria por Pregão Eletrônico é a alternativa que melhor atende ao interesse público, pois compatibiliza a natureza do objeto com a modalidade legalmente indicada, assegura maior competitividade entre os licitantes e proporciona melhores condições de economicidade, planejamento e gestão contratual para a Administração Municipal.

Solução 03: Adesão a ata de outros órgãos públicos

Análise:

A adesão à ata de registro de preços de outros órgãos públicos constitui alternativa legalmente admitida pela Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa da vantagem da adesão e observância dos requisitos aplicáveis ao órgão não participante. A própria lei prevê essa possibilidade no art. 86, § 2º, e, no caso dos Municípios, admite a adesão a atas municipais formalizadas mediante licitação, conforme a redação atual do art. 86, § 3º.

Entretanto, embora juridicamente possível, essa alternativa pode não se mostrar a mais adequada para a presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição de material pedagógico e brinquedos destinados, de forma conjunta, à SEMED e à SEMAS. Isso porque a adesão a atas já existentes nem sempre assegura plena compatibilidade entre os itens registrados e as necessidades específicas da Administração Municipal, especialmente quanto à composição dos kits, especificações pedagógicas, faixa etária, materiais de fabricação, quantitativos por item, exigências de certificação compulsória, prazos de entrega e abrangência do atendimento simultâneo às duas secretarias. Nessas condições, o risco de inadequação da solução aumenta, podendo comprometer a utilidade prática da contratação e a efetividade do atendimento das demandas educacionais e socioassistenciais. O art. 83 da Lei nº 14.133/2021, inclusive, deixa claro que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo possível realizar licitação específica quando isso for devidamente motivado.

Além disso, no caso concreto, a contratação pretendida possui planejamento próprio, com quantitativos consolidados, destinação específica para a rede municipal de ensino e para os equipamentos da assistência social, e necessidade de adequação às finalidades institucionais locais. Assim, embora a adesão à ata possa ser considerada como solução em tese viável, ela não se apresenta como a alternativa mais vantajosa para o presente processo, pois pode limitar a aderência do objeto às necessidades reais do Município e reduzir a capacidade da Administração de estruturar a contratação de forma integral, precisa e compatível com o interesse público.

12.7.1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e contratos administrativos, inclusive o Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto nos arts. 82 a 86. No caso em análise, referente à aquisição de material pedagógico e brinquedos, a adoção do SRP mostra-se juridicamente adequada e administrativamente vantajosa, por permitir maior flexibilidade no gerenciamento das aquisições, melhor planejamento do abastecimento, racionalização dos estoques e contratação conforme a efetiva necessidade da Administração. Além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições fixadas, sem obrigar a Administração à contratação imediata, e que a ata terá vigência de 1 ano, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

A escolha pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se, sobretudo, pela natureza do objeto e pela dinâmica de consumo dos itens, uma vez que os materiais pedagógicos e brinquedos serão utilizados de forma progressiva pelas unidades vinculadas à SEMED e à SEMAS, recomendando-se o abastecimento gradual e a realização de entregas parceladas, conforme a necessidade efetiva de cada secretaria. O Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito federal, prevê expressamente que o SRP pode ser adotado, em especial, quando houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, quando o atendimento envolver mais de um órgão ou entidade e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente com exatidão o quantitativo a ser demandado. Tais circunstâncias se verificam no presente caso, o que reforça a pertinência da adoção do sistema.

Desse modo, a adoção do SRP revela-se compatível com o interesse público, pois assegura maior eficiência na gestão contratual, amplia a capacidade de resposta da Administração às demandas concretas das unidades atendidas e evita aquisições excessivas ou incompatíveis com o consumo real. Para o objeto em questão, o sistema permite conciliar economicidade, continuidade do abastecimento, segurança jurídica e melhor gestão dos recursos públicos, mostrando-se solução adequada para viabilizar futura contratação de material pedagógico e brinquedos em condições mais vantajosas para a Administração

12.7.2. FORMA ELETRÔNICA

Forma eletrônica. A adoção da forma eletrônica mostra-se juridicamente adequada para a presente contratação, que tem por objeto a aquisição de material pedagógico e brinquedos para atendimento das demandas da SEMED e da SEMAS. Isso porque a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 17, § 2º, estabelece que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitindo-se a forma presencial apenas quando houver motivação, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Além disso, tratando-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, aplica-se o pregão, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021. Como o objeto da presente contratação consiste em itens padronizáveis e amplamente ofertados no mercado, a realização do certame em meio eletrônico mostra-se compatível com a natureza da contratação e com a sistemática legal aplicável.

A forma eletrônica também atende ao interesse público por ampliar a competitividade, favorecer a participação de maior número de fornecedores, reduzir barreiras geográficas, conferir maior transparência aos atos do procedimento e contribuir para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Desse modo, a realização do certame em meio eletrônico encontra amparo legal direto no art. 17, § 2º, e harmoniza-se com a adoção do pregão prevista no art. 29, ambos da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

Para a presente contratação, que tem por objeto a aquisição de material pedagógico, materiais escolares, materiais artísticos e brinquedos, adota-se o critério de julgamento de menor preço por lote, com fundamento no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 82, § 1º, da mesma Lei, aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

A escolha pelo agrupamento dos itens em lotes decorre de análise técnica, operacional e mercadológica, considerando a natureza do objeto, a finalidade pedagógica dos bens, a compatibilidade entre os itens agrupados, o mercado fornecedor usual e a necessidade de conferir maior eficiência à gestão da futura Ata de Registro de Preços, bem como obter economia de escala, racionalização logística e melhor organização da execução contratual.

Nos termos do art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando demonstrada a inviabilidade ou desvantagem da adjudicação por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica da solução adotada, devendo o edital indicar os preços unitários máximos aceitáveis. O mesmo entendimento é reproduzido no art. 12 do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Federal e é utilizado como parâmetro interpretativo para a presente contratação.

Diante dessa realidade, optou-se por estruturar o objeto em lotes tecnicamente homogêneos, formados por itens que apresentam afinidade funcional, características semelhantes, finalidade de uso correlata e pertencimento a segmentos comerciais compatíveis. Tal medida busca equilibrar dois objetivos fundamentais da contratação pública: de um lado, ampliar a competitividade, evitando o agrupamento excessivo e indevido de itens de naturezas muito distintas em um único lote; de outro, assegurar eficiência na gestão contratual, evitando a fragmentação integral por item, que poderia gerar pulverização excessiva de fornecedores, aumento

significativo da complexidade administrativa, maior dificuldade de controle das entregas e redução da atratividade econômica do certame.

Assim, a contratação por lote mostra-se especialmente vantajosa porque favorece a participação de fornecedores efetivamente aptos a atender conjuntos coerentes de itens, sem comprometer a disputa e sem impor à Administração ônus desproporcional de gerenciamento. A divisão adotada não se baseou apenas no valor estimado dos itens, mas principalmente na compatibilidade técnica, funcional e mercadológica dos objetos agrupados, observando a natureza dos materiais e a forma como são usualmente fornecidos no mercado.

A adjudicação por lote contribui diretamente para a melhor governança da contratação, na medida em que reduz a dispersão de fornecedores responsáveis pelo fornecimento de itens correlatos, facilita a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, simplifica o controle de prazos, entregas, recebimento, conferência e distribuição dos materiais às unidades demandantes, além de aumentar a rastreabilidade das entregas e a previsibilidade da execução.

Em se tratando de Ata de Registro de Preços voltada ao atendimento das demandas da SEMED e da SEMAS, a solução por lotes também favorece a gestão do abastecimento, a programação das entregas parceladas e o controle de fornecimento de grupos de itens com uso semelhante ou complementar, o que resulta em maior eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Outro aspecto relevante refere-se à experiência administrativa em contratações com grande quantidade de itens individualizados, nas quais se observam, com frequência, ocorrências de itens desertos ou fracassados, em razão da baixa atratividade econômica, do reduzido valor individual de determinados itens ou da inviabilidade logística para fornecedores quando a disputa ocorre isoladamente por item. Nesse cenário, o agrupamento em lotes homogêneos tende a tornar a contratação mais atrativa ao mercado, sem afastar a competitividade, ao mesmo tempo em que reduz o risco de descontinuidade do certame e melhora a probabilidade de êxito da contratação como um todo.

Ressalta-se, ainda, que a estruturação em lotes preserva a competitividade, pois os agrupamentos foram organizados por famílias mercadológicas, reunindo itens com natureza e finalidade compatíveis, tais como materiais de escrita e expediente escolar; papéis e cartolinas; materiais de desenho, colorir e modelagem; tintas e materiais de pintura artística; itens têxteis e de apoio escolar; materiais de artesanato e ferramentas correlatas; colas, fitas e materiais de fixação; jogos pedagógicos; e brinquedos psicomotores, sensoriais e de faz de conta.

Desse modo, conclui-se que o critério de menor preço por lote se mostra o mais adequado ao presente caso, por reunir vantagem técnica, econômica, operacional e administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o regime do Sistema de Registro de Preços e com os parâmetros interpretativos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

A seguir, apresenta-se a divisão dos lotes, estruturada conforme a natureza dos itens, a finalidade de uso e o mercado fornecedor correlato.

LOTE 01 - Escrita, correção e expediente escolar						
NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	2	APONTADOR DE PLÁSTICO COM DEPÓSITO, RETANGULAR, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 24 UNIDADES	CX.	1008	R\$ 16,12	R\$ 16.248,96
2	7	BORRACHA ESCOLAR MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,2 X 2,9 X 1 CM, PESANDO 20,7 G, CAIXA COM 20 UNIDADES	CX.	466	R\$ 15,97	R\$ 7.442,02
3	8	CAIXA DE ARQUIVO PASSIVO (MORTO) EM POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 83X62X2CM, CORES VARIADAS	UND.	2415	R\$ 11,04	R\$ 26.661,60
4	22	GRAMPEADOR (GRAMPEIA ATÉ 30 FOLHAS CM GRAMPO 24X6 OU 26X6, MECANISMO DE CARREGAMENTO RÁPIDO, REMOVEDOR DE GRAMPO EMBUTIDO	UND.	255	R\$ 49,57	R\$ 12.640,35
5	23	GRAMPOS GALVENIZADOS 24X6, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO COM ZINCO QUE NÃO ENFERRUJA, CAIXA COM 5000	UND.	349	R\$ 24,02	R\$ 8.382,98
6	25	LÁPIS DE GRAFITE, EM RESINA, PONTA RESISTENTE, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 144 UNIDADES	CX.	1003	R\$ 62,87	R\$ 63.058,61
7	34	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUIROS, EM METAL CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO 40 FOLHAS	UND.	161	R\$ 67,35	R\$ 10.843,35
8	36	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, 616, AZUL, RECARREGÁVEL, CAIXA COM 12	CX.	25	R\$ 60,18	R\$ 1.504,50
9	37	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, 616, PRETO, RECARREGÁVEL, CAIXA COM 12	CX.	25	R\$ 64,85	R\$ 1.621,25
10	38	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, 616, VERMELHO, RECARREGÁVEL, CAIXA COM 12	CX.	25	R\$ 60,25	R\$ 1.506,25
11	39	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL, AZUL, CAIXA COM 12	CX.	28	R\$ 79,11	R\$ 2.215,08
12	40	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL, PRETO, CAIXA COM 12	CX.	28	R\$ 79,27	R\$ 2.219,56
13	41	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL, VERMELHO, CAIXA COM 12	CX.	27	R\$ 79,53	R\$ 2.147,31
14	50	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, PONTA FINA, MATERIAL PLÁSTICO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	CX.	72	R\$ 62,35	R\$ 4.489,20
15	51	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, PONTA FINA, MATERIAL PLÁSTICO, 50 UNIDADES	CX.	72	R\$ 62,76	R\$ 4.518,72
16	52	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, PONTA FINA, MATERIAL PLÁSTICO, 50 UNIDADES	CX.	68	R\$ 61,88	R\$ 4.207,84
17	54	LÁPIS PRETO 6B, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX.	56	R\$ 56,40	R\$ 3.158,40
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 172.865,98	
LOTE 02 -Papéis, cartolinas e papéis especiais						
NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
18	9	CARTOLINA CORES VARIADAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 48X66CM, EMBALAGEM COM 20 UNIDADES	PC.	3130	R\$ 17,60	R\$ 55.088,00
19	26	PAPEL 40KG INDUSTRIAL, APROXIMADAMENTE 66x96, IDEAL PARA TRABALHOS ESCOLARES	UND.	7050	R\$ 2,83	R\$ 19.951,50
20	27	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 VERMELHO	UND.	990	R\$ 2,33	R\$ 2.306,70
21	28	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 AZUL	UND.	580	R\$ 2,47	R\$ 1.432,60
22	29	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 BRANCO	UND.	580	R\$ 2,41	R\$ 1.397,80
23	30	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 VERDE	UND.	590	R\$ 2,33	R\$ 1.374,70
24	31	PAPEL CARTÃO FOSCO 48X66 AMARELO	UND.	580	R\$ 2,41	R\$ 1.397,80
25	32	PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO 130G, A4, PACOTE COM 50 FOLHAS	PC.	209	R\$ 35,26	R\$ 7.369,34
26	33	PAPEL A4, 500 FOLHAS, COM 75G, TAMANHO (210MM X 297MM), CAIXA COM 10 RESMA DE 500 FOLHAS	CX.	132	R\$ 295,67	R\$ 39.028,44
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 129.346,88	

LOTE 03 - Desenho, colorir e modelagem

NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
27	3	ARGILA ESCOLAR ARTESANATO E ESCULTURA	KG	117	R\$ 7,36	R\$ 861,12
28	21	GIZ DE CERA JUMBO, PONTA LARGA, MULTICOLORIDO, EMBALAGEM COM 12 CORES/UNIDADES	UND.	5473	R\$ 15,60	R\$ 85.378,80
29	24	LÁPIS DE COR, CAIXA COM DOZE MULTICOLORIDOS, EM RESINA TERMOPLÁSTICA, MADEIRA, PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGAS INERTES E CERA	UND.	263	R\$ 14,99	R\$ 3.942,37
30	53	CANETA HIDROCOR MULTICOLORIDA, MATERIAL PLÁSTICO, PONTA LARGA, 12 CORES	CX.	3155	R\$ 12,63	R\$ 39.847,65
31	55	MASSA PARA MODELAR, CONJUNTO COM 6 CORES, MATERIAL NÃO TÓXICO	UND.	5527	R\$ 9,63	R\$ 53.225,01
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 183.254,95	

LOTE 04 - Tintas, pintura artística e materiais decorativos

NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
32	13	COLA GLÍTER MULTICOLORIDA 23G CADA, COM 6 UNIDADES	CX.	2619	R\$ 26,56	R\$ 69.560,64
33	35	PINCEL ACHATADO ESCOLAR Nº 20, CABO CURTO DE MADEIRA, CERDAS DE PELO ANIMAL, COM 12 UNIDADES	CX.	54	R\$ 25,24	R\$ 1.362,96
34	42	PINTURA FACIAL LÍQUIDA, EMBALAGEM COM 6 CORES, 15ML	CX.	231	R\$ 39,83	R\$ 9.200,73
35	47	TEMPERA GUACHE 500ML, CORES VARIADAS	UND.	8543	R\$ 20,83	R\$ 177.950,69
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 258.075,02	

LOTE 05 - Têxteis, TNT, aventais e almofadas escolares

NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
36	1	ALMOFADAS PEQUENA DE ALGODÃO, MEDINDO 30X30, CORES DIVERSAS	UND.	306	R\$ 36,76	R\$ 11.248,56
37	4	AVENTAL INFANTIL ESCOLAR, IMPERMEÁVEL, TAMANHO APROXIMADO 48X39CM	UND.	5007	R\$ 17,34	R\$ 86.821,38
38	46	ROLO DE TNT 40G, 50 METROS, APROXIMADAMENTE 1,40M DE LARGURA, CORES VARIADAS	ROLO	246	R\$ 101,51	R\$ 24.971,46
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 123.041,40	

LOTE 06 - EVA, feltro, barbante, fita cetim e ferramentas de apoio

NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
39	5	BARBANTE ESCOLAR, ESPESSURA 4X6, 100G, APROXIMADAMENTE 101 M	UND.	213	R\$ 9,68	R\$ 2.061,84
40	14	E.V.A COM GLÍTER APROXIMADAMENTE 40X60CM CORES VARIADAS, EMBALAGEM COM 5	PC.	532	R\$ 27,10	R\$ 14.417,20
41	15	E.V.A LISO APROXIMADAMENTE 40X60 NAS CORES VARIADOS EMBALAGEM COM 10	PC.	1018	R\$ 33,58	R\$ 34.184,44
42	16	ESTILETE RETRÁTIL ESTREITO APROXIMADAMENTE 13CM, CORPO INJETADO, LÂMINA EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO, DISPOSITIVO PARA TRAVAR A LÂMINA.	UND.	124	R\$ 5,13	R\$ 636,12
43	19	FITA CETIM APROXIMADAMENTE 7MMX10M, CORES VARIADAS	ROLO	250	R\$ 3,43	R\$ 857,50
44	20	FOLHAS DE FELTRO ARTESANAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25CM DE COMPRIMENTO 15CM DE LARGURA, 2CM DE ESPESSURA, CORES VARIADAS	UND.	529	R\$ 19,23	R\$ 10.172,67
45	43	PISTOLA DE COLA QUENTE DE USO PROFISSIONAL, COM 13W DE POTÊNCIA, FREQUÊNCIA 50/60HZ, BIVOLT, PARA BASTÃO DE 12MM	UND.	260	R\$ 52,76	R\$ 13.717,60
46	48	TESOURA AÇO INOX, APROXIMADAMENTE 25CM, CABO EMBORRACHADO, LÂMINA EM AÇO INOX INOXIDÁVEL	UND.	256	R\$ 31,39	R\$ 8.035,84
47	49	TESOURA ESCOLAR, CORES SORTIDAS, APROXIMADAMENTE 13CM, CAIXA COM 12 UNIDADES	CX.	599	R\$ 52,41	R\$ 31.393,59

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 115.476,80
LOTE 07 - Colas, fitas adesivas, isopor e refis						
NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
48	6	BASTÃO DE COLA QUENTE APROXIMADAMENTE 12MM DE DIÂMETRO (FINA)	UND.	1085	R\$ 1,80	R\$ 1.953,00
49	10	COLA DE ISOPOR 90G, CAIXA COM 12 UNIDADES	CX.	159	R\$ 72,17	R\$ 11.475,03
50	11	COLA DE SILICONE LÍQUIDO, 250G, COM 12 UNIDADES	CX.	114	R\$ 177,28	R\$ 20.209,92
51	12	COLA ESCOLAR BRANCA 90G, COM 12 UNIDADES	CX.	464	R\$ 46,58	R\$ 21.613,12
52	17	FITA ADESIVA APROXIMADAMENTE 12MMX10M, TRANSPARENTE	UND.	324	R\$ 2,25	R\$ 729,00
53	18	FITA ADESIVA APROXIMADAMENTE 48MMX45M, TRANSPARENTE	UND.	564	R\$ 8,89	R\$ 5.013,96
54	44	PLACAS DE ISOPOR APROXIMADAMENTE 10MMX50CM	UND.	215	R\$ 7,55	R\$ 1.623,25
55	45	REFIL COLA QUENTE GROSSA, SUPER TRANSPARENTE	KG	55	R\$ 85,00	R\$ 4.675,00
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 67.292,28
LOTE 08 - Jogos pedagógicos, alfabetização, cartas, tabuleiro e raciocínio						
NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
56	56	ALFABETO MÓVEL CONFECCIONADO EM MDF, 130 PEÇAS, JOGO COM 1 EXPOSITOR, SERIGRAFADO COM TINTA VINÍLICA ATÓXICA, ACOMPANHA 05 JOGOS DE ALFABETO COMPLETO, LETRA DE FORMA, SERIGRAFADO COM TINTA ULTRAVIOLETA ATÓXICA	UND.	66	R\$ 196,54	R\$ 12.971,64
57	57	JOGO BINGO LETRAS, EM PAPEL CARTÃO 48 PEÇAS	UND.	68	R\$ 45,63	R\$ 3.102,84
58	58	JOGO DA MEMÓRIA SÍLABAS, CONTÉM 40 CARTELAS COM SÍLABAS 5 TABULEIROS, PRODUZIDO COM PAPEL CARTÃO	UND.	68	R\$ 37,65	R\$ 2.560,20
59	59	JOGO DE CARTAS UNO, COM 56 CARTAS	UND.	74	R\$ 20,27	R\$ 1.499,98
60	60	JOGO DE TABULEIRO SOLETRANDO, EM PAPEL CARTÃO	UND.	66	R\$ 42,49	R\$ 2.804,34
61	62	JOGO IMOBILIÁRIO JÚNIOR EM PAPEL CARTÃO	UND.	64	R\$ 102,30	R\$ 6.547,20
62	63	BLOCOS LÓGICOS 48 PEÇAS EM MADEIRA BASE 7CM APROXIMADAMENTE, CAIXA EM MADEIRA	UND.	64	R\$ 114,97	R\$ 7.358,08
63	64	BRINQUEDO ALINHAVO - JOGO DIDÁTICO PEDAGÓGICO MONTESSORIANO FEITO MADEIRA OU MDF	UND.	63	R\$ 89,45	R\$ 5.635,35
64	65	CAIU PERDEU - JOGO DE EQUILÍBRIO E ESTRATÉGIA COM 54 PEÇAS	UND.	64	R\$ 38,20	R\$ 2.444,80
65	66	DOMINÓ NÚMEROS - BRINQUEDO PEDAGÓGICO EDUCATIVO DE MADEIRA	UND.	71	R\$ 44,50	R\$ 3.159,50
66	67	FORMAS GEOMÉTRICAS: TABULEIRO DAS FORMAS CONFECCIONADO EM TECIDO TRATADO EM FORMATO DE TABULEIRO COM FORMAS GEOMÉTRICAS DIVERSAS, DIMENSÃO APROXIMADA 20X28CM	UND.	63	R\$ 61,75	R\$ 3.890,25
67	68	TANGRAM (QUEBRA-CABEÇA CHINÊS): 7 PEÇAS GEOMÉTRICAS DE MADEIRA MDF, DIMENSÕES APROXIMADAMENTE 18CMX18CM	UND.	63	R\$ 26,40	R\$ 1.663,20
68	69	TORRE DE HANÓI: EM MADEIRA DIVERTIDO EDUCATIVO DE E.V.A, MADEIRA COM 8 PEÇAS, APROXIMADAMENTE 26CM X 8CM X 9CM	UND.	65	R\$ 54,97	R\$ 3.573,05
69	71	TABULEIRO 5 JOGOS EM 1, BRINQUEDO PEDAGÓGICO EM MDF, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DAMA, TRILHA, XADREZ, LUDO E JOGO DA VELHA	UND.	66	R\$ 114,25	R\$ 7.540,50
70	74	TORRE INTELIGENTE DE MADEIRA COM BLOCOS DE ENCAIXE COM NO MÍNIMO 25 PEÇAS FEITO DE MATERIAL ATÓXICO COM CERTIFICADO COM INMETRO	UND.	60	R\$ 113,00	R\$ 6.780,00
71	76	CUBO DE ATIVIDADES MONTESSORI, FEITO DE MADEIRA DO TIPO PINUS, DEVE CONTER NO MÍNIMO 21 ATIVIDADES INTERATIVAS, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 30CM X LARGURA 30CM X COMPRIMENTO 30CM, PESO APROXIMADO DE 2,5KG, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	62	R\$ 136,90	R\$ 8.487,80

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

72	81	TORRE DE ENCAIXE COM NUMERAÇÃO, DEVE SER EMPILHÁVEL FEITO DE MATERIAL PLÁSTICO, CADA TORRE DEVERÁ TER UMA NUMERAÇÃO SEQUENCIAL COM CORES DIVERSAS, MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DA TORRE COMPLETA 38CM X LARGURA DA BASE DA TORRE 7,4CM, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	64	R\$ 58,61	R\$ 3.751,04
73	82	DOMINÓ EDUCATIVO DE ASSOCIAÇÃO, DEVE SER FEITO DE MADEIRA, COM IMAGENS COLORIDAS E DIVERSAS, NO MÍNIMO 28 PEÇAS, MEDINDO 7CMX3,5CM, CONDICIONADAS EM CAIXA DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA 5CM X LARGURA 19,5CM X COMPRIMENTO 12,5CM, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	65	R\$ 36,17	R\$ 2.351,05
74	83	DOMINÓ EDUCATIVO DO A AO Z, DEVE SER FEITO DE MADEIRA, COM IMAGENS COLORIDAS E DIVERSAS, NO MÍNIMO 28 PEÇAS, MEDINDO 7CMX3,5CM, CONDICIONADAS EM CAIXA DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA 5CM X LARGURA 19,5CM X COMPRIMENTO 12,5CM, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	64	R\$ 38,15	R\$ 2.441,60
75	84	CUBO EDUCATIVO, GRANDE, DE PLÁSTICO, CADA FACE DEVERÁ CONTER UMA ATIVIDADE COM 5 FORMAS GEOMÉTRICAS E PORTINHA ABRE E FECHA, TELEFONE COM AGENDA PARA ESCREVER E APRENDER OS NÚMEROS DE TELEFONE DA FAMÍLIA, ENGRENAGEM COM ANIMAIS E SUA COMIDA E ROLINHO GIRATÓRIO, PUZZLES DE ANIMAIS VARIADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE COM CUBO FECHADO 25CMX25CM E COM O CUBO ABERTO 48X71, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	64	R\$ 142,96	R\$ 9.149,44
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 97.711,86	
LOTE 09 - Brinquedos psicomotores, sensoriais, faz de conta e representação						
NOVO ITEM	NUM. ANTIGA	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
76	61	FANTOCHE DE MÃO EM ALGODÃO MACIO, TAMANHO PP, ANIMAIS: PATO, CACHORRO, GALINHA, GATO, VACA, CAVALO, PORCO, OVELHA, COELHO, BOI.	UND.	62	R\$ 146,55	R\$ 9.086,10
77	70	TUBO SENSORIAL FLEXIVO EM POLÍMETRO (POP TUBE), CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CORES VARIADAS E VIBRANTES, PACOTE COM 6 UNIDADES	UND.	64	R\$ 32,13	R\$ 2.056,32
78	72	MESA DE FERRAMENTAS, COM BANCADA DE FERRAMENTAS COM NO MÍNIMO 41 PEÇAS, PARA CRIANÇAS DE 03 ANOS, COMPOSIÇÃO DE TODAS AS PEÇAS DE MADEIRA, FEITO DE MATERIAL ATÓXICO COM CERTIFICADO INMETRO	UND.	63	R\$ 182,95	R\$ 11.525,85
79	73	ANDADOR SENSORIAL E EQUILÍBRIO, COM TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 34CM X COMPRIMENTO 50CM X COMPRIMENTO 50CM, QUE SUPORTE NO MÍNIMO 2,0KG, COM RODAS, BARRA PARA APOIAR E EMPURRAR, FEITO DE PLÁSTICO COM PLACAS GIRATÓRIAS COM FIGURAS ILUSTRATIVAS, FEITO DE MATERIAL ATÓXICO COM CERTIFICADO INMETRO	UND.	24	R\$ 221,54	R\$ 5.316,96
80	75	BRINQUEDO ESCORREGADOR INFANTIL 2 DEGRAUS DE PLÁSTICO DESMONTÁVEL	UND.	65	R\$ 406,00	R\$ 26.390,00
81	77	BINÓCULO INFANTIL, COM FOCO DE PEQUENO E LONGO ALCANCE, TAMANHO APROXIMADO DE ALTURA 5CM X LARGURA 10CM X COMPRIMENTO 9CM, PESANDO APROXIMADAMENTE 170G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	104	R\$ 22,88	R\$ 2.379,52
82	78	BOLA DE BORRACHA, ESTIMULA COORDENAÇÃO AUDIÇÃO E TATO, DEVE SER PERFURADA, COM MULTI TEXTURAS, FEITA DE MATERIAL EMBORRACHADO, ATÓXICA, COM MINI BOLA DE CHOCALHO DENTRO, TAMANHO APROXIMADO DE ALTURA 16CM X LARGURA 16CM X COMPRIMENTO 16CM, PESANDO APROXIMADAMENTE 145G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	219	R\$ 34,35	R\$ 7.522,65
83	79	BICHINHOS DE BORRACHA, KIT CONTENDO NO MÍNIMO 10 BICHINHOS DE BORRACHA PARA BANHO, EM FORMATOS DE ANIMAIS, DEVEM SER SUPERMACIOS, TAMANHO APROXIMADO DE CADA ANIMAL DE 3 A 4CM DE DIÂMETRO, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	110	R\$ 53,00	R\$ 5.830,00

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

84	80	TATAME - TAPETE DE ATIVIDADES DE E.V.A APROXIMADAMENTE 50X50X2CM 20MM, DUPLA FACE, CORES VARIADAS	UND.	118	R\$ 24,78	R\$ 2.924,04
85	85	BONECA DE BUSTO DE VINIL E CORPO DE PLÁSTICO, SUPER FOFINHA E MUITO DIVERTIDA, DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 22,7 X 10 X 41 CM; 350 G, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	105	R\$ 55,06	R\$ 5.781,30
86	86	KIT CAMINHÕES, FEITO DE PLÁSTICO COM 6 CAMINHÕES COM CORES DIVERSAS, CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	126	R\$ 24,10	R\$ 3.036,60
87	87	BONECA PRINCESA SORTIDA, BONECA EM PLÁSTICO, COM ROUPA COM POSSIBILIDADE DE POR E TIRAR, COM MEMBROS ARTICULADOS E O CABELO DEVERÁ SER IMPLANTADO EM NYLON. DIMENSÃO MÍNIMA: 15 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO	UND.	106	R\$ 25,72	R\$ 2.726,32
88	88	CAMINHÃO CARROCEIRA DE PLÁSTICO, TIPO CARRINHO, CORES VARIADAS, NÃO USA PILHA, NÃO EMITE SONS E LUZES, SEM FRICÇÃO DIMENSÕES MÍNIMAS DO CARRINHO EM CM: A 7,5 CM X L 8,0 CM X 18 CM, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO	UND.	106	R\$ 51,67	R\$ 5.477,02
89	89	PANELINHA INFANTIL, KIT CONTENDO NO MÍNIMO 8 PEÇAS (2 PAINÉIS COM CABO E TAMPA, 1 PORTA UTENSÍLIOS E 4 TALHERES DE PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 15CM X LARGURA 22CM X COMPRIMENTO 25CM, PESO APROXIMADO DE 800G, DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	110	R\$ 42,73	R\$ 4.700,30
90	90	BONECA DE PANO, CORPO DEVE SER MACIO E FLEXÍVEL, CABELO COR DIVERSAS, BRAÇOS, PERNAS E ROSTO FEITOS DE PANO, DEVE EXPRESSAR NO ROSTO FELICIDADE, CORES VIVAS, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 45CM X LARGURA 7CM X COMPRIMENTO 26CM, PESO APROXIMADO DE 220 G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	104	R\$ 111,95	R\$ 11.642,80
91	91	BONECA DE FELCRO, NA COR DE PELE CLARA, COM CABELO, VESTIDO NA COR ROSA OU AZUL, LACINHO NA CABEÇA, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 20CM X LARGURA 40CM X COMPRIMENTO 23CM, PESO APROXIMADO DE 800G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	104	R\$ 65,07	R\$ 6.767,28
92	92	BONECA DE FELCRO, NA COR DE PELE ESCURA, COM CABELO, VESTIDO NA COR ROSA OU AZUL, LACINHO NA CABEÇA, TAMANHO APROXIMADO: ALTURA 20CM X LARGURA 40CM X COMPRIMENTO 23CM, PESO APROXIMADO DE 800G, FEITO DE MATERIAIS ATÓXICOS E DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO	UND.	104	R\$ 66,79	R\$ 6.946,16
93	93	PANDEIRO - MINI PANDEIRO INFANTIL TAMBORINE DE BRINQUEDO EM PLÁSTICO, MEDIDA APROXIMADA 12CM X 30G	UND.	110	R\$ 16,70	R\$ 1.837,00
94	94	VIOLÃO DE BRINQUEDO EM PLÁSTICO, TAMANHO APROXIMADO 38CM	UND.	134	R\$ 27,95	R\$ 3.745,30
95	95	FLAUTA DE BRINQUEDO, EM PLÁSTICO, TAMANHO APROXIMADO 30CM X 40G	UND.	115	R\$ 31,02	R\$ 3.567,30
96	96	KIT DE BOLICHE COM 10 PINOS E 2 BOLAS DE PLÁSTICO, TAMANHO APROXIMADO 15CM	UND.	104	R\$ 54,00	R\$ 5.616,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 134.874,82	
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 1.281.939,99	

→ **Justificativa do Lote 01 — Escrita, correção e expediente escolar**

O Lote 01 reúne materiais de escrita, correção, marcação, organização e expediente escolar, tais como apontadores, borrachas, caixa arquivo, grampeadores, grampos, lápis grafite, perfuradores, pincéis marcadores permanentes, pincéis para quadro branco e canetas esferográficas.

A reunião desses itens em lote próprio é tecnicamente justificável porque se trata de materiais de consumo de uso administrativo e escolar contínuo, com características comuns de fornecimento por papelarias, distribuidores de materiais escolares e empresas do ramo de expediente. Os itens possuem similaridade de

aplicação, logística de entrega simplificada e cadeia de fornecimento compatível, o que favorece a padronização e a obtenção de proposta mais vantajosa.

A formação do lote não restringe indevidamente a competição, pois os produtos são comumente comercializados por fornecedores do mesmo segmento, permitindo disputa ampla entre empresas especializadas em materiais escolares e de expediente.

→ **Justificativa do Lote 02 — Papéis, cartolinas e papéis especiais**

O Lote 02 contempla papéis, cartolinas e papéis especiais, incluindo cartolinas, papel 40kg, papel cartão em diversas cores, papel fotográfico adesivo e papel A4.

A divisão em lote específico se justifica pela homogeneidade dos itens, todos pertencentes à família de papéis e derivados, com características semelhantes quanto à armazenagem, transporte, acondicionamento e fornecimento. São bens usualmente comercializados por papelarias, distribuidores gráficos e empresas fornecedoras de materiais escolares e de escritório.

A reunião desses itens permite maior racionalidade logística, favorece a cotação por fornecedores especializados e reduz o risco de fornecimentos fragmentados, sem prejuízo à competitividade, uma vez que há amplo mercado para esse tipo de material.

→ **Justificativa do Lote 03 — Desenho, colorir e modelagem**

O Lote 03 agrupa materiais voltados ao desenho, colorir e modelagem, tais como argila escolar, giz de cera, lápis de cor, caneta hidrocor e massa para modelar.

A formação deste lote é justificada pela finalidade pedagógica comum dos itens, todos destinados ao desenvolvimento de atividades artísticas, motoras, criativas e educacionais. Os materiais possuem afinidade de uso nas práticas escolares e são normalmente fornecidos por empresas do ramo de material escolar, artístico e pedagógico.

A separação deste lote dos demais materiais de pintura líquida e decoração foi adotada para preservar maior coerência mercadológica, evitando agrupamento excessivo de itens com características distintas de volume, embalagem, composição e forma de utilização. Assim, o lote mantém compatibilidade técnica entre os produtos e favorece a participação de fornecedores especializados.

→ **Justificativa do Lote 04 — Tintas, pintura artística e materiais decorativos**

O Lote 04 reúne itens relacionados à pintura artística e decoração, como cola glitter, pincel achatado escolar, pintura facial líquida e têmpera guache.

A composição do lote se mostra adequada porque os itens possuem finalidade comum em atividades de pintura, expressão artística e ornamentação pedagógica. São materiais usualmente comercializados por fornecedores de produtos artísticos, papelarias e distribuidores de material escolar, havendo compatibilidade técnica e mercadológica entre eles.

A manutenção desses itens em lote próprio evita a mistura indevida com materiais de escrita, expediente ou brinquedos pedagógicos, preservando a coerência da disputa e facilitando a análise das propostas por fornecedores que atuam especificamente no ramo de materiais artísticos.

→ **Justificativa do Lote 05 — Têxteis, TNT, aventais e almofadas escolares**

O Lote 05 contempla itens de natureza têxtil e de apoio às atividades escolares, como almofadas, aventais infantis e rolos de TNT.

A reunião desses itens se justifica pela semelhança quanto à composição, finalidade e forma de fornecimento. Tratam-se de materiais utilizados em atividades pedagógicas, recreativas, proteção individual infantil e apoio à organização de ambientes escolares, com características mais próximas entre si do que em relação aos demais materiais de expediente, pintura ou brinquedos.

A separação em lote próprio favorece a participação de fornecedores que atuam com artigos têxteis, materiais escolares e insumos para atividades pedagógicas, sem impor ao licitante a obrigação de fornecer itens de natureza incompatível, como brinquedos, jogos ou materiais de escritório.

→ **Justificativa do Lote 06 — EVA, feltro, barbante, fita cetim e ferramentas de apoio**

O Lote 06 reúne materiais de artesanato, confecção e apoio às atividades manuais, incluindo barbante, EVA com glitter, EVA liso, estilete, fita de cetim, feltro, pistola de cola quente e tesouras.

A formação do lote é tecnicamente defensável porque os itens possuem finalidade comum em atividades de recorte, montagem, colagem, artesanato, ornamentação e produção de materiais pedagógicos. São produtos usualmente comercializados por papelarias, armazéns, lojas de artesanato e distribuidores de materiais escolares.

A inclusão de ferramentas de apoio, como tesouras, estiletes e pistola de cola quente, é justificada por sua relação direta com o uso dos demais insumos do lote, pois são instrumentos necessários para o manuseio, corte, montagem e acabamento dos materiais de artesanato. O agrupamento, portanto, preserva afinidade funcional e mercadológica.

→ **Justificativa do Lote 07 — Colas, fitas adesivas, isopor e refis**

O Lote 07 contempla materiais de fixação, colagem e apoio a trabalhos manuais, tais como bastão de cola quente, cola de isopor, cola de silicone, cola escolar, fitas adesivas, placas de isopor e refil de cola quente.

A reunião desses itens é justificada pela finalidade comum de fixação, aderência, montagem e suporte em atividades escolares e pedagógicas. São materiais compatíveis quanto à utilização e comumente fornecidos por empresas do ramo de papelaria, material escolar, artesanato e expediente.

Considerando que o valor estimado do lote é inferior a R\$ 80.000,00, recomenda-se sua destinação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em observância ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, salvo se verificada e devidamente justificada alguma das hipóteses de

afastamento previstas no art. 49 da mesma norma, como ausência de, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente, ou caso o tratamento diferenciado não seja vantajoso para a Administração ou represente prejuízo ao conjunto do objeto.

→ **Justificativa do Lote 08 — Jogos pedagógicos, alfabetização, cartas, tabuleiro e raciocínio**

O Lote 08 reúne jogos pedagógicos e materiais voltados à alfabetização, raciocínio lógico, associação, coordenação e aprendizagem, tais como alfabeto móvel, bingo de letras, jogo da memória, UNO, jogos de tabuleiro, blocos lógicos, alinhavo, dominós, formas geométricas, tangram, torre de Hanói, cubos e demais jogos educativos.

A formação deste lote se justifica pela afinidade pedagógica dos itens, todos voltados ao desenvolvimento cognitivo, alfabetização, raciocínio lógico, associação de ideias, coordenação motora fina e aprendizagem lúdica. Além disso, são bens usualmente fornecidos por empresas do ramo de brinquedos pedagógicos, materiais educativos, papelarias especializadas e distribuidores escolares.

A separação deste lote em relação aos brinquedos recreativos e psicomotores evita mistura excessiva de objetos com finalidades distintas. Aqui predominam materiais de uso didático-pedagógico estruturado, com foco em aprendizagem, jogos de regras, alfabetização e raciocínio, o que confere coerência técnica ao agrupamento.

→ **Justificativa do Lote 09 — Brinquedos psicomotores, sensoriais, faz de conta e representação**

O Lote 09 contempla brinquedos e materiais destinados a atividades psicomotoras, sensoriais, recreativas, faz de conta, representação simbólica e musicalização infantil, incluindo fantoches, tubos sensoriais, mesa de ferramentas, andador sensorial, escorregador infantil, binóculo, bola, bichinhos de borracha, tatame, bonecas, carrinhos, panelinhas, instrumentos musicais infantis e kit de boliche.

A formação deste lote é justificada pela finalidade comum dos itens, voltados ao desenvolvimento infantil por meio de atividades lúdicas, psicomotoras, sensoriais, simbólicas e recreativas. Os produtos pertencem ao mesmo universo mercadológico de brinquedos infantis, materiais recreativos e recursos pedagógicos para educação infantil.

A separação em lote próprio evita que empresas fornecedoras de brinquedos e materiais recreativos sejam obrigadas a disputar itens de papelaria, expediente, papéis ou tintas, preservando maior aderência ao mercado fornecedor e ampliando a competitividade entre empresas especializadas neste segmento.

Conclusão sobre a divisão em lotes

A divisão proposta em 09 lotes observa critérios de afinidade técnica, finalidade de uso, compatibilidade mercadológica e racionalidade logística. O modelo adotado evita tanto o agrupamento excessivo em lote único, que poderia restringir a competitividade, quanto a fragmentação integral por item,

que poderia prejudicar a economia de escala, aumentar a complexidade de gestão contratual e gerar entregas excessivamente pulverizadas.

Assim, a estruturação por lotes mostra-se adequada, proporcional e vantajosa para a Administração, pois amplia a possibilidade de participação de fornecedores especializados, preserva a coerência dos objetos agrupados, facilita a execução e fiscalização contratual e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do critério menor preço por lote revela-se plenamente adequada ao objeto da contratação, por conciliar vantajosidade econômica, ampliação da competitividade, eficiência administrativa e melhor governança da execução contratual, assegurando o atendimento ao interesse público e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

A seguir, descrevemos os requisitos necessários para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais pedagógicos e brinquedos, assegurando que os itens atendam aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e adequação ao uso educacional exigidos pela Administração:

- a) Prazos de Entrega:** Os materiais deverão ser entregues nos prazos abaixo indicados, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo tais prazos ser prorrogados por igual período, desde que haja justificativa formal da contratada, apresentada antes do término do prazo inicialmente estabelecido, e aprovação expressa da Administração, sem prejuízo ao atendimento das demandas da SEMED, SEMAS, unidades escolares e demais setores atendidos.

Considerando a natureza dos itens, o volume estimado, a complexidade logística, a disponibilidade usual no mercado e a necessidade de adequada conferência dos materiais, ficam estabelecidos os seguintes prazos de entrega:

Lotes 01 a 04: até **10 dias úteis**, por abrangerem materiais de expediente escolar, papéis, itens de desenho, colorir, modelagem, tintas e pintura artística, bens de consumo comum e usualmente disponíveis no mercado fornecedor.

Lotes 05 a 07: até **15 dias úteis**, por compreenderem itens têxteis, materiais de artesanato, ferramentas de apoio, colas, fitas, isopor e materiais de fixação, que apresentam maior diversidade de especificações e demandam organização logística mais detalhada.

Lotes 08 e 09: até **20 dias úteis**, por contemplarem jogos pedagógicos, materiais de alfabetização, raciocínio, brinquedos psicomotores, sensoriais, faz de conta e representação, os quais possuem maior variedade de modelos, dimensões, características construtivas e necessidade de conferência individualizada no recebimento.

A prorrogação do prazo somente será admitida mediante solicitação devidamente motivada pela contratada e aprovação da Administração, desde que demonstrada a inexistência de prejuízo ao interesse público e ao atendimento das unidades demandantes.

b) Qualidade e Adequação Pedagógica: Os itens deverão ser novos, sem uso, originais e de primeira linha, atendendo aos padrões mínimos de qualidade, segurança, usabilidade, acabamento e desempenho, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência, devendo ser apropriados ao uso pedagógico, à faixa etária indicada e à finalidade educacional a que se destinam.

c) Responsabilidade pela Entrega: A contratada será responsável pelo transporte, descarga e entrega dos materiais no local indicado pela Administração, sem custos adicionais, em condições adequadas de conservação e prontos para utilização.

d) Conformidade com Normas Técnicas e de Segurança: Os materiais e brinquedos deverão atender integralmente às normas técnicas e regulatórias vigentes, inclusive ABNT/NBR, regulamentos do Inmetro e demais normas aplicáveis, especialmente quanto à segurança do usuário, composição dos materiais, rotulagem, faixa etária e desempenho do produto. Para brinquedos sujeitos à regulamentação compulsória, deverá ser observada a certificação/registro pertinente.

e) Validade (quando aplicável): Para os itens sujeitos a prazo de validade, como colas, tintas, massas, refis, insumos correlatos ou outros produtos consumíveis, os materiais deverão ser entregues em embalagem original, lacrada, contendo lote, data de fabricação e prazo de validade, devendo apresentar, na data da entrega, prazo remanescente mínimo de 12 (doze) meses ou de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade do produto, prevalecendo o que for maior, salvo se o Termo de Referência estabelecer critério específico diverso.

f) Garantia mínima (itens sem validade): Para os itens que não possuam prazo de validade, será exigida garantia mínima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo, abrangendo vícios de fabricação, defeitos de material, falhas de montagem, funcionamento ou acabamento, quando aplicável, sem prejuízo das garantias legais cabíveis.

g) Substituição: Constatado vício, defeito, desconformidade com as especificações, inadequação à faixa etária indicada, ausência de certificação obrigatória, avaria, irregularidade de rotulagem ou qualquer condição que comprometa a segurança, a qualidade, a durabilidade ou a utilização pedagógica do item, o fornecedor deverá substituí-lo por outro novo, íntegro e em plena conformidade com as especificações do Termo de Referência, sem qualquer ônus para a Administração.

A substituição deverá ocorrer no prazo máximo contado do recebimento da notificação formal emitida pela Administração, podendo ser exigido prazo inferior quando a urgência da necessidade administrativa assim exigir e quando tecnicamente possível, especialmente nos casos em que a permanência do item irregular comprometa o atendimento das unidades escolares, da SEMED, da SEMAS ou a segurança dos usuários.

Considerando a natureza dos itens, a disponibilidade usual no mercado, o grau de especificidade e a complexidade de conferência e reposição, ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos para substituição:

Lotes 01 a 04: até **5 dias úteis**, por abrangerem materiais de expediente escolar, papéis, itens de desenho, colorir, modelagem, tintas e pintura artística, bens de consumo comum e, em regra, de reposição mais simples no mercado.

Lotes 05 a 07: até **7 dias úteis**, por compreenderem itens têxteis, materiais de artesanato, ferramentas de apoio, colas, fitas, isopor e materiais de fixação, que possuem maior variedade de especificações, medidas, composições e formas de acondicionamento.

Lotes 08 e 09: até **10 dias úteis**, por contemplarem jogos pedagógicos, materiais de alfabetização, raciocínio, brinquedos psicomotores, sensoriais, faz de conta e representação, os quais podem demandar maior cuidado na reposição, conferência individualizada, observância de faixa etária, segurança, rotulagem e certificações obrigatórias, quando aplicáveis.

A substituição não exime a contratada de eventual responsabilização administrativa, civil ou contratual, caso o fornecimento em desconformidade cause prejuízo à Administração ou comprometa a regular execução da Ata de Registro de Preços.

h) Reinício da garantia: Em caso de substituição, o prazo de garantia ou o prazo de validade remanescente será reiniciado para o item substituído, a partir do novo recebimento definitivo.

i) Certificação e Registro (quando exigíveis): Para os brinquedos e demais itens sujeitos à avaliação compulsória de conformidade, a contratada deverá fornecer produtos com certificação válida, selo de identificação da conformidade e registro regular no Inmetro, quando exigidos pela regulamentação aplicável, sob pena de recusa do recebimento e substituição imediata.

j) Acondicionamento e Identificação: Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras e adequadas à conservação do produto, contendo, de forma visível, informações como marca, modelo, referência, lote, fabricante, faixa etária, instruções de uso, advertências de segurança, data de fabricação e validade ou garantia, quando aplicável, de modo a assegurar rastreabilidade e controle adequado dos itens adquiridos.

k) Conformidade Legal: Os produtos e o fornecimento deverão observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

l) DA VEDAÇÃO/RESTRICÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO: Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação poderá ser admitida até o limite autorizado pela Administração, cabendo ao edital vedá-la, restringi-la ou estabelecer condições específicas. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de materiais pedagógicos e brinquedos, com necessidade de controle de qualidade, segurança, padronização, rastreabilidade, garantia e pronta substituição de itens defeituosos, recomenda-se vedar a

subcontratação do núcleo do objeto, especialmente quanto à seleção, fornecimento, apresentação da marca/produto ofertado e responsabilidade por troca/garantia, admitindo-se apenas a execução de atividades acessórias de logística e transporte, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

13.1. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DO FORNECIMENTO

Responsabilidade pelo transporte da substituição dos itens: O transporte, recolhimento, retirada e devolução dos materiais pedagógicos e brinquedos cobertos pela garantia serão de responsabilidade exclusiva do Contratado, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

Materiais, peças e componentes utilizados: Na hipótese de substituição, reparo ou correção de brinquedos, brinquedos pedagógicos ou demais itens que admitam reposição de partes, somente poderão ser utilizados materiais, peças e componentes novos e originais, compatíveis com as especificações do produto fornecido, de modo a preservar sua integridade, qualidade, durabilidade e segurança de uso.

Rejeição por não conformidade: Os materiais pedagógicos e brinquedos que apresentarem irregularidades, defeitos, avarias ou divergências em relação às especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas previstas no instrumento convocatório, na proposta vencedora ou no contrato poderão ser rejeitados no todo ou em parte, devendo o Contratado promover sua substituição, correção ou complementação, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

a) Fornecimento e entrega dos bens: Fornecer materiais pedagógicos e brinquedos em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, garantindo tipo, material de fabricação, dimensões, acabamento, resistência, faixa etária indicada, segurança, durabilidade e certificações exigidas, quando aplicáveis;

- Entregar os itens no prazo máximo estipulado no edital, devidamente embalados, identificados e protegidos, acompanhados das informações de uso, instruções do fabricante, certificações obrigatórias e demais documentos ou componentes necessários à correta utilização, quando cabível.

b) Qualidade e conformidade técnica: Garantir que os materiais pedagógicos e brinquedos fornecidos atendam às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, às exigências do INMETRO, quando cabíveis, e às demais regulamentações que assegurem qualidade, adequação e segurança de uso, sobretudo em itens destinados ao público infantil;

- Apresentar, quando solicitado, catálogos, fichas técnicas, certificados, registros, laudos ou relatórios que comprovem a conformidade dos materiais com as especificações exigidas no Termo de Referência.

c) Transporte e descarga: Responsabilizar-se por todas as despesas de transporte, carga, descarga e deslocamento até o local de entrega, garantindo a integridade física dos materiais pedagógicos e brinquedos durante o percurso e no ato da entrega.

d) Regularidade e obrigações acessórias: Manter-se em situação regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o FGTS, a Seguridade Social e a Justiça do Trabalho, durante toda a execução contratual;

- Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e demais normas aplicáveis à execução do contrato;
- Responsabilizar-se por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público em razão da execução contratual, inclusive durante o transporte, a entrega, a descarga ou a substituição dos itens.

e) Sustentabilidade e descarte: Adotar práticas sustentáveis no fornecimento e transporte dos materiais, priorizando o uso racional de recursos, a redução de desperdícios e a utilização de embalagens adequadas;

- Efetuar o descarte ambientalmente adequado de embalagens, resíduos e materiais inservíveis decorrentes da entrega, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

13.3. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual exigida pela Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar, antes da formalização do contrato administrativo relativo à aquisição de material pedagógico e brinquedos, as seguintes providências: a designação formal dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual; a verificação da aderência do Termo de Referência às necessidades efetivas das secretarias demandantes; a confirmação da adequação orçamentária; a análise jurídica prévia da minuta contratual; e o planejamento logístico do recebimento, conferência e distribuição dos itens. Tais medidas são compatíveis com os deveres de organização administrativa, segregação de funções, instrução processual e formalização contratual previstos na Lei nº 14.133/2021.

a) Designação formal do gestor e fiscal do contrato: Nos termos da Lei nº 14.133/2021, deverá haver designação prévia, por ato formal da autoridade competente, do gestor do contrato e de pelo menos um fiscal do contrato, com seus respectivos substitutos, antes da assinatura do ajuste. Essa providência é especialmente relevante no presente caso, em razão do fornecimento parcelado de materiais pedagógicos e brinquedos para atendimento da SEMED e da SEMAS, exigindo acompanhamento contínuo do cumprimento dos prazos, da conformidade dos itens entregues e da regularidade da execução da Ata de Registro de Preços e do contrato dela decorrente. A designação deve constar dos autos, com definição clara das atribuições dos agentes responsáveis, observada a segregação de funções.

b) Capacitação técnica dos encarregados pela fiscalização: A Administração deverá assegurar que os servidores designados para a fiscalização e gestão contratual estejam devidamente orientados quanto às

especificidades do objeto, especialmente no que se refere à conferência de quantidade, especificação, faixa etária, material de fabricação, integridade física, acondicionamento, certificações compulsórias aplicáveis e compatibilidade com o Termo de Referência. Para tanto, recomenda-se que os fiscais utilizem checklists de recebimento, elaborem registros formais das conferências, façam inspeção visual dos produtos e, quando necessário, solicitem catálogos, fichas técnicas, certificados ou registros do Inmetro dos itens sujeitos à certificação obrigatória. Também é recomendável que recebam orientação sobre os fluxos internos de recebimento, liquidação, registro de ocorrências e uso do sistema eletrônico de contratos, quando aplicável.

c) Análise e atualização do Termo de Referência: Antes da formalização contratual, o Termo de Referência deverá ser revisado para assegurar que as especificações dos materiais pedagógicos e brinquedos estejam alinhadas às necessidades reais da SEMED e da SEMAS, com base nos levantamentos quantitativos e na destinação institucional dos itens. Deverão estar claramente definidos os locais de entrega, as condições de transporte e acondicionamento, a forma de fornecimento, os prazos de entrega, os critérios de recebimento e rejeição, a exigência de garantia mínima quando cabível, a substituição de itens com defeito ou desconformidade e a apresentação de documentos de conformidade técnica e regulatória. Essa revisão é essencial para garantir coerência entre planejamento, edital, ata e contrato.

d) Verificação de adequação orçamentária: Deverá ser confirmada, previamente à assinatura do contrato, a compatibilidade da contratação com a dotação orçamentária específica e a existência de suporte financeiro para a futura execução, observando-se as exigências da legislação orçamentária e financeira aplicável. Ainda que a Ata de Registro de Preços não obrigue a contratação imediata, a formalização de cada contratação dela decorrente exige respaldo orçamentário, bem como a instrução regular do processo com os documentos correspondentes.

e) Formalização da minuta contratual e aprovação jurídica: A minuta contratual deverá estar compatível com o edital, com a proposta vencedora e com as condições da Ata de Registro de Preços, contendo as cláusulas essenciais exigidas pela Lei nº 14.133/2021, como objeto, forma de fornecimento, preço, condições de pagamento, regime de execução, obrigações das partes, prazos, penalidades e hipóteses de rescisão. Antes da assinatura, a minuta deve ser submetida à análise jurídica prévia obrigatória, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, como medida de segurança jurídica e regularidade procedimental.

f) Planejamento da logística de recebimento: A Administração deverá planejar, com antecedência, os locais, datas e condições de recebimento dos materiais pedagógicos e brinquedos, assegurando a presença dos fiscais ou responsáveis pela conferência no ato da entrega. Também deverá estruturar a logística de inspeção e registro das entregas, incluindo conferência de quantidade, verificação de integridade das embalagens, compatibilidade dos itens com a nota fiscal e com a ordem de fornecimento, além do registro de ocorrências, inclusive com checklist e, quando conveniente, registro fotográfico. Tal providência é

relevante para evitar recebimento de itens em desconformidade e para assegurar adequada distribuição às unidades demandantes

14. DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

a. Comprovação de aptidão técnica: Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.

a.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.3. A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.

a.4. Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;

a.5. Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021.

14.1. SEGMENTOS DE RELEVÂNCIA

Nos termos do art. 67, caput, inciso II, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir, para fins de qualificação técnico-operacional, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, restringindo-se tal exigência às parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto, assim consideradas, pela própria lei, aquelas com valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação. Além disso, a lei admite, observado o § 1º, a exigência de quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No presente caso, que tem por objeto a aquisição de material pedagógico, materiais escolares, materiais artísticos, insumos pedagógicos, jogos educativos e brinquedos, a exigência de atestados de capacidade técnica não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica, operacional e mercadológica,

voltada à mitigação de riscos de inexecução, fornecimento inadequado, atrasos, falhas de abastecimento e desconformidades em itens relevantes para a execução das atividades da SEMED e da SEMAS.

A medida visa assegurar que a futura contratada detenha experiência comprovada no fornecimento de bens semelhantes ou compatíveis com o segmento disputado, com complexidade operacional proporcional ao objeto, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, que regem as contratações públicas.

Para conferir maior objetividade, proporcionalidade e aderência ao mercado, optou-se por não exigir atestados individualizados item a item, mas sim por segmentos homogêneos de fornecimento, estruturados a partir da afinidade funcional, da natureza dos produtos, da finalidade de uso e do perfil dos mercados fornecedores. Essa solução reduz o excesso de exigências documentais, amplia a competitividade e preserva a pertinência da qualificação técnica em relação ao objeto efetivamente disputado.

DEMONSTRATIVO DOS SEGMENTOS:

Segmento	Lotes abrangidos	Justificativa	Abrangência da capacidade técnica
Material escolar, papelaria, materiais artísticos, artesanato e insumos pedagógicos	Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07	Esses lotes reúnem itens de expediente escolar, escrita, correção, papéis, cartolinas, desenho, pintura, modelagem, tintas, EVA, feltro, TNT, colas, fitas, isopor, ferramentas de apoio, materiais têxteis e insumos para atividades pedagógicas e artesanais. Embora divididos em lotes específicos, todos pertencem ao mercado fornecedor de material escolar, papelaria, material artístico, artesanato escolar e insumos pedagógicos.	Podem ser aceitos atestados de fornecimento de material escolar, papelaria, material de expediente, papéis, cartolinas, materiais de desenho e pintura, tintas escolares, materiais artísticos, materiais de modelagem, EVA, TNT, feltro, barbante, fitas, colas, isopor, materiais de artesanato escolar, ferramentas de apoio pedagógico, insumos de confecção e itens similares.
Jogos educativos, brinquedos pedagógicos, materiais lúdico-didáticos, brinquedos recreativos, sensoriais e psicomotores	Lotes 08 e 09	Esses lotes abrangem itens voltados ao desenvolvimento infantil, aprendizagem, recreação, ludicidade, alfabetização, raciocínio lógico, coordenação motora, percepção, estímulo sensorial, musicalização, faz de conta e representação simbólica. Embora o Lote 08 concentre jogos pedagógicos estruturados e o Lote 09 reúna brinquedos recreativos, sensoriais e psicomotores, ambos pertencem ao mercado fornecedor de brinquedos pedagógicos, jogos educativos, materiais lúdico-didáticos e recursos infantis para uso escolar e socioeducativo.	Podem ser aceitos atestados de fornecimento de jogos educativos, brinquedos pedagógicos, materiais lúdico-didáticos, jogos de alfabetização, jogos de raciocínio lógico, jogos de tabuleiro, materiais montessorianos, brinquedos infantis recreativos, brinquedos sensoriais, brinquedos psicomotores, brinquedos musicais, brinquedos de faz de conta, fantoches, bonecas, tatames, materiais de recreação infantil e similares.

A adoção dessa metodologia permite que sejam aceitos atestados compatíveis com o segmento efetivamente disputado, preservando a coerência entre a exigência editalícia e a realidade mercadológica do objeto, sem impor comprovação excessivamente específica, fragmentada ou item a item.

A definição dos segmentos tem a finalidade de orientar a análise da compatibilidade dos atestados apresentados, não significando que a licitante deverá comprovar fornecimento correspondente à totalidade dos lotes que integram o respectivo segmento. Assim, a exigência mínima de capacidade técnica será calculada sobre o quantitativo total do lote arrematado. Caso a mesma licitante seja vencedora de mais de um lote pertencente ao mesmo segmento, a comprovação mínima corresponderá a 5% do somatório dos quantitativos dos lotes efetivamente arrematados por ela dentro daquele segmento.

Não será exigida comprovação idêntica item a item, bastando que os atestados demonstrem experiência anterior com bens semelhantes ou compatíveis com o segmento correspondente, em características, natureza, finalidade e complexidade de fornecimento. Também será admitido o somatório de atestados, desde que os documentos apresentados permitam aferir a compatibilidade do fornecimento anterior com o segmento do lote ou lotes arrematados.

Assim, a organização dos lotes em dois segmentos mostra-se medida adequada, proporcional e juridicamente defensável para fins de comprovação da capacidade técnica, por conferir racionalidade, transparência e segurança à habilitação, sem comprometer a competitividade do certame.

PORCENTAGEM A SER EXIGIDA: Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, independentemente de terem sido executados de forma concomitante ou não, desde que os fornecimentos comprovados sejam compatíveis com o segmento correspondente ao lote ou lotes arrematados e permitam aferir a aptidão operacional da licitante para executar o objeto, com o mínimo de comprovação de **5% da quantidade total do lote pertencente ao segmento arrematado.**

Caso o licitante venha a arrematar mais de um lote pertencente ao mesmo segmento, as quantidades correspondentes serão somadas para fins de cálculo da porcentagem exigida. Por outro lado, se os lotes arrematados pertencerem a segmentos distintos, o cálculo será realizado de forma independente, observando-se a porcentagem estabelecida para cada segmento específico.

A exigência de atestados deverá recair apenas sobre as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida a exigência de quantitativos mínimos dentro dos limites legais previstos no art. 67, § 2º, da mesma Lei. No presente caso, a adoção do percentual de 5% mostra-se moderada, proporcional e inferior ao limite legal máximo, buscando aferir experiência operacional mínima sem criar barreira indevida à participação de fornecedores aptos.

Não haverá somatório de quantitativos entre segmentos distintos, salvo quando o mesmo atestado demonstrar, de forma clara, compatibilidade suficiente com mais de um segmento.

Exemplo prático de aplicação da capacidade técnica

Para fins de habilitação técnica, a exigência de comprovação será calculada sobre **5% do quantitativo total do lote arrematado**. Caso a mesma licitante seja vencedora de mais de um lote pertencente ao mesmo segmento, será considerado o **somatório dos quantitativos dos lotes arrematados dentro daquele segmento**. A definição do segmento serve apenas para verificar se o atestado apresentado é compatível com a natureza dos itens, não significando que a empresa deverá comprovar experiência em todos os lotes do segmento.

Exemplo 1 — Licitante vencedora de apenas um lote

Se a licitante vencer apenas o **Lote 02 — Papéis, cartolinas e papéis especiais**, cujo quantitativo total estimado é de **13.841 unidades/embalagens**, deverá comprovar experiência mínima equivalente a:

$$13.841 \times 5\% = 692,05$$

Como há fração, o quantitativo será arredondado para cima, resultando em exigência mínima de **693 unidades/embalagens**.

Nesse caso, poderão ser aceitos atestados compatíveis com o **Segmento I — Material escolar, papelaria, materiais artísticos, artesanato e insumos pedagógicos**, tais como fornecimento anterior de papéis, cartolinas, material escolar, papelaria, material de expediente ou itens similares.

Exemplo 2 — Licitante vencedora de mais de um lote do mesmo segmento

Se a licitante vencer os **Lotes 01, 03 e 07**, todos pertencentes ao **Segmento I**, a comprovação será calculada sobre o somatório dos quantitativos desses lotes:

Lote	Quantitativo
Lote 01	6.083
Lote 03	14.535
Lote 07	2.980
Total	23.598

Aplicando o percentual de 5%: $23.598 \times 5\% = 1.179,90$

Como há fração, o quantitativo mínimo será arredondado para cima, resultando em **1.180 unidades/embalagens**.

Nesse caso, a licitante poderá apresentar um ou mais atestados que, somados, comprovem o fornecimento de pelo menos **1.180 unidades/embalagens** de bens compatíveis com o segmento, como material escolar, papelaria, materiais artísticos, colas, fitas, insumos pedagógicos, artesanato escolar ou itens similares.

Exemplo 3 — Licitante vencedora dos Lotes 08 e 09

Se a licitante vencer os **Lotes 08 e 09**, ambos pertencentes ao **Segmento II — Jogos educativos, brinquedos pedagógicos, materiais lúdico-didáticos, brinquedos recreativos, sensoriais e psicomotores**, a comprovação será calculada sobre o somatório dos quantitativos desses dois lotes:

Lote	Quantitativo
Lote 08	1.304
Lote 09	2.157
Total	3.461

Aplicando o percentual de 5%: $3.461 \times 5\% = 173,05$

Como há fração, o quantitativo mínimo será arredondado para cima, resultando em **174 unidades/embalagens**. Nesse caso, poderão ser aceitos atestados de fornecimento de jogos educativos, brinquedos pedagógicos, materiais lúdico-didáticos, brinquedos infantis, brinquedos sensoriais, psicomotores, musicais, de faz de conta, tatames, fantoches, bonecas ou similares.

Exemplo 4 — Licitante vencedora de lotes de segmentos diferentes

Se a licitante vencer o **Lote 02**, pertencente ao **Segmento I**, e o **Lote 08**, pertencente ao **Segmento II**, a comprovação será feita separadamente por segmento:

Segmento	Lote arrematado	Quantitativo	5% mínimo
Segmento I	Lote 02	13.841	693
Segmento II	Lote 08	1.304	66

Nesse caso, a licitante deverá comprovar:

- **693 unidades/embalagens** compatíveis com material escolar, papelaria, papéis ou insumos pedagógicos; e
- **66 unidades/embalagens** compatíveis com jogos educativos, brinquedos pedagógicos ou materiais lúdico-didáticos.

Não haverá soma entre segmentos distintos, salvo se o mesmo atestado demonstrar, de forma clara, compatibilidade com ambos os segmentos.

Dessa forma, a exigência de capacidade técnica será aplicada de maneira proporcional ao objeto efetivamente arrematado pela licitante, evitando exigência excessiva ou incompatível com sua proposta. O percentual de 5% será calculado apenas sobre o quantitativo do lote ou dos lotes vencidos dentro do mesmo segmento, admitindo-se o somatório de atestados e a comprovação por bens semelhantes ou compatíveis, sem exigência de identidade absoluta item a item.

15. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

Em observância ao disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações públicas as regras estabelecidas nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que asseguram às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido.

Contudo, a aplicação desses benefícios observará os seguintes limites:

- I – Nas aquisições de bens e serviços em geral, não será aplicado o tratamento diferenciado quando o valor estimado do item licitado superar a receita bruta máxima de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, atualmente fixada em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);
- II – Nas contratações de obras e serviços de engenharia, não será aplicado o tratamento diferenciado quando o valor estimado da licitação ultrapassar o mesmo limite de receita bruta;
- III – A obtenção dos benefícios fica limitada às ME e EPP que, no ano-calendário em que se realizar a licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que, somados, excedam a receita bruta máxima admitida para o enquadramento como EPP, devendo o licitante apresentar declaração expressa nesse sentido;
- IV – Nas contratações cujo prazo de vigência seja superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para efeito de aplicação dos limites acima descritos.

Assim, o enquadramento das empresas licitantes como ME ou EPP será verificado:

- Pelo faturamento do último ano-calendário encerrado, ou, em se tratando de empresa recém-constituída, pela projeção do faturamento anual com base no período de atividade já transcorrido; e
- Pela observância do limite de contratos com a Administração no ano da licitação, conforme declaração apresentada pela empresa. Ademais, conforme § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, somente poderão usufruir dos benefícios as empresas que, no ano da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cuja soma ultrapasse o limite de enquadramento de EPP. Nas hipóteses de contratos com vigência superior a 12 (doze) meses, para efeito de cálculo, será considerado o valor anual do contrato e não o montante global.

Para fins de aplicação prática, o limite de enquadramento será o seguinte:

- ME: receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- EPP: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

15.1. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

Nos termos do art. 44 da LC nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para ME e EPP como critério de desempate.

No pregão, será considerado empate quando a proposta de ME/EPP for de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, hipótese em que a ME/EPP será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior à primeira colocada, conforme rito estabelecido na legislação aplicável e no edital.

Exemplo prático

1) Resultado inicial da disputa (menor preço):

Empresa A (não ME/EPP): R\$ 100.000,00 → 1º lugar

Empresa B (ME/EPP): R\$ 104.000,00 → 2º lugar

Empresa C (ME/EPP): R\$ 106.000,00 → 3º lugar

2) Verificação do “empate presumido” (até 5% acima do menor preço):

5% de R\$ 100.000,00 = R\$ 5.000,00

Então, entram no empate presumido as propostas até R\$ 105.000,00.

A Empresa B (R\$ 104.000,00) está dentro do limite.

A Empresa C (R\$ 106.000,00) está fora.

3) Como a preferência funciona:

A Administração convoca a Empresa B (ME/EPP) para exercer o direito de preferência.

Ela precisa cobrir o melhor preço, ou seja, apresentar novo valor menor que R\$ 100.000,00.

4) Cenários possíveis:

Se a Empresa B oferecer R\$ 99.900,00 → ela passa a ser 1º lugar e vence.

Se a Empresa B não reduzir (ou não apresentar nova proposta no prazo do edital) → mantém-se a Empresa A como vencedora.

Se uma ME/EPP ficar até 5% acima do menor preço, ela ganha a chance de dar um “último lance” para ficar abaixo do melhor valor e assumir a contratação.

15.2. DA ADOÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRIORIDADE DE 10% PARA ME/EPP LOCAL

Nos termos do art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte podem, justificadamente, estabelecer prioridade de contratação para ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido. A própria LC nº 123/2006 também estabelece, em seu art. 47, que o tratamento diferenciado deve buscar o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Diante disso, esta área técnica propõe a adoção do referido benefício para microempresas e empresas de pequeno porte com sede ou filial ativa no Município de Castanhal/PA, no âmbito da presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição de material pedagógico e brinquedos.

A adoção da medida mostra-se compatível com os objetivos da contratação e com a dinâmica de fornecimento do objeto, especialmente em razão da necessidade de entregas parceladas, substituições tempestivas, apoio logístico local e atendimento simultâneo às demandas da SEMED e da SEMAS. Em documentos recentes do próprio Município, já consta a adoção de prioridade de contratação de até 10% (dez por cento) para ME/EPP locais em processos análogos, inclusive em ETP de material pedagógico e em TR que expressamente prevê o intervalo de prioridade local sobre o melhor preço válido.

A presente sugestão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Desenvolvimento econômico local:** a prioridade de contratação para ME/EPP sediadas em Castanhal/PA contribui para o fortalecimento da economia municipal, fomentando a circulação de renda no próprio Município, a geração de empregos e a dinamização das atividades empresariais locais, em consonância com a finalidade do tratamento favorecido prevista no art. 47 da LC nº 123/2006.
- **Eficiência logística e operacional:** empresas sediadas no Município tendem a apresentar maior capacidade de resposta para entregas parceladas, trocas, substituições e ajustes necessários à execução contratual, o que reduz custos indiretos, melhora a previsibilidade do abastecimento e favorece a continuidade das atividades pedagógicas e socioassistenciais.
- **Viabilidade mercadológica:** a aplicação do benefício pressupõe a existência de fornecedores locais aptos, o que está demonstrado na pesquisa de mercado e na fase preparatória do processo. A própria LC nº 123/2006 afasta a aplicação do tratamento diferenciado quando não houver mínimo de 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências do edital.
- **Potencialização do impacto social da contratação:** a medida reforça a função indutora das compras públicas, promovendo inclusão produtiva, fortalecimento do empreendedorismo local e estímulo à formalização e à permanência de pequenos negócios no Município.
- **Manutenção da vantagem e da competitividade:** o benefício não elimina a disputa nem afasta a necessidade de seleção da proposta mais vantajosa; ele apenas autoriza a prioridade de contratação, de forma motivada, até o limite de 10% do melhor preço válido, desde que isso não seja desvantajoso para a Administração nem prejudique o conjunto do objeto. A própria LC nº 123/2006, em seu art. 49, III, veda a aplicação do tratamento favorecido quando ele não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

15.2.1. FUNCIONALIDADE DO BENEFÍCIO LOCAL DE 10%

Durante a fase de julgamento das propostas, após a definição do melhor preço válido para o lote, deverá ser verificado se a proposta classificada em primeiro lugar pertence a empresa não enquadrada como ME/EPP

local de Castanhál/PA. Nessa hipótese, será apurado se existe ME ou EPP local com proposta válida situada em valor até 10% acima do melhor preço válido, hipótese em que poderá ser aplicada a prioridade de contratação local, conforme previsão expressa do edital. Trata-se de mecanismo distinto do empate ficto previsto no art. 44 da LC nº 123/2006, porque aqui a preferência decorre do art. 48, § 3º, e deve estar previamente justificada no processo.

Na prática, a operacionalização deverá ocorrer conforme as regras do edital e a parametrização da plataforma eletrônica utilizada, cabendo à Administração verificar a condição de ME/EPP local, a regularidade da declaração apresentada pelo licitante e o enquadramento da proposta no intervalo de até 10% do melhor preço válido. A adoção desse benefício já aparece como mecanismo de incentivo às ME/EPP em documentos recentes do Município, ao lado do critério de desempate de até 5% e da seleção de itens/lotos específicos para participação favorecida.

15.2.2. REQUISITOS PARA APLICAÇÃO

- A ME/EPP deverá comprovar sede ou filial ativa em Castanhál/PA;
- A diferença entre a proposta da ME/EPP local e o melhor preço válido não poderá ultrapassar 10%;
- O edital deverá prever expressamente a aplicação da prioridade local;
- O benefício não se aplica aos itens ou lotos exclusivos para ME/EPP, pois, nessa hipótese, o tratamento favorecido já foi integralmente assegurado pelo próprio regime de participação;
- A empresa deverá declarar corretamente, na plataforma e nos documentos de habilitação, sua condição de ME/EPP e seu enquadramento local;
- A aplicação do benefício dependerá de que haja, no mercado, mínimo de 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP localmente sediados e capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório;
- O benefício não deverá ser aplicado quando se mostrar desvantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto do objeto, nos termos do art. 49 da LC nº 123/2006.

15.2.3. EXEMPLO PRÁTICO

Suponha que, no Lote 08 — Jogos pedagógicos, alfabetização, cartas, tabuleiro e raciocínio, tenham sido apresentadas as seguintes propostas para o valor global do lote:

- Empresa A — Empresa de Grande Porte, não local: R\$ 86.000,00;
- Empresa B — Microempresa (ME), local de Castanhál/PA: R\$ 93.000,00;
- Empresa C — Empresa de Pequeno Porte (EPP), local de Castanhál/PA: R\$ 95.000,00.

Nesse cenário, o melhor preço válido é o da Empresa A, no valor de R\$ 86.000,00.

Considerando a aplicação do benefício de prioridade local de até 10%, poderão ser beneficiadas as microempresas e empresas de pequeno porte locais cuja proposta esteja situada até o limite de R\$ 94.600,00, correspondente a 10% acima do melhor preço válido.

Cálculo: R\$ 86.000,00 + 10% = R\$ 94.600,00.

Assim:

- A Empresa B, por ser Microempresa (ME) local e ter apresentado proposta de R\$ 93.000,00, está dentro do intervalo de até 10% do melhor preço válido;
- A Empresa C, embora seja Empresa de Pequeno Porte (EPP) local, apresentou proposta de R\$ 95.000,00, portanto está fora do limite de 10%.

Dessa forma, a Empresa B, por ser ME local e estar dentro da margem de até 10% do melhor preço válido, poderá usufruir da prioridade de contratação local, desde que atendidas as demais condições previstas no edital, inclusive habilitação, aceitabilidade da proposta, compatibilidade com o preço máximo admitido e existência de justificativa formal no processo.

Já a Empresa C, por exceder o limite de 10%, não poderá usufruir do benefício de prioridade local nesse caso.

Ressalta-se que o benefício de prioridade local não se aplica aos lotes exclusivos para ME/EPP, uma vez que, nesses casos, o tratamento favorecido já foi assegurado pelo próprio regime de participação.

15.3. DOS BENEFÍCIOS DE ITENS/LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP

Conforme o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicável às licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021 por força do seu art. 4º, a Administração deve, sempre que cabível, destinar exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte os itens ou lotes cujo valor seja de até R\$ 80.000,00. Todavia, a adoção desse tratamento favorecido deve ser compatibilizada com a vantajosidade da contratação, a competitividade do certame e a preservação do conjunto do objeto, nos termos do art. 49 da LC nº 123/2006.

No presente caso, verificou-se que, dentre os 09 lotes estruturados para a contratação, somente o Lote 07 — Colas, fitas adesivas, isopor e refis possui valor estimado inferior ao limite legal de R\$ 80.000,00, com valor de R\$ 67.292,28, correspondente a 5,25% do valor total estimado da contratação.

Diante disso, foi selecionado, para fins de participação exclusiva de ME/EPP, o Lote 07 — Colas, fitas adesivas, isopor e refis, por se enquadrar no limite legal e por representar parcela economicamente moderada do objeto, sem comprometer a competitividade global do certame. A escolha desse lote permite concretizar o tratamento favorecido previsto na legislação, ao mesmo tempo em que preserva a ampla competitividade nos demais lotes, cujos valores superam o limite legal de R\$ 80.000,00.

A adoção da exclusividade apenas para o Lote 07 mostra-se proporcional e razoável, pois o lote reúne itens de consumo comum, de baixa complexidade técnica e usualmente fornecidos por microempresas e empresas de pequeno porte do ramo de papelaria, material escolar, artesanato e expediente. Além disso, a

medida não compromete o conjunto do objeto, não gera fracionamento indevido e mantém a atratividade da licitação para fornecedores de diferentes portes.

Os demais lotes permanecerão em ampla concorrência, uma vez que seus valores estimados são superiores a R\$ 80.000,00, sem prejuízo da aplicação dos demais benefícios legais assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabíveis, tais como empate ficto, regularização fiscal/trabalhista diferenciada e prioridade de contratação local ou regional, conforme previsão editalícia e justificativa constante do processo.

Lote	Descrição do lote	Valor do lote (R\$)	Relevância % do valor total	Situação quanto à exclusividade
1	Escrita, correção e expediente escolar	172.865,98	13,48%	Não exclusivo
2	Papéis, cartolinas e papéis especiais	129.346,88	10,09%	Não exclusivo
3	Desenho, colorir e modelagem	183.254,95	14,30%	Não exclusivo
4	Tintas, pintura artística e materiais decorativos	258.075,02	20,13%	Não exclusivo
5	Têxteis, TNT, aventais e almofadas escolares	123.041,40	9,60%	Não exclusivo
6	EVA, feltro, barbante, fita cetim e ferramentas de apoio	115.476,80	9,01%	Não exclusivo
7	Colas, fitas adesivas, isopor e refis	67.292,28	5,25%	Exclusivo para ME/EPP
8	Jogos pedagógicos, alfabetização, cartas, tabuleiro e raciocínio	97.711,86	7,62%	Não exclusivo
9	Brinquedos psicomotores, sensoriais, faz de conta e representação	134.874,82	10,52%	Não exclusivo

Assim, a estrutura adotada assegura o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no lote legalmente enquadrável, preservando, ao mesmo tempo, a competitividade, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.4. DA DISPENSA DOS BENEFÍCIOS DE COTA RESERVA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP

Embora o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 estabeleça, como regra, a previsão de cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte em certames destinados à aquisição de bens de natureza divisível, a própria legislação admite o afastamento motivado desse tratamento favorecido nas hipóteses previstas no art. 49 da mesma Lei Complementar, especialmente quando não for vantajoso para a

Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Além disso, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 4º, determina a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às licitações e contratos por ela disciplinados, razão pela qual a análise da cota reservada deve ser feita de forma compatível com a vantajosidade, a competitividade, a eficiência administrativa e a preservação do conjunto do objeto.

No presente caso, a não adoção da cota reservada de até 25% para ME/EPP justifica-se pelo fato de que a licitação foi estruturada por lotes homogêneos, definidos a partir de análise técnica, operacional e mercadológica, considerando a natureza dos bens, a finalidade pedagógica, a afinidade funcional dos itens, o mercado fornecedor correlato, a eficiência na gestão da futura Ata de Registro de Preços, a padronização do fornecimento, a racionalização logística e a preservação da economia de escala. A formação dos lotes decorreu da necessidade de evitar tanto o agrupamento excessivo de itens de natureza distinta quanto a fragmentação excessiva do objeto. Nesse contexto, a criação de cota reservada dentro de cada lote exigiria nova divisão dos itens, com duplicação de cotas, multiplicação de fornecedores para objetos correlatos, aumento da complexidade de recebimento, conferência, fiscalização, distribuição e controle das entregas, além de potencial redução da eficiência administrativa que justificou a modelagem por lotes.

Desse modo, embora os bens possuam natureza divisível em sentido material, a adoção da cota reservada de até 25% mostrar-se-ia, no caso concreto, incompatível com a solução técnica adotada para a contratação, pois enfraqueceria a lógica do parcelamento por famílias mercadológicas, poderia gerar prejuízo ao conjunto do objeto e ampliaria desnecessariamente a complexidade da gestão da Ata de Registro de Preços e da execução das entregas destinadas ao atendimento das demandas da SEMED e da SEMAS. A dispensa da cota reservada não implica afastamento integral do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. Isso porque o certame já contempla mecanismo específico de favorecimento compatível com a estrutura adotada, mediante a destinação do Lote 07 — Colas, fitas adesivas, isopor e refis à participação exclusiva de ME/EPP, por se tratar do único lote com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Além disso, permanecem aplicáveis os demais benefícios legais assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabíveis, tais como o empate ficto, a regularização fiscal e trabalhista diferenciada e eventual prioridade de contratação local ou regional, conforme previsão editalícia e justificativa constante do processo. Dessa forma, a Administração preserva o tratamento diferenciado às ME/EPP, mas o faz por mecanismos mais compatíveis com a modelagem por lotes adotada no presente processo, sem comprometer a vantajosidade, a eficiência, a governança da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, a não adoção da cota reservada de até 25% para ME/EPP mostra-se medida adequada, motivada e proporcional, uma vez que sua aplicação, no caso concreto, poderia comprometer a lógica técnica do parcelamento, gerar excessiva fragmentação da execução, ampliar desnecessariamente a complexidade de

gestão da Ata de Registro de Preços e prejudicar a eficiência administrativa. Ao mesmo tempo, o tratamento favorecido às ME/EPP permanece assegurado por meio da exclusividade do Lote 07 e dos demais benefícios legais aplicáveis.

16. IMPACTO AMBIENTAL

1. Natureza do impacto: A presente contratação gera impacto ambiental moderado, principalmente em razão do consumo de matérias-primas, do uso de embalagens, do transporte dos produtos e da geração de resíduos após o uso dos materiais pedagógicos e brinquedos.

2. Impactos associados aos materiais pedagógicos: Nos materiais pedagógicos, os impactos concentram-se no consumo frequente de papel, papelão, plástico, tintas, colas, massas de modelar e embalagens, com geração contínua de resíduos e necessidade de reposição periódica.

3. Impactos associados aos brinquedos e brinquedos pedagógicos: Nos brinquedos e brinquedos pedagógicos, os impactos decorrem principalmente da fabricação com plástico, madeira, borracha, tecido, espuma e outros componentes, bem como do descarte ao final da vida útil, especialmente quando houver quebra, desgaste ou impossibilidade de reaproveitamento.

4. Embalagem, transporte e logística: Também há impacto ambiental relacionado ao transporte, à movimentação logística e ao uso de embalagens para acondicionamento e entrega, fatores que podem ampliar a geração de resíduos e o consumo de recursos ao longo do fornecimento.

5. Base legal ambiental aplicável: A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais.

6. Medidas mitigadoras recomendadas: Para reduzir os impactos, recomenda-se priorizar, sempre que tecnicamente viável, produtos com maior durabilidade, materiais atóxicos e seguros, embalagens adequadas e sem excesso, além de organizar o recebimento e o armazenamento para evitar perdas, avarias e desperdícios.

7. Uso racional e descarte: As unidades demandantes deverão adotar práticas de uso racional, reaproveitamento dos itens ainda úteis, segregação dos resíduos gerados e destinação ambientalmente adequada de embalagens, papéis, plásticos e materiais inservíveis, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Conclui-se que o impacto ambiental da contratação é administrável, desde que a Administração adote medidas mínimas de sustentabilidade no planejamento, no recebimento, no uso e no descarte dos materiais pedagógicos e brinquedos, compatibilizando a necessidade administrativa com o dever de proteção ambiental.

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para fins da presente contratação, entende-se por contratações correlatas aquelas que, embora possuam objeto distinto, guardam relação com a solução pretendida e podem contribuir para sua adequada utilização, a

exemplo de aquisições de materiais de expediente, mobiliário escolar, materiais de apoio didático, serviços de transporte ou logística interna. Já as contratações interdependentes são aquelas cuja existência ou execução constitui condição necessária para a plena viabilidade ou funcionamento da contratação principal.

No caso da aquisição de material pedagógico e brinquedos, verifica-se que não há contratações interdependentes indispensáveis à viabilização do objeto, uma vez que os itens podem ser adquiridos, recebidos, armazenados e distribuídos no âmbito da estrutura administrativa já existente da SEMED e da SEMAS, sem necessidade de contratação prévia de outro objeto específico como condição para sua utilização. A execução da futura ata e dos contratos dela decorrentes depende apenas das rotinas administrativas ordinárias de empenho, recebimento, conferência, armazenamento e distribuição às unidades demandantes.

Quanto às contratações correlatas, pode haver relação funcional com outras aquisições ou serviços de apoio eventualmente realizados pela Administração, como fornecimento de materiais de expediente, mobiliário, itens de organização, transporte ou demais insumos utilizados nas atividades educacionais e socioassistenciais. Todavia, tais contratações possuem natureza acessória ou complementar e não condicionam a efetividade da presente aquisição, razão pela qual não se caracterizam como requisito para a execução do objeto. Assim, conclui-se que a presente contratação possui autonomia funcional e administrativa, inexistindo, no momento, contratação correlata ou interdependente cuja formalização prévia seja imprescindível à sua implementação.

18. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação, voltada à aquisição de material pedagógico e brinquedos para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Castanhál/PA, especialmente no âmbito da SEMED e da SEMAS, reveste-se de relevante interesse público e de significativa importância para a continuidade e a qualidade das atividades educacionais e socioassistenciais desenvolvidas pelo Município. A medida foi devidamente autorizada pela autoridade competente, encontrando respaldo nas diretrizes de planejamento da gestão municipal, inclusive na programação constante do Plano Anual de Contratações de 2025, o que evidencia sua compatibilidade com o planejamento institucional e com as prioridades administrativas estabelecidas.

Ressalta-se que todas as providências administrativas, técnicas e orçamentárias necessárias à viabilização da contratação foram adotadas desde a elaboração dos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) até a presente fase da instrução processual. O planejamento da contratação considerou o levantamento das necessidades das unidades demandantes, a estimativa dos quantitativos, a definição da solução mais adequada e a verificação da compatibilidade com os objetivos da Administração Pública municipal.

Dessa forma, conclui-se que a contratação proposta está plenamente alinhada ao planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Castanhál/PA, mostrando-se necessária, tempestiva e adequada para

assegurar suporte material às ações pedagógicas, lúdicas, educativas e socioassistenciais desenvolvidas no âmbito municipal.

19. OBSERVAÇÕES GERAIS

19.1. VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de pessoas jurídicas em consórcio é, em regra, admitida, sendo possível sua vedação desde que devidamente justificada no processo licitatório. Assim, a proibição de consórcios não é automática nem presumida: ela deve ser motivada com base nas características concretas do objeto e registrada na fase preparatória da contratação. A jurisprudência recente dos Tribunais de Contas também reforça que a vedação é excepcional e depende de fundamentação técnica adequada.

No presente caso, a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se adequada porque o objeto consiste na aquisição de material pedagógico e brinquedos, isto é, no fornecimento de bens comuns, padronizados, amplamente disponíveis no mercado e sem complexidade técnica que exija a conjugação de capacidades empresariais distintas para viabilizar a execução contratual. Trata-se de objeto que pode ser atendido por fornecedores do ramo de papelaria, material escolar, jogos educativos e brinquedos infantis, de forma individual, sem necessidade de associação empresarial para cumprimento das obrigações contratuais.

Além disso, a licitação foi estruturada em lotes homogêneos e segmentos de mercado, justamente para ampliar a competitividade e permitir a participação de empresas com atuação específica em cada grupo de itens. Essa modelagem reduz a necessidade de consórcios, pois evita a concentração excessiva do objeto e favorece que empresas individualmente aptas concorram em condições de igualdade. Nessa perspectiva, admitir consórcios em um certame já parcelado tecnicamente poderia, em vez de ampliar a competição, favorecer a concentração de mercado, dificultar a disputa entre fornecedores locais e regionais e enfraquecer a lógica de parcelamento adotada para assegurar eficiência e isonomia.

Há, ainda, fundamento de ordem administrativa e operacional. A participação de consórcios, em contratação dessa natureza, tende a aumentar a complexidade da habilitação, da fiscalização e da execução contratual, em razão da necessidade de controle da empresa líder, da responsabilidade solidária das consorciadas, de eventuais alterações na composição do consórcio e de maior formalismo na gestão do ajuste. Para um objeto de fornecimento rotineiro, com entregas parceladas e gestão por Ata de Registro de Preços, essa complexidade adicional não se mostra necessária nem vantajosa para a Administração.

Dessa forma, a vedação à participação de empresas em consórcio, no presente processo, não decorre de restrição indevida à competitividade, mas de opção administrativa motivada, proporcional e compatível com a natureza do objeto, com a estruturação da licitação em lotes e com a necessidade de simplificação da gestão contratual. Conclui-se, portanto, que a não admissão de consórcios atende ao interesse público, preserva

a eficiência do procedimento e encontra amparo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, desde que expressamente prevista no edital e devidamente justificada nos autos do processo.

19.2. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL – RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO

1) Recebimento

- Conferir se a entrega está acompanhada da nota fiscal e de toda a documentação exigida no edital, no Termo de Referência e no contrato, tais como catálogos, fichas técnicas, certificados, registros e selo do INMETRO, quando aplicáveis.
- Verificar se a quantidade entregue corresponde à quantidade solicitada na ordem de fornecimento ou documento equivalente.
- Inspeccionar se os materiais pedagógicos e brinquedos estão em perfeitas condições de uso, observando integridade física, embalagem, acabamento, composição, faixa etária indicada, dimensões, cores, segurança e demais especificações técnicas previstas.
- Recusar, no todo ou em parte, os itens que apresentem avarias, defeitos, irregularidades ou desconformidade com as especificações contratuais.
- Registrar, em checklist, termo ou relatório de recebimento, todas as ocorrências verificadas, inclusive inconformidades, pendências e eventuais substituições.
- Recomenda-se a adoção de sistema informatizado de controle de estoque, a fim de registrar entradas e saídas e assegurar maior rastreabilidade, transparência e controle da utilização dos materiais.

2) Armazenamento

- Garantir que os materiais sejam guardados em local adequado, limpo, seco, ventilado e protegido de umidade, calor excessivo e intempéries.
- Separar os itens por lotes, segmentos, grupos ou códigos, de forma a facilitar a organização, a rastreabilidade e a distribuição.
- Evitar o contato direto dos materiais com o chão, utilizando, sempre que possível, paletes, estrados, armários ou prateleiras.
- Armazenar com atenção especial os itens mais sensíveis, como papéis, colas, tintas, massa de modelar, E.V.A., feltro, brinquedos de tecido e produtos sujeitos a deformação ou ressecamento.
- Manter controle atualizado das entradas, saídas e saldos por meio de planilhas ou sistema informatizado, com identificação da unidade demandante e da data de movimentação.

3) Distribuição

- Efetuar a liberação dos materiais apenas mediante requisição formal da unidade, setor ou servidor responsável.

- Registrar todas as movimentações de saída, indicando item, quantidade, data, unidade de destino e responsável pelo recebimento, para fins de controle e rastreabilidade.
- Priorizar, sempre que cabível, a utilização dos materiais há mais tempo armazenados, adotando o critério PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai), especialmente para itens de consumo recorrente e maior sensibilidade de conservação.
- Assegurar que a distribuição seja realizada de forma compatível com a necessidade de cada unidade, evitando desperdícios, extravios ou concentração indevida de estoque.
- Comunicar imediatamente à autoridade competente ou ao gestor do contrato qualquer irregularidade, divergência ou necessidade de reposição/substituição identificada.

OBSERVAÇÕES

Materiais substituídos por defeito, avaria ou desconformidade

Recomenda-se que, nos casos de materiais pedagógicos e brinquedos entregues com defeito, avaria ou em desacordo com as especificações contratuais, conste cláusula obrigando a contratada a proceder ao recolhimento dos itens rejeitados, sem ônus para a Administração, promovendo sua substituição no prazo contratualmente previsto. Sempre que aplicável, a contratada deverá dar destinação ambientalmente adequada aos materiais recolhidos, observando a legislação pertinente, de modo a evitar que a Administração permaneça com itens imprestáveis em estoque e a assegurar maior controle e transparência na execução contratual.

Materiais inservíveis por desgaste natural ou fim da vida útil

Nos casos em que os materiais se tornem inservíveis em razão do uso regular, desgaste natural ou fim de sua vida útil, a responsabilidade pela destinação final caberá à Administração Pública, que deverá promover o descarte ambientalmente adequado, observando a legislação vigente sobre resíduos sólidos, bem como procedimentos internos de controle patrimonial e de almoxarifado, quando aplicáveis.

20. CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO

O presente Estudo Técnico Preliminar é fruto de um processo colaborativo e integrado entre diferentes unidades da Administração Municipal, observando o fluxo de formalização e análise da demanda, nos seguintes termos:

- **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAGE):** recebeu os Documentos de Formalização de Demandas (DFDs), procedeu à análise da demanda e, após manifestação técnica, encaminhou-os à Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação.
- **Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação (SUPRI):** ao receber a demanda, a Secretária Municipal despachou o processo para a **Equipe de Planejamento da SUPRI**, responsável pela condução dos atos iniciais do planejamento da contratação, incluindo a formalização e organização da instrução preliminar, a consolidação das informações necessárias, a elaboração/validação das peças de

planejamento pertinentes e o encaminhamento para as etapas subsequentes do procedimento licitatório, conforme as diretrizes administrativas e normativas aplicáveis.

- **Equipe de Planejamento da SUPRI:** a partir das informações levantadas e consolidadas, idealizou e elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar, conferindo-lhe forma final e aderência aos parâmetros da Lei nº 14.133/2021. E posterior elaboração de termo de referência.

Assim, o presente documento reflete a atuação, garantindo que sua elaboração se deu em conformidade com as normas vigentes, bem como com a observância das necessidades reais da Administração.

21. MAPA DE RISCO

A análise de riscos da presente contratação tem por finalidade identificar eventos que possam comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor, a formalização da Ata de Registro de Preços e a execução do fornecimento de materiais pedagógicos, escolares, artísticos e brinquedos educativos e recreativos destinados ao atendimento das demandas da SEMED e da SEMAS.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 18, caput, que a fase preparatória da licitação deve ser caracterizada pelo planejamento e compatibilizada com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação. Além disso, o art. 22 da mesma Lei admite a previsão de matriz de alocação de riscos, quando pertinente, como instrumento de distribuição de responsabilidades entre as partes.

No presente caso, os riscos mais relevantes estão relacionados à definição inadequada das especificações técnicas, estimativa incorreta dos quantitativos, baixa competitividade em determinados lotes, apresentação de propostas incompatíveis com o mercado, fornecimento de itens em desconformidade com o edital, ausência de certificações ou requisitos de segurança quando exigíveis, atraso nas entregas, falhas no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais, desabastecimento das unidades atendidas e dificuldades na substituição de itens defeituosos, danificados ou incompatíveis com as especificações contratadas.

Tais riscos podem gerar prejuízos à continuidade das atividades pedagógicas, escolares, artísticas, lúdicas, recreativas e socioassistenciais, além de comprometer a eficiência administrativa, a economicidade, a qualidade do atendimento à população e a vantajosidade da contratação. Por essa razão, a análise de riscos deve estar compatibilizada com o planejamento da contratação, com a definição da solução, com a estimativa de quantidades, com a organização dos lotes, com as providências prévias da Administração e com as regras de gestão e fiscalização da execução contratual.

Diante disso, o gerenciamento de riscos deverá priorizar medidas preventivas, tais como a elaboração de especificações claras e objetivas, a exigência de documentação técnica e certificações apenas quando aplicáveis, a definição adequada dos lotes conforme a natureza e afinidade dos itens, a pesquisa de preços compatível com o mercado, o planejamento logístico das entregas, a indicação prévia dos locais de

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

fornecimento, a designação e capacitação dos fiscais e gestores, o controle de estoque, a adoção de checklists de recebimento e a previsão de prazos para substituição de itens rejeitados.

Como medidas corretivas, deverão ser previstos mecanismos de notificação da contratada, rejeição de itens em desconformidade, exigência de substituição dos produtos defeituosos ou incompatíveis, reforço da fiscalização, reorganização da distribuição às unidades quando necessário, glosa ou retenção de pagamento nos casos cabíveis, aplicação de sanções administrativas e adoção de providências para preservar a continuidade das atividades desenvolvidas pela SEMED e pela SEMAS.

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Fase	Risco identificado	Causa provável	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Medida preventiva	Medida de resposta/contingência	Responsável
Planejamento	Especificação inadequada dos itens	Descrição incompleta, genérica ou excessivamente restritiva	Média	Alta	Alto	Revisar o TR/ETP com base nas necessidades reais da SEMED e SEMAS, catálogos e padrões de mercado	Retificar edital/TR, ajustar exigências e reavaliar os itens antes da contratação	Sector demandante / equipe de planejamento
Planejamento	Estimativa insuficiente ou excessiva de quantitativos	Levantamento incompleto da demanda ou de memória de cálculo inconsistente	Média	Alta	Alto	Consolidar quantitativos por secretaria, unidade e histórico de consumo	Ajustar programação de fornecimento, reforçar controles de estoque e, se necessário, utilizar saldo remanescente da ata com gestão racional	Sector demandante / almoxarifado
Seleção do fornecedor	Baixa competitividade de ou lote deserto/fracassado	Lotes mal estruturados, exigências excessivas ou pouca atratividade econômica	Média	Média	Médio	Agrupar itens por afinidade mercadológica, revisar exigências de habilitação e pesquisa de mercado	Reavaliar lote, adequar condições de disputa e promover novo procedimento para o grupo afetado	Pregoeiro / equipe de planejamento
Seleção do fornecedor	Habilitação de fornecedor sem aptidão suficiente	Documentação técnica frágil ou análise insuficiente da capacidade operacional	Baixa	Alta	Médio	Exigir atestados compatíveis com o segmento arrematado e documentação técnica pertinente	Inabilitar licitante que não comprove aptidão e convocar o subsequente	Pregoeiro / equipe de apoio
Execução contratual	Entrega em desacordo com as especificações	Falha de separação, fornecimento de produto inferior ou descumprimento contratual	Média	Alta	Alto	Conferência detalhada no recebimento, exigência de fichas técnicas, catálogos e certificações quando cabíveis	Rejeitar os itens, notificar a contratada e exigir substituição	Fiscal do contrato / almoxarifado
Execução contratual	Atraso na entrega	Problemas logísticos, falta de estoque do fornecedor ou	Média	Alta	Alto	Definir prazos claros, cronograma de fornecimento e acompanhamento	Notificar a contratada, aplicar sanções quando cabíveis e priorizar distribuição do estoque existente	Gestor e fiscal do contrato

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

Fase	Risco identificado	Causa provável	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Medida preventiva	Medida de resposta/contingência	Responsável
		falha na programação				periódico da ata/contrato		
Execução contratual	Fornecimento de brinquedos sem certificação obrigatória, quando aplicável	Falha de conferência documental ou descumprimento da exigência editalícia	Baixa	Alta	Médio	Exigir selo/registro/certificação aplicável no TR e conferir no recebimento	Rejeitar o item, exigir substituição imediata e registrar ocorrência	Fiscal do contrato
Execução contratual	Danos aos materiais no transporte	Embalagem inadequada, movimentação incorreta ou sem cuidado	Média	Média	Médio	Exigir acondicionamento adequado e responsabilidade da contratada pelo transporte	Recusar itens avariados e exigir reposição sem ônus	Fiscal do contrato / contratada
Execução contratual	Armazenamento inadequado	Falta de local apropriado, umidade, calor excessivo ou organização precária	Média	Média	Médio	Armazenar em local seco, ventilado, limpo e organizado por lote/segmento	Reorganizar estoque, segregar materiais sensíveis e reforçar controle interno	Almoxarifado / unidade responsável
Execução contratual	Desabastecimento das unidades atendidas	Distribuição falha, controle de estoque deficiente ou atraso na reposição	Média	Alta	Alto	Implantar controle de estoque e distribuição por requisição formal, com monitoramento contínuo	Redistribuir saldos, priorizar unidades críticas e acionar fornecedor para entrega complementar	Almoxarifado / gestor do contrato
Execução contratual	Não substituição de itens defeituosos no prazo	Inércia da contratada ou cláusula contratual mal definida	Baixa	Alta	Médio	Prever prazo expreso para substituição e responsabilização pelo recolhimento	Notificar formalmente, aplicar sanções e adotar providências administrativas cabíveis	Gestor e fiscal do contrato
Pós-uso	Descarte inadequado de embalagens e itens inservíveis	Ausência de rotina de segregação e destinação final	Média	Média	Médio	Orientar unidades sobre segregação e descarte ambientalmente adequado	Promover descarte conforme normas internas e legislação ambiental aplicável	Unidade demandante / almoxarifado

Síntese conclusiva:

Os riscos de maior criticidade para esta contratação concentram-se em quatro pontos: especificação inadequada, erro na estimativa de quantitativos, atraso ou desconformidade nas entregas e desabastecimento das unidades atendidas. Por isso, a gestão do contrato deve priorizar fiscalização efetiva, conferência documental e física dos itens, controle de estoque e pronta atuação diante de falhas do fornecedor.

22. ANEXOS E APÊNDICES

22.1. Apêndice I – RESUMO DO ETP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO

Rua comandante Assis, 2290, Estrela, CASTANHAL/PA

Email: licitacao.supri@castanhal.pa.gov.br



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL



22.2. Apêndice II DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS
DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

23. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal nº 017/2024.

Explicitamente declaramos que a contratação é viável, justificando com base nos elementos contidos nos Estudos Preliminares.

Castanhal/PA, 08 de junho de 2026.

ELABORADO POR:

Nilssyanie de Assis Negrão
Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação
Matricula nº 155431-0

COTAÇÕES DE PREÇOS REALIZADAS POR:

Vera Lúcia Barros Maciel
Coordenadora da Pesquisa de Preço
Matricula nº 155342-9

Irlana Yasmim Rodrigues da Vera Cruz
Responsável da Pesquisa de Preço
Matricula nº 309199-6

ANALISADO E ACOMPANHADO POR:

Tatiana do Socorro Martins da Silva
Secretária Municipal de Suprimentos e Licitação
Decreto nº 003/25

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

APÊNDICE I - RESUMO DO ETP

DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Lei nº 14.133/2021
	Decreto Municipal nº 017/24 de 17 de janeiro de 2024
	IN nº 65/2021
QUAL O TIPO DE OBJETO?	BEM SERVIÇO
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	NÃO SIM
QUAL A NATUREZA DO OBJETO?	FORNECIMENTO/SERVIÇO CONTINUADO FORNECIMENTO/SERVIÇO NÃO CONTINUADO
QUAL O PERÍODO DE FORNECIMENTO?	30 DIAS (PRONTA ENTREGA) 180 DIAS 12 MESES
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	NÃO SIM
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	NÃO SIM
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	NÃO SIM
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	NÃO SIM
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	NÃO SIM
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	NÃO SIM
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES REDUÇÃO DE CUSTOS APROVEITAMENTO DE RECURSOS REALIZAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA INFRAESTRUTURA ADEQUADA SEGURANÇA E PROTEÇÃO
DOS ITENS/ PREÇO E QUANTITATIVO	
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADE ATUAL DAS SECRETARIAS, FUNDOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS.
MEIOS USADOS NA PESQUISA	BANCO DE PREÇOS
	CONTRATAÇÕES SIMILARES
	FORNECEDORES



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
DA MODALIDADE	
MODALIDADE ESCOLHIDA	<input type="checkbox"/> PREGÃO <input type="checkbox"/> CONCORRÊNCIA <input type="checkbox"/> ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> DIÁLOGO COMPETITIVO <input type="checkbox"/> INEXIGIBILIDADE <input type="checkbox"/> DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR	<input type="checkbox"/> SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
TIPO DE LICITAÇÃO	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO <input type="checkbox"/> MELHOR TÉCNICA
REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
PRAZO DE ENTREGA QUALIDADE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL RESPONSABILIDADE PELA ENTREGA CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS CONFORMIDADE LEGAL	
SEGMENTO DE RELEVÂNCIA	
DESCRIÇÃO DO SEGMENTO	SEGMENTO 1: Material escolar, papelaria, materiais artísticos, artesanato e insumos pedagógicos SEGMENTO 2: Jogos educativos, brinquedos pedagógicos, materiais lúdico-didáticos, brinquedos recreativos, sensoriais e psicomotores

APÊNDICE II - DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente documento tem por finalidade orientar e uniformizar, de forma técnica e colaborativa, os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Município de Castanhál para a formalização de contratos administrativos decorrentes de Atas de Registro de Preços, especialmente nas contratações oriundas de Pregões Eletrônicos, conforme o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como título III da referida lei.

As orientações aqui compiladas têm caráter orientativo e provisório, devendo ser observadas até a edição de normativa específica pela Procuradoria-Geral do Município (PGM) e pela Controladoria do Município.

PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE CONTRATO

Para a formalização de contratos decorrentes de ata de registro de preço, a Secretaria interessada deverá instruir o processo administrativo com ofício de solicitação dirigido à Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação, contendo obrigatoriamente:

- Objeto da contratação, conforme descrito na ata e no edital;
- Justificativa da necessidade, ainda que de forma sintética e objetiva;
- Indicação do fiscal do contrato (nome, matrícula e qualificação compatível);
- Número do processo administrativo, pregão eletrônico e ata correspondente;
- Relação dos itens e quantidades a serem contratados, observando o saldo disponível na ata;
- Prazo de vigência contratual pretendido;
- Confirmação de que os itens constam no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

Nota: O controle do saldo da ata é responsabilidade da Secretaria demandante, devendo haver planejamento e acompanhamento durante sua vigência.

DOCUMENTOS RECOMENDADOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Para fins de regularidade e transparência, recomenda-se que o processo contenha, em sequência cronológica:

- Despacho de solicitação de dotação orçamentária;
- Manifestação técnica da Contabilidade, com dotação, projeto/atividade e fonte de recurso (art. 150 da Lei nº 14.133/2021);
- Autorização expressa do Ordenador de Despesas, com declaração de compatibilidade orçamentária e financeira (art. 16 da LRF);
- Portaria de designação do fiscal do contrato, publicada e válida;
- Minuta contratual assinada pelas partes, conforme modelo padrão já aprovado pela PGM/CM;
- Certidões fiscais e trabalhistas atualizadas da contratada (FGTS, Receita Federal, CNDT e demais certidões fiscais exigidas no edital).

SOBRE O PARECER JURÍDICO E CONTROLE INTERNO

Parecer Jurídico

O parecer jurídico deverá:

- Analisar expressamente a minuta contratual, confirmando sua conformidade com o edital e com a Ata de Registro de Preços que lhe deu origem;
- Verificar a adequação das cláusulas obrigatórias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- Registrar, quando cabível, a possibilidade de substituição do contrato por documento hábil, como autorização de compra, nota de empenho ou ordem de fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023;
- Analisar a correção das disposições relativas à natureza dos serviços, distinguindo, quando aplicável, entre serviços continuados e não continuados, bem como as regras sobre saldos remanescentes e renovação de quantitativos em contratações continuadas;
- Examinar os procedimentos previstos para hipóteses de alteração contratual, abrangendo prorrogação de vigência, acréscimo ou supressão de quantidades, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- Analisar as disposições referentes às infrações e sanções administrativas, orientando que:
 - ✓ O fiscal do contrato é responsável por constatar e registrar eventuais descumprimentos, elaborando relatório circunstanciado e notificando a contratada para apresentação de defesa ou justificativa;
 - ✓ A Secretaria demandante é responsável por tramitar o processo de apuração, assegurando contraditório e ampla defesa, e encaminhar o processo à autoridade competente para decisão e aplicação da sanção;
 - ✓ O parecer jurídico deve ser emitido antes da aplicação de qualquer penalidade;
 - ✓ A sanção aplicada deverá ser publicada.
- Manifestar-se quanto à legalidade da formalização do instrumento, observando a competência da autoridade signatária, a validade e autenticidade dos documentos e a vinculação jurídica do contrato à Ata de Registro de Preços correspondente.
- Orientar que a minuta contratual aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e validada pelo Controle Interno não poderá sofrer qualquer alteração posterior, seja de cláusulas, prazos ou redação sem nova análise e aprovação prévia desses órgãos, sob pena de comprometer a regularidade e a validade do instrumento contratual.

Parecer do Controle Interno

O parecer do Controle Interno deverá:

- Analisar o processo licitatório de forma global, verificando o cumprimento das exigências legais, técnicas e procedimentais previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Município;
- Atestar se o processo está apto a gerar contrato, desde que sejam observadas as diretrizes e obrigações descritas neste ETP e em seu anexo de diretrizes orientativas em consonância com a Lei 14.133/2021;
- Mencionar expressamente que a formalização contratual dependerá do atendimento dos requisitos previstos nas referidas diretrizes, especialmente quanto à designação de fiscal, comprovação orçamentária, regularidade fiscal da contratada e publicações obrigatórias;

- Recomendar, quando cabível, ajustes ou complementações antes da homologação, de modo a assegurar que o processo, ao ser encaminhado para geração de contrato, esteja regular e em condições de prosseguir sem risco de nulidade;
- Registrar no parecer que, para a efetiva formalização do contrato, devem ser seguidas as diretrizes orientativas constantes neste ETP, cabendo à Secretaria demandante cumprir as etapas indicadas no item 2 (solicitação formal) e no item 3 (documentação mínima).

A critério do Controle Interno, poderá ser anexado ao processo um Parecer Geral sobre Contratos, contendo explicação passo a passo das exigências de formalização, execução e fiscalização, servindo de referência a todos os órgãos da Administração.

Alternativamente, esse conteúdo poderá constar no corpo do próprio parecer, desde que mantida a estrutura de conferência documental e de conformidade legal.

BASE LEGAL E LÓGICA DE GOVERNANÇA

Conforme o art. 169 da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem estar submetidas a práticas contínuas de gestão de riscos e controle preventivo, integrando um sistema de governança composto por três linhas de defesa, cada uma com funções e responsabilidades específicas no contexto da Administração Pública.

A seguir, apresenta-se a estrutura e o papel de cada linha de defesa, aplicados ao fluxo licitatório e contratual do Município de Castanhal:

LINHA DE DEFESA	AGENTES ENVOLVIDOS	NATUREZA DA ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES
1ª Linha de Defesa	Servidores e empregados públicos diretamente envolvidos nas atividades administrativas; agentes de contratação; pregoeiros; gestores e fiscais de contratos.	Operacional e executiva. São os responsáveis pela condução das atividades, instrução dos processos, acompanhamento da execução e ateste das entregas. Representam a linha de frente na prevenção de falhas, irregularidades e desperdícios.
2ª Linha de Defesa	Unidades de assessoramento jurídico e unidades de controle interno do próprio órgão ou entidade.	Preventiva e orientativa. Atuam de forma técnica e consultiva , analisando a conformidade legal e processual dos atos, mitigando riscos e apontando ajustes antes da prática do ato final. Garantem que o processo esteja apto e regular antes de ser encaminhado para contratação.
3ª Linha de Defesa	Órgão Central de Controle Interno (no caso de Controladoria Geral) da Administração e Tribunal de Contas.	Fiscalizadora e corretiva. Exercem controle posterior sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos. Realizam auditorias, recomendações e podem aplicar sanções, assegurando a responsabilização e a transparência dos gestores públicos.

O modelo das três linhas de defesa reforça a cultura de governança, integridade e controle preventivo nas contratações públicas.

Nele, cada instância atua de forma complementar e coordenada, assegurando que a Administração Municipal de Castanhal adote práticas de planejamento, transparência e responsabilidade, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

- A minuta contratual deverá fazer referência expressa à Ata de Registro de Preços e ao respectivo processo licitatório;
- É recomendável evitar a contratação integral do saldo da ata em um único contrato, salvo com justificativa técnica e planejamento formalizado;
- A publicação do contrato na íntegra deverá ocorrer no jurisdicionado TCM/PA, Portal da Transparência e, no PNCP, assim como extrato de contrato;
- O Setor de Compras deverá conter saldo de contrato, Gestor e Fiscal designado deverão manter controle atualizado das entregas, medições e ocorrências contratuais;
- A SUPRI, em conjunto com os órgãos de controle, jurídico, acompanhará a aplicação destas diretrizes, promovendo ajustes sempre que necessário.

VALIDADE E APLICAÇÃO

As presentes diretrizes constituem orientação institucional da Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação – SUPRI, destinadas a padronizar e fortalecer as rotinas administrativas relativas à formalização e execução dos contratos decorrentes de Atas de Registro de Preços.

Têm validade interna e caráter orientativo, podendo ser observadas por todas as Secretarias Municipais envolvidas em processos licitatórios e contratações públicas, até a publicação de normativa conjunta da Procuradoria-Geral do Município e Setor de Controle Interno do Município.

Como Secretária Municipal de Suprimentos e Licitação, oriento que estas diretrizes possam ser adotadas como referência obrigatória nas etapas subsequentes à licitação, formalização, execução, acompanhamento, fiscalização e encerramento contratual, assegurando que todos os procedimentos sejam conduzidos com segurança jurídica, transparência, responsabilidade e eficiência administrativa.

Ressalto, contudo, que a desburocratização dos fluxos processuais é igualmente relevante e deve ser continuamente estimulada, desde que preservados o controle, a legalidade e a integridade dos atos administrativos. A simplificação responsável, aliada ao uso de ferramentas tecnológicas e à padronização documental, contribui para agilizar os trâmites internos, reduzir retrabalhos e fortalecer a governança pública, sem comprometer a regularidade ou a rastreabilidade das contratações.

A adoção uniforme destas práticas busca promover a governança e a integridade administrativa, reforçando o comprometimento com o compliance público, a desburocratização dos fluxos internos, a padronização documental e a celeridade processual, sem prejuízo do controle e da legalidade.

Essas orientações alinham-se aos arts. 5º, 11, 169 e 170 da Lei Federal nº 14.133/2021, representando o compromisso desta Secretaria com uma gestão pública moderna, transparente e voltada a resultados, em benefício da eficiência administrativa e da confiança da sociedade castanhalense na Administração Municipal.

O seu cumprimento contribui para a celeridade processual, a redução de retrabalho e a segurança jurídica das contratações públicas no Município de Castanhal.